



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA JAMILLY ARAUJO DE SOUSA

MEMORIAL MARIA SOUSA: restauro e adaptação de uso da primeira edificação
construída em São José de Espinharas/PB

PAU DOS FERROS

2024

MARIA JAMILLY ARAUJO DE SOUSA

MEMORIAL MARIA SOUSA: restauro e adaptação de uso da primeira edificação
construída em São José de Espinharas/PB

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dra. Anna Cristina
Andrade Ferreira

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S725m Sousa, Maria Jamilly Araujo de .
Memorial Maria Sousa: restauro e adaptação de
uso da primeira edificação construída em São José
de Espinharas/PB / Maria Jamilly Araujo de
Sousa. - 2024.
122 f. : il.

Orientadora: Anna Cristina Andrade Ferreira.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de , 2024.

1. Restauração. 2. Preservação histórica. 3.
Salvaguarda. I. Andrade Ferreira, Anna Cristina ,
orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA JAMILLY ARAUJO DE SOUSA

MEMORIAL MARIA SOUSA: restauro e adaptação de uso da primeira
edificação construída em São José de Espinharas/PB

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Cristina
Ferreira Andrade.

Defesa realizada em 14/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Anna Cristina Andrade Ferreira (UFERSA)
Presidente

Prof. Dr. Damião Esdras Araújo Arraes (UFERSA)
Membro Examinador

Profa. Dra. Monique Lessa Vieira Olímpio (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha imensa gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada acadêmica. Foram anos de aprendizado, desafios, superações e também de conquistas. Cada passo dado foi possível graças ao apoio e incentivo de pessoas que acreditaram no meu potencial e me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço a Deus, que guiou cada um dos meus passos ao longo desta jornada. Em momentos de incerteza e dificuldade, foi sua presença que me deu força e coragem para seguir em frente. A Ele, sou grata por cada oportunidade, por cada vitória e até pelos obstáculos, que me fizeram crescer e me tornaram mais corajosa para seguir em frente.

Aos meus pais, Jullierme Sousa e Daguia Araújo, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional ao longo desses anos. Vocês sempre foram a minha fortaleza, me incentivando a continuar acreditando em mim mesmo quando eu duvidava. A presença de vocês em minha vida sempre foi sinônimo de amor incondicional e sabedoria. Suas forças, fé e carinho me inspiraram ao longo de toda esta caminhada. Cada conselho, cada abraço e cada palavra de incentivo foram fundamentais para que eu seguisse em frente. Sem vocês, nada disso seria possível. Ao meu irmão, Jullierme Segundo, que, com seu carinho e amizade, também contribuiu para que esse sonho se tornasse realidade. A minha avó Maria Gizela, sou profundamente grata por ter tido você ao meu lado, como uma verdadeira fonte de apoio.

Ao meu companheiro, Talison Cardoso, meu agradecimento mais profundo pelo cuidado, paciência e companheirismo em todos os momentos. Sua presença ao meu lado foi fundamental para que eu pudesse me concentrar e seguir adiante com tranquilidade e determinação.

Agradeço ao meu amigo Wanderson e sua família por me acolherem tão bem na cidade de Pau dos Ferros. Sua hospitalidade e generosidade foram essenciais para que eu pudesse me adaptar a essa nova fase. Sou grata também aos meus amigos Raysse Rayane, por compartilhar todos os desafios do curso, a Valeska Jordanna, Pedro Guilherme, Amaore, José Silvan, Lilia, Rafaela Sousa, José Victor, Katarina Medeiros, Lucas Sousa, Mateus Dantas, Pedro Henrique e tantos outros que estiveram ao meu lado durante essa caminhada. A amizade e o apoio de vocês foram imprescindíveis para superar as dificuldades e celebrar as conquistas.

Por fim, deixo um agradecimento especial a todos os meus professores, que me guiaram com paciência e dedicação ao longo do curso. Em especial, à minha orientadora, Anna Cristina, cuja competência, incentivo e sabedoria foram fundamentais para a realização e conclusão deste trabalho. Sua orientação foi muito além de fornecer apenas diretrizes acadêmicas; em cada conversa e encontro, você me encorajou e acreditar no meu potencial que, por vezes, eu mesma não enxergava. Sua paciência diante dos meus desafios e sua disposição em compartilhar seu vasto conhecimento fizeram toda a diferença nesta jornada. Tenho plena convicção de que seu apoio constante foi essencial para que eu conseguisse concluir este trabalho de forma tão satisfatória. Seu profissionalismo e humanidade serão sempre uma inspiração para mim.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a primeira edificação da cidade de São José de Espinharas - PB, uma residência atualmente abandonada e em processo de degradação devido à exposição a agentes externos e à falta de manutenção. Com o intuito de preservar essa construção de valor histórico para a comunidade, o estudo propõe uma intervenção arquitetônica que inclui uma nova proposta de uso para o edifício. A pesquisa se baseia nas seguintes indagações: como aplicar os preceitos da restauração em uma edificação de importância histórica, respeitando sua autenticidade? E como implementar ações de salvaguarda que assegurem o uso adequado, a manutenção contínua e o combate à degradação dos valores históricos e da identidade local? Para responder a essas questões, foi utilizada uma metodologia que abrange revisão bibliográfica, além de levantamentos realizados in loco. Como resultado, foi desenvolvido um anteprojeto de restauração acompanhado de um plano de salvaguarda.

Palavras-chave: restauração; preservação histórica; salvaguarda.

ABSTRACT

This study focuses on the first building in the city of São José de Espinharas - PB, a residence currently abandoned and undergoing degradation due to exposure to external agents and lack of maintenance. With the aim of preserving this historically valuable structure for the community, the study proposes an architectural intervention that includes a new proposed use for the building. The research is based on the following questions: how can the principles of restoration be applied to a historically significant building while respecting its authenticity? And how can safeguarding actions be implemented to ensure appropriate use, continuous maintenance, and the prevention of degradation of historical values and local identity? To address these questions, a methodology was employed that includes a literature review, as well as on-site surveys. As a result, a preliminary restoration project was developed, accompanied by a safeguarding plan.

Keywords: restoration; historical preservation; safeguarding.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a localização da Paraíba e São José de Espinharas	12
Figura 2 – Recorte espacial, entorno e terreno da Casa Grande.....	13
Figura 3 – Esquema das fases da elaboração da declaração de significância.....	42
Figura 4 – Mapa de entorno da edificação	48
Figura 5 – Fachada frontal casa grande	49
Figura 6 – Linha cronológica da Casa Grande e da cidade de São José de Espinharas	50
Figura 7 – Primeira reforma (1832).....	51
Figura 8 – Segunda reforma (1970).....	51
Figura 9 – Fachada frontal.....	52
Figura 10 – Interior da casa	52
Figura 11 – Estrutura do telhado	53
Figura 12 – Bolor presente na parte interna	53
Figura 13 – Fachada leste	53
Figura 14 – Fachada oeste	53
Figura 15 – Fachada norte	54
Figura 16 – Fachada sul.....	54
Figura 17 – Linha do tempo	54
Figura 18 – Estado de revestimentos e alvenarias internas	55
Figura 19 – Estado das esquadrias.....	55
Figura 20 – Mapa de uso e ocupação do solo.....	58
Figura 21 – Mapa de gabarito.....	59
Figura 22 – Mapa de hierarquia de via	60
Figura 23 – Mapeamento do zoneamento bioclimático brasileiro	61
Figura 24 – Palauet Nolla	65
Figura 25 – Circulação da edificação	65
Figura 26 – Mosaicos	66
Figura 27 – Fachada Frontal do Solar do Rosário	66
Figura 28 – Setorização do projeto.....	67
Figura 29 – Fachada edifício histórico e anexo	68
Figura 30 – Jardim integrado respeitando as especificidades do projeto	68
Figura 31 – Fachada frontal.....	68

Figura 32 – Pavimento térreo	69
Figura 33 – Pavimento superior.....	69
Figura 34 – Fachada frontal.....	70
Figura 35 – Cortes	70
Figura 36 – Iluminação por claraboia.....	71
Figura 37 – Plantas baixas.....	71
Figura 38 – Fachada original e anexo.....	73
Figura 39 – Planta de cobertura e planta baixa.....	73
Figura 40 – Mapa de danos.....	76
Figura 41 – Rachaduras no sistema estrutural	78
Figura 42 – Presença de bolor na edificação	79
Figura 43 – Descolamento de reboco e ausência das esquadrias	79
Figura 44 – Piso da edificação.....	80
Figura 45 – Estado atual do edifício.....	80
Figura 46 – Zoneamento.....	85
Figura 47 – Fluxograma	86
Figura 48 – Fotografia de Maria Sousa	87
Figura 49 – Logo do memorial	87
Figura 50 – Levantamento físico da área.....	88
Figura 51 – Planta de implantação e coberta	88
Figura 52 – Planta de reforma	89
Figura 53 – Planta de layout - Proposta de intervenção	90
Figura 54 – Plantas de layout - Anexos	90
Figura 55 – Planta de cobertura - Casa grande.....	91
Figura 56 – Planta de cobertura - Anexo	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo de soluções projetuais	74
Quadro 2 – Quadro resumido do código urbano de Patos	81
Quadro 3 – Programa de necessidade.....	83
Quadro 4 – Plano de gestão e rotina para a casa grande.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico de temperaturas	62
Gráfico 2 – Gráfico de chuvas	62
Gráfico 3 – Gráfico de umidade relativa	63
Gráfico 4 – Gráfico de radiação mensal	63
Gráfico 5 – Rosa dos ventos	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IMN – Inspetoria de Monumentos Nacionais

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NBR – Norma Brasileira

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ARTICULAÇÃO DOS SABERES.....	17
2.1. Memória.....	17
2.2. Panorama histórico do patrimônio cultural.....	25
2.3. Teorias contemporâneas de conservação e restauro.....	30
2.4. Princípios-guias para intervenções arquitetônicas	37
2.5. Museu e memorial.....	43
3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO	47
3.1. Breves anotações sobre a urbanização de São José de Espinharas – PB e da história do casarão ..	47
3.2. Levantamento e atual situação do edifício.....	51
3.3. Análise urbana.....	56
3.4. Levantamento de dados bioclimáticos.....	61
4 REFERÊNCIAS PROJETUAIS	64
4.1. Restaurar ao invés de substituir: a recuperação do Palauet Nolla de Meliana em Valência.....	64
4.1.2. Solar do Rosário	66
4.1.3. Casa 1923 - Hotel Urbano	68
4.1.4. Chalé das três esquinas	69
4.1.5. DomNato Padaria	72
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	75
5.1. Mapa de danos e ações de restauro	75
5.2. Diretrizes projetuais	80
5.2.1. Condicionantes legais.....	81
5.2.2. Programa de necessidade.....	83
5.2.3. Zoneamento e setorização	84
5.3. Conceito e Partido arquitetônico	86
5.4. Plantas e elevações	87
5.5. Plano de gestão da conservação.....	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A – Fichas de identificação de danos	100
APÊNDICE B – Caderno Técnico	103

1 INTRODUÇÃO

A história e a memória desempenham funções essenciais na coesão social, o que proporciona uma perspectiva importante sobre o passado. Esses elementos são fundamentais para o aprendizado sobre as edificações antigas e sua evolução arquitetônica, refletindo técnicas construtivas, materiais e influências estilísticas de épocas passadas. Ao preservar tais estruturas, mantemos a diversidade e riqueza da herança cultural, promovendo uma paisagem urbana duradoura e diversificada. Em síntese, a preservação ligada à memória assegura que as gerações futuras tenham contato com o passado, estabelecendo uma conexão com o patrimônio cultural. Isso contribui para uma compreensão mais profunda da memória coletiva e fortalece os laços entre as comunidades, reforçando o papel essencial que o passado desempenha na construção do presente e na orientação do futuro.

A sociedade está em constante e rápida mudança, a qual reflete diretamente na habitação humana, as propriedades tornam-se um espelho das épocas passadas, ou seja, um conjunto de determinadas realidades. Devido ao fato da volatilidade urbana, é comum vermos muitas construções abandonadas, o que contribui cada vez mais para uma paisagem urbana dualista entre o passado e o deteriorado. Inclusive, muitas têm suas origens esquecidas tanto pela alta mutabilidade urbana como pelo desprezo às propriedades consideradas ultrapassadas. Atualmente, destaca-se a significativa importância da manutenção do legado cultural, tanto no cenário global quanto local, no qual observamos a lamentável perda de diversos elementos. Desse modo, a necessidade da salvaguarda desses prédios antigos torna-se cada vez mais evidente e essencial, pois o cuidado é tido como a única alternativa para criação e manutenção de um panorama completo tanto da história quanto da arquitetura. Assim, a conservação se demonstra fundamental no reconhecimento da importância desses monumentos como testemunhas vivas da memória local.

Os edifícios de significado histórico desempenham um papel significativo nos centros urbanos, pois refletem o caráter distintivo de uma comunidade. Essas estruturas representam o testemunho tangível e visível de tempos passados, com configuração e estilo de suas épocas, e refletem as necessidades da sociedade ao tempo. A manutenção da memória coletiva por meio da guarda desses edifícios permite que as gerações atuais se conectem com o passado. Além de serem testemunhas da arquitetura de uma época, as obras históricas são frequentemente pontos de referência no desenvolvimento da atividade turística. Nesse aspecto, a proteção desses

imóveis investe não apenas em sua herança cultural, mas também em um legado duradouro para as gerações futuras. Essas construções servem como monumentos vivos, transmitem valores, tradições e conquistas que moldaram a sociedade ao longo do tempo. Em última análise, o restauro dessas edificações muitas vezes envolve práticas que respeitam o meio ambiente, preservando não apenas recursos, mas também destacando a importância do cuidado cultural alinhados aos princípios da sustentabilidade.

A edificação tema deste trabalho, popularmente conhecida como Casa Grande, está situada na cidade de São José de Espinharas, no sertão da Paraíba (Figura 1). A população do município é composta por cerca de 4.083 habitantes, e sua extensão territorial abrange aproximadamente 726.757 quilômetros quadrados, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo de 2022. No entanto, é importante destacar que a residência atualmente encontra-se em estado de abandono e deterioração, o que coloca em risco a sua estrutura, agora marcada pelo tempo, o que pode ter condução para uma possível ruína. Vale informar que a arquitetura desta casa é de grande importância histórica, tendo sido reconhecida como patrimônio histórico estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 26 de julho de 2017. Assim, o edifício é inigualável no município, refere-se ao único tombamento, e é também uma das primeiras residências das quais se relatadas do início da cidade. O processo de degradação representa não apenas a perda física da construção, mas também uma ameaça à proteção dos valores históricos e culturais que a mesma carrega. Posto isso, a preservação desse bem torna-se crucial para conservação da história e a identidade do município, visto que a obra é testemunha da história espinhareense.

Figura 1 – Mapa com a localização da Paraíba e São José de Espinharas



Fonte: Adaptado do IBGE (2022)

Em um contexto contemporâneo, enfrentamos uma séria problemática relacionada ao descaso com a casa grande, refletindo a falta da educação patrimonial para os herdeiros, a

população e também a negligência dos órgãos públicos encarregados da salvaguarda dessa estrutura. Essa residência, repleta de significado e beleza arquitetônica, agora permanece à mercê do tempo, enquanto presencia a indiferença generalizada que ameaça a história que ela carrega. O desinteresse se manifesta na maneira como a casa é ignorada, suas paredes e detalhes arquitetônicos sendo passados despercebidos no cenário urbano. A falta de conexão com a herança cultural resulta em uma ausência de engajamento por parte da comunidade, demonstrando a distância do apreço pelo passado que este edifício representa. A ausência de investimentos, planos de restauração e políticas de conservação revela a negligência, logo a construção torna-se vulnerável à deterioração e ao esquecimento. O silêncio dessas entidades perante a urgência do momento compromete a integridade desse valioso legado cultural.

O recorte espacial do trabalho tem como ponto de partida o município de São José de Espinharas, localizado no estado da Paraíba, na mesorregião do sertão, na microrregião de Patos, especificamente será objeto e local o Bairro Centro, situado na Avenida Getúlio Vargas. O imóvel (Figura 2) está situado no centro de diversas edificações e prédios referenciais da cidade como: a igreja matriz, escolas estadual e municipal, além da praça Bossuet Wanderley, principal ponto de reunião popular do município.

Figura 2 – Recorte espacial, entorno e terreno da Casa Grande



Fonte: Adaptado do Google Earth (2024)

Assim a problemática do trabalho acentua-se diante do estado de degradação avançada da casa, que ressalta não apenas a fragilidade estrutural decorrente do tempo, mas também a urgência de medidas corretivas para a contenção do declínio e a preservação da habitabilidade do ambiente. Nesse sentido, a situação ganha proporções mais alarmantes por motivo de atividades indesejadas, como invasões e vandalismo, que ameaçam não apenas a integridade estrutural da casa, mas também a segurança e tranquilidade do entorno, deste modo, surgem questionamentos importantes: Como utilizar os preceitos da restauração em uma edificação com importância histórica para a comunidade respeitando sua autenticidade? Como estabelecer ações de salvaguarda que garantam o uso adequado, a manutenção e possam combater a crescente degradação dos valores históricos e da identidade local?

O objeto de estudo deste trabalho consiste na elaboração de um projeto de restauro da primeira edificação de São José de Espinharas, cujo o teor projetual visa à preservação e o realce da essência de uma edificação histórica e ao aprimoramento de sua funcionalidade para as demandas contemporâneas, com a inclusão de atividades de suporte educacional para a cidade. Este trabalho envolve uma cuidadosa análise dos elementos arquitetônicos originais, bem como uma compreensão da história e significado cultural do edifício em questão. Por meio de um processo colaborativo, o projeto buscará soluções inovadoras que respeitem a integridade histórica da estrutura, ao mesmo tempo em que proporciona espaços adaptados e adequados para receber o memorial da educação. Será necessário explorar não apenas as características físicas da edificação, mas também considerar sua importância cultural e social para a comunidade, informações que serão consideradas na elaboração de um anexo e demais elementos que comporão o entorno do edifício. Além disso, serão realizadas pesquisas detalhadas sobre técnicas de conservação e restauração que garantam a autenticidade e integridade do edifício, além da durabilidade do projeto. O objetivo final é criar um espaço que não apenas honre o passado, mas também sirva como um local dinâmico e relevante para as atividades educacionais contemporâneas, contribuindo para a vitalidade e identidade da área em que se encontra, levando em conta a necessidade da comunidade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental incorporar princípios de arquitetura resiliente, que garantam a durabilidade e adaptabilidade do projeto diante das mudanças climáticas.

O trabalho se justifica através do interesse pessoal pelo contexto da arquitetura voltada para o sertão, onde a guarda do patrimônio histórico se revela como forma de resgate das memórias desse ambiente árido e desafiador. A busca por soluções arquitetônicas não apenas reflete um compromisso com a história, mas também representa um cuidado com a identidade

dessa região. Nessa circunstância, a valorização dessa herança torna-se uma missão de resgate cultural, especialmente no que se refere ao estilo que testemunhou e moldou a vida da população ao longo dos 61 anos da cidade de São José de Espinharas. Nesse sentido, a preservação se torna uma necessidade imperativa, com esforços dedicados para o resgate dessas estruturas emblemáticas do abandono e que ameaçam sua integridade.

O compromisso com os nossos antepassados não apenas honra a riqueza cultural, mas também se torna uma responsabilidade para com as gerações futuras, serve como pilares que sustentam a compreensão da história, da arte e da evolução social. Nesse contexto, a pesquisa desempenha um papel fundamental, como uma ferramenta essencial para compreensão, documentação e valorização do patrimônio cultural. Por meio da análise é possível obtenção de detalhes crucial sobre estruturas antigas, eventos passados e contextos sociais que moldaram o ambiente arquitetônico e histórico. Essa percepção enriquecedora oferece não apenas uma perspectiva mais completa sobre o passado, mas também revela um investimento na continuidade do legado que essas estruturas representam. Isso cultiva a apreciação da beleza arquitetônica e estabelece um elo tangível entre o passado e o presente.

Desse modo o trabalho tem como objetivo geral **propor** um anteprojeto de intervenção restaurativa para o casarão, que engloba uma proposta de adequação de um novo uso como “Memorial da Educação”, com a finalidade de enfrentamento o abandono do edifício, afim da preservação do patrimônio histórico arquitetônico espinharenses e o resgate da memória coletiva local. Em relação aos específicos: **1. Diagnosticar** o estado de conservação e preservação do edifício, bem como as técnicas construtivas existentes, para implementação do processo de restauro; **2. Elaborar** o projeto de um anexo e de adequação do entorno, que respeite a integridade da edificação principal, servindo de suporte ao seu novo uso; **3. Conhecer** a história e a trajetória da edificação, juntamente com a teoria e prática de conservação e restauração de edificações históricas.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa se insere no domínio qualitativo, afim de marcar uma análise minuciosa dos dados pertinentes ao seu escopo. Este estudo se fundamenta em diversas fontes, empregando tanto o método dedutivo quanto o indutivo para compreender as complexidades do tema em foco. A coleta de informações é realizada por meio de um conjunto diversificado de recursos, que incluem desde cartas patrimoniais até obras acadêmicas como livros e teses de doutorado, além de explorar os princípios da teoria da restauração. A fim de fortalecer ainda mais sua base analítica, são consideradas também as legislações vigentes em esfera estadual e municipal, como o Plano Diretor e as Leis de Proteção

ao Patrimônio Histórico e Artístico, garantindo assim uma pesquisa robusta e abrangente, capaz de oferecer percepções significativas para o campo de estudo em questão.

O trabalho foi estruturado com base no objetivo geral e específicos e nos tópicos pesquisados, sendo dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo do presente trabalho é a introdução ao tema abordado seguido da problemática, objeto de estudo, justificativa do tema, objetivo geral e objetivos específicos.

O segundo capítulo terá como foco o referencial teórico, apresentando temáticas relacionada a memória, panorama histórico do patrimônio cultural, teorias contemporâneas de conservação e restauro, os princípios-guias para intervenções arquitetônicas e a diferença entre museu e memorial.

O terceiro capítulo abordará os estudos relacionados à cidade de São José de Espinharas, focalizando a narrativa da sua história e a urbanização do município. Além disso, será oferecido um resumo histórico conciso sobre o casarão, incluindo sua arquitetura característica e uma atualização sobre a situação atual do edifício. Por último, será realizada uma apresentação da localidade sob uma perspectiva geográfica, acompanhada de análises sócio urbanas.

O quarto capítulo aborda as referências que foram selecionadas cuidadosamente para harmonizar com os critérios estabelecidos pela corrente crítico-conservadora e criativa, além de estarem relacionadas ao novo uso proposto.

Por fim, o quinto capítulo apresenta os produtos desta pesquisa, que incluem os mapas de danos e as ações necessárias para a restauração. Além disso, as diretrizes para o projeto, abordando aspectos como condicionantes legais, o programa de necessidades, o zoneamento e a setorização, o conceito e partido arquitetônico do anteprojeto, culminando na apresentação das plantas e elevações e do plano de salvaguarda.

2 ARTICULAÇÃO DOS SABERES

O capítulo estabelecerá a base teórica para compreensão do projeto. No primeiro momento, será discutida a importância da memória no contexto do projeto e os principais autores que embasam esta discussão são: Le Goff (1990), Halbwachs (1990), Pollak (1992), Nora (1993), Bosi (1994), Castells (1999), Duarte (2003), Delgado (2009) e Tomaz (2010). Em seguida, será traçado um panorama histórico do patrimônio cultural, o que destaca sua relevância e evolução ao longo do tempo com Riegl (1984), Le Goff (1990), Choay (2001), Funari (2006), Tomaz (2010), Ferreira (2010), Nicholls (2011) e Viollet-le-Duc (2000). Posteriormente, serão apresentadas as teorias contemporâneas de conservação e restauro, com conceitos relevantes através dos autores: Boito (2003), Brandi (2004), Carbonara (2006), Kühl (2006) e Ruskin (2008). Em seguida, serão delineados os princípios-guias que nortearão as intervenções arquitetônicas, que concede diretrizes essenciais para a execução do projeto: a Carta Veneza (1964), a Carta de Restauro (1972), a Carta de Burra (1980), a Carta de Washington (1987), a Carta de Nara (1994), a Carta de Cracóvia (2000). Por fim, abrange o conceito de museu e memorial com Barcellos (1999), Chargas (2009) e Vieira (2017).

2.1. Memória

O conceito de memória estabelecido por Maurice Halbwachs (1990) em seu livro “A memória coletiva”, destaca a interdependência entre memória individual e contexto social. Ele sugere que as lembranças individuais se distinguem por estarem no ponto de convergência de múltiplas correntes de pensamento, refletindo a complexidade das relações sociais e influências sociais (Halbwachs, 1990). Isso implica que nossas lembranças não são isoladas, mas sim entrelaçadas com as experiências e perspectivas compartilhadas dentro de nossa comunidade e cultura. Assim, a memória pessoal é moldada e enriquecida por essas interações sociais, reforçando a ideia de que a memória é um fenômeno coletivo e dinâmico. O autor ainda destaca a interconexão entre memória individual e contexto social, enfatizando a natureza coletiva e dinâmica da memória humana (Halbwachs, 1990). Essa abordagem nos convida a considerar como nossas lembranças são influenciadas e enriquecidas pelas interações sociais e experiências compartilhadas dentro de nossa comunidade e cultura. Complementa este pensamento, no seguinte termo:

O conteúdo inicial dessas lembranças, que as destaca de todas as outras, se explicaria pelo fato de estarem no ponto em que se cruzam duas ou mais séries de pensamentos, pelos quais elas interligam a tantos outros grupos diferentes. (Halbwachs, 1990, p. 48)

Além disso, autor ressalta que o processo de lembrar e reinterpretar nossas experiências individuais é constantemente influenciado pela narrativa coletiva que permeia nossa sociedade (Halbwachs, 1990). Nossas memórias são filtradas através das lentes culturais e sociais, sendo moldadas conforme as normas e valores predominantes em nosso ambiente social. Portanto, a compreensão de nossas próprias lembranças é inseparável da compreensão das narrativas coletivas que as contextualizam, destacando a profunda interconexão entre memória individual e memória coletiva. Assim, destaca a profundidade da interconexão entre memória individual e memória coletiva, enfatizando como nossas lembranças são moldadas e reinterpretadas através das narrativas culturais e sociais que permeiam nossa sociedade (Halbwachs, 1990). Essa perspectiva nos convida a refletir criticamente sobre as histórias que nos são contadas e os discursos que nos envolvem, reconhecendo a complexidade da experiência humana e a influência das narrativas coletivas em nossa compreensão do passado e de nós mesmos.

De acordo com Halbwachs (1990), as memórias coletivas não estão vinculadas necessariamente à experiência direta, pois o constante contato social gera uma multiplicidade de lembranças. Mesmo em eventos solitários, as memórias individuais são partilhadas e reativadas pelos outros. Isso evidencia como nunca estamos verdadeiramente isolados, pois nossas recordações são enriquecidas pelas interações sociais. Destaca-se a relevância das relações interpessoais na formação e interpretação das lembranças, ressaltando como o contexto social molda profundamente a memória (Halbwachs, 1990). Essa perspectiva enfatiza a natureza coletiva e dinâmica da memória, convidando-nos a refletir sobre como as interações sociais influenciam nossas lembranças e identidades. Assim, compreendemos que nossas memórias são entrelaçadas com o tecido social, sendo moldadas e reavivadas por interações com outros indivíduos e pela cultura compartilhada. Essa compreensão amplia nossa visão sobre a memória, reconhecendo-a como um fenômeno profundamente enraizado nas relações humanas e na construção da identidade individual e coletiva ao longo do tempo.

Em linha com as ideias de Halbwachs (1990), Pollak (1992) postula que a memória é um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social e, portanto, está intimamente ligada ao sentimento de identidade. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por

meio da negociação direta com outros”. (Pollak, 1992, p. 204). A memória é caracterizada por um processo intrínseco de seleção, apresentando-se como uma faculdade parcial e seletiva. Tanto Pollak (1992) quanto Halbwachs (1990) concordam ao conceitua-la como uma reconstrução do passado que se realiza no presente. Além disso, ambos os autores destacam a importância crucial da memória na formação do sentimento de identidade e nos convidam a considerar como nossas lembranças são construídas, negociadas e reinterpretadas dentro de um contexto social mais amplo, destacando a importância fundamental da memória na experiência humana.

As sociedades ao longo da história teceram uma complexa rede de representações compartilhadas do passado, as quais desempenham um papel crucial na coesão social e na compreensão do presente. Estas representações coletivas permitem às comunidades atribuir significado às suas experiências e eventos históricos, promovendo assim um sentimento de unidade e identidade compartilhada. A memória, como ponto de interseção entre o indivíduo e o coletivo, é fundamental nesse processo, sendo moldada e influenciada pelo contexto social em constante mudança. Em consonância com as ideias de Halbwachs (1990), é evidente que as lembranças individuais são profundamente influenciadas pelo ambiente social no qual os indivíduos estão inseridos. Isso ressalta a natureza dinâmica e fluida da memória coletiva, que está constantemente sendo reavaliada e reconstruída de acordo com as necessidades e demandas da sociedade em um determinado momento. A memória coletiva, além de preservar tradições e valores fundamentais, desempenha um papel vital na manutenção dos laços sociais entre os membros de uma comunidade.

A memória coletiva exerce uma função importante na coesão social ao proporcionar um sentido de continuidade histórica e pertencimento às comunidades. Essa continuidade histórica ajuda a fortalecer os laços emocionais e culturais entre os membros de um grupo, criando uma sensação de identidade compartilhada a uma história comum. Além disso, a memória coletiva serve como um mecanismo essencial de transmissão cultural, assegurando a preservação do patrimônio histórico e transmitindo lições valiosas do passado para guiar as ações e decisões presentes e futuras. Essa transmissão de conhecimento e experiência é crucial para capacitar as gerações futuras a enfrentarem os desafios contemporâneos com sabedoria e resiliência. Ao aprender com os erros e sucessos do passado, as sociedades podem adaptar-se de forma mais eficaz às mudanças.

Posto isso, é importante reconhecer a singularidade de cada local, como as "cidadezinhas", ilustramos uma perspectiva social relativista que valoriza a diversidade das

experiências humanas. O autor Halbwachs (1990) argumenta que esses grupos não devem ser comparados com grandes capitais devido à complexidade de suas estruturas sociais, destacando a necessidade de avaliá-los em seus próprios contextos, sem fazer comparações inadequadas. Halbwachs (1990) também sugere que o espaço físico tem o poder de evocar o passado, influenciando as memórias coletivas por meio de suas características únicas. Ao considerarmos a história e identidade de cada local, moldadas por fatores como geografia e cultura, podemos compreender melhor a diversidade das experiências humanas. Então, ao reconhecer a singularidade de cada espaço, Halbwachs (1990), nos convida a contextualizar as memórias coletivas dentro de seus ambientes sociais e geográficos específicos, destacando a importância de entender as diferentes perspectivas e contextos na interpretação da memória.

A memória pode ser definida como um processo psicológico fundamental que permite a evocação de conhecimentos, imagens, experiências e impressões passadas, além da habilidade de reconhecê-las como tal. Jacques Le Goff (1990), renomado historiador francês, destaca em seu livro “história e memória” a importância da memória como fenômeno intrínseco à psique humana, ao mesmo tempo em que reconhece sua estreita relação com a vida social. Ele argumenta que a memória não pode ser dissociada do contexto do ambiente social, sendo influenciada por normas e representações que remetem ao passado, conferindo-lhe uma apropriação do tempo. O mesmo ressalta como a memória coletiva é moldada por narrativas compartilhadas e símbolos culturais, que servem como referências para compreender e interpretar o passado (Le Goff, 1990). Essa interação entre memória individual e memória coletiva é fundamental para a construção da identidade pessoal e cultural, evidenciando a complexidade e a interconexão entre memória e sociedade.

Conforme Pierre Nora (1993), é crucial destacar a distinção entre memória e história, advertindo contra sua utilização intercambiável. O autor define a memória como um elemento dinâmico, sempre presente e em constante alteração, enquanto a história é percebida como uma reconstrução complexa e incompleta do passado. Nora (1993) também observa que as minorias frequentemente mantêm uma memória protegida em torno de pontos específicos, e a necessidade de estabelecer “lugares de memória” surge quando esses pontos estão em risco de serem esquecidos ou apagados. Esses locais, então, se tornam pontos de referência cruciais para a preservação da memória coletiva. Essa distinção entre memória e história ressalta a importância de reconhecer a natureza fluida e multifacetada da memória, bem como a complexidade inerente à construção histórica do passado. Ao abraçar essa distinção, somos levados a compreender melhor como a memória e a história se entrelaçam, influenciando e

moldando a compreensão que temos do mundo ao nosso redor. Assim, ao explorar esses conceitos, podemos apreciar mais plenamente a riqueza e a diversidade das narrativas que compõem nossa experiência humana.

Entender as relações entre um lugar e seus habitantes requer um conhecimento profundo de seu passado. A memória, sendo essencial na vida de uma comunidade, é constantemente compartilhada por aqueles que a habitam, progredindo dinamicamente entre lembrança e esquecimento. Ela está sujeita a manipulações e usos diversos, podendo até mesmo permanecer latente por períodos longos, apenas para ser repentinamente reavivada por algum evento ou contexto específico. Por outro lado, a história é uma interpretação em curso do que já passou, uma reconstrução que frequentemente enfrenta lacunas e incompletudes, pois é filtrada através das lentes dos historiadores e das narrativas que prevalecem em determinado momento. Essa abordagem, formulada por Nora (1993), enfatiza a importância da memória na compreensão das relações entre um lugar e seus habitantes. Destaca-se sua natureza fluida e suscetível a mudanças, em contraste com a história, que enfrenta desafios na reconstrução do passado através de interpretações contínuas. A memória, une um grupo em torno de narrativas compartilhadas, símbolos e tradições, enquanto a história oferece um arcabouço intelectual para entender essas memórias e contextualizá-las dentro de uma narrativa mais ampla da humanidade.

Na obra “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, Ecléa Bosi (1994) argumenta que a memória oferece uma compreensão mais profunda da sociedade e de suas transformações ao longo do tempo. Ela ressalta que as lembranças, como conteúdo do passado, podem ser transmitidas pela comunicação, evidenciando a memória como um vasto depósito do qual apenas captamos uma pequena parte. Bosi destaca que muitas vezes as lembranças mais vivas surgem após uma entrevista, em momentos de descontração, como durante uma pausa para café, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. A autora sugere que se continuássemos ouvindo, perceberíamos que há ainda mais a ser compartilhado. Uma lembrança conduz à outra, e seria necessário um tempo indefinido para abarcar todas elas. Essa visão ressalta a riqueza e a complexidade da memória como uma fonte inesgotável de conhecimentos sobre a sociedade e sua história.

A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vívidas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. [...] continuando a escutar, ouviríamos o outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito (Bosi, 1994, p. 39).

Os pensamentos de Castells (1999) destacam que a formação de identidades é influenciada por diversos fatores, como história, memória coletiva e fantasias individuais. No entanto, essa construção é dinamicamente moldada por uma interação complexa entre indivíduos, grupos sociais e sociedades. O autor reinterpreta continuamente o significado das identidades à luz das tendências sociais, projetos culturais e concepções de tempo e espaço enraizadas em suas estruturas sociais. Castells (1999) enfatiza a interação entre os elementos históricos, sociais e individuais na formação das identidades, destacando como as pessoas e grupos constantemente negociam e redefinem suas identidades em resposta às mudanças contextuais. Essa perspectiva ressalta a natureza complexa e fluida das identidades humanas, resultantes de uma interação contínua entre influências históricas, sociais e individuais. As identidades não são estáticas, mas sim processos dinâmicos que refletem as complexidades das experiências individuais e coletivas. Ao considerar a dinâmica da formação de identidade torna-se evidente que ela não é determinada apenas por fatores históricos ou sociais, mas sim por uma interseção de diferentes influências e negociações em constante evolução.

Conforme Tomaz (2010), as recordações podem ser despertadas por locais, construções ou monumentos que, em sua essência física, possuem o poder de evocar o modo de vida daqueles que estiveram presentes nesses espaços no passado. Dessa forma, pode-se dizer que "cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados" (Tomaz, 2010, p. 2). Essa perspectiva ressalta como os lugares têm o poder de conectar o presente ao passado, proporcionando uma compreensão profunda sobre as vidas e as sociedades que os habitaram anteriormente. Ao explorar esses espaços físicos, podemos não apenas compreender melhor a história e a cultura de uma comunidade, mas também reconhecer a importância dos locais como portadores de memória e testemunhos tangíveis do passado. Os edifícios, ruas, monumentos e paisagens carregam consigo as marcas de eventos que moldaram o tecido social ao longo do tempo. Cada lugar é uma janela para o passado, oferecendo uma visão única das experiências humanas e das transformações históricas.

Segundo Le Goff (1990) a memória ocupa uma parte na formação da identidade, seja ela individual ou coletiva. Ele enfatiza que a busca por essa identidade é uma atividade essencial tanto para os indivíduos quanto para as sociedades contemporâneas. Nota-se, então, que a identidade não é um conceito estático, mas sim uma construção histórico-social e cultural em constante evolução. Ela se baseia em significados que são continuamente reinterpretados através da história e da memória, tanto a nível individual quanto coletivo. Essa perspectiva

ressalta como as experiências passadas e as narrativas compartilhadas moldam nossas percepções de nós mesmos e de nossas comunidades. Ao reconhecer a influência da memória na formação da identidade, podemos compreender melhor os processos sociais e individuais que contribuem para a construção e reconstrução contínua de quem somos e do lugar que ocupamos no mundo.

Conforme Duarte (2003) a memória coletiva representa a memória de toda a sociedade, abrangendo e dando significado às lembranças individuais, que funcionam como elos em uma cadeia mais ampla. Essa perspectiva reflete os princípios defendidos por Halbwachs (1990) que argumenta que a memória individual é uma parte integrante da memória coletiva, sendo fundamentada nas lembranças dos indivíduos enquanto membros de um mesmo grupo social. Assim, as lembranças individuais são entrelaçadas e influenciadas pelas experiências compartilhadas e pelos valores culturais do grupo ao qual pertencem. Dessa forma, a memória coletiva não apenas reflete, mas também molda a identidade e a visão de mundo dos indivíduos dentro de uma sociedade. Essa interdependência entre memória individual e memória coletiva destaca como as lembranças individuais são parte integrante de um tecido social mais amplo, reforçando a noção de que a memória é um fenômeno dinâmico e interconectado.

Nora (1993) argumenta que os lugares de memória não surgem de forma espontânea, mas sim como resultado da necessidade de preservar e organizar a memória coletiva. Segundo o autor, é preciso criar arquivos, celebrar eventos e manter tradições para garantir a continuidade da memória ao longo do tempo. Ressalta ainda que as minorias muitas vezes defendem uma memória marginalizada, em contraposição aos focos privilegiados da memória dominante. Para Nora, a construção de lugares de memória se torna essencial quando esses focos estão ameaçados, seja pela passagem do tempo, pela falta de reconhecimento ou pelo desinteresse da sociedade em preservar determinados aspectos do passado. Assim, a criação e manutenção desses lugares se tornam um meio de resistência e preservação da identidade cultural e histórica das comunidades. A esse respeito, Tomaz (2010) destaca a importância dos lugares como repositórios vivos da memória coletiva, onde as narrativas do passado se entrelaçam com o presente:

Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação (Tomaz, 2010, p. 4).

A autor ressalta como os espaços físicos, através de sua arquitetura, paisagem e significado histórico, destaca-se na transmissão e preservação da identidade cultural de uma comunidade. Tomaz (2010) argumenta que, ao reconhecer e valorizar esses lugares como testemunhas tangíveis do passado, estamos contribuindo para a manutenção de uma consciência histórica viva e vibrante. Ao destacar a interseção entre os trabalhos de Nora (1993) e Tomaz (2010), percebemos a importância de reconhecer e proteger os lugares de memória como parte essencial da herança cultural de uma sociedade. Esses lugares não apenas conectam com as raízes e tradições, mas também lembram das lutas e conquistas daqueles que precederam. Assim, ao preservar e celebrar esses locais, não apenas honrando o passado, mas também garantindo que suas histórias e significados sejam transmitidos às gerações futuras. Esses lugares de memória são pontos de encontro entre o passado e o presente, lembrando da riqueza da diversidade cultural e da importância de preservar a história para um futuro mais consciente e inclusivo.

A compreensão da história como uma sucessão de acontecimentos ao longo do tempo, conforme apresentada por Delgado (2009), destaca a importância do substrato temporal na caracterização dos períodos históricos. Esse substrato revela não apenas os eventos que marcaram uma época, mas também os aspectos culturais e os modos de vida da comunidade em questão. Dessa forma, é possível entender o contexto que influenciou o surgimento de características distintivas. A análise desse substrato temporal permite não só a compreensão do passado, mas também a reflexão sobre a construção da memória coletiva e sua difusão ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão mais profunda da história e de seus desdobramentos. Ao adentrar nas camadas temporais, observa-se não apenas os eventos isolados, mas também os padrões culturais, as mudanças sociais e os valores que moldaram uma determinada era. Isso nos proporciona uma visão mais abrangente e contextualizada do passado, permitindo entender não apenas o que aconteceu, mas também por que aconteceu e quais foram suas implicações para a sociedade.

Ao abordar a respeito o das memórias coletivas Halbwachs (1990) ressalta a importância do contexto social na formação das memórias e destaca a natureza dinâmica e colaborativa do processo de recordação, sendo assim “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”. (Halbwachs, 1990, p. 26). O autor também destaca que a preservação das memórias coletivas não está vinculada à vivência direta dos eventos por parte dos indivíduos.

Em vez disso, enfatiza que é por meio das interações sociais constantes que uma multiplicidade de lembranças é gerada e perpetuada. Isso sugere que as memórias são construídas e compartilhadas dentro do tecido social, sendo moldadas pela narrativa coletiva e pela troca de experiências entre os membros da comunidade.

2.2. Panorama histórico do patrimônio cultural

Em um primeiro momento, é crucial ter uma compreensão dos conceitos envolvidos na temática. Assim, destacam-se as questões relacionadas ao patrimônio cultural. Conforme Funari e Pelegrini (2006), o termo patrimônio tem raízes no latim, *patrimonium*, que originalmente se referia, entre os antigos romanos, a todos os bens que pertenciam ao pai, o pater ou pater famílias, o chefe da família. No entanto, apesar de estar intimamente ligado à transmissão de bens e heranças de geração em geração, muitas vezes sob a forma de propriedade privada, o conceito de patrimônio passou por uma mudança significativa durante a revolução francesa. A preservação do patrimônio histórico e artístico nacional se tornou uma preocupação central em muitas sociedades ao redor do mundo, refletindo não apenas o desejo de manter viva a memória coletiva, mas também reconhecer a importância da diversidade cultural.

No século XX, o conceito de patrimônio transcendeu fronteira, alcançando os países não ocidentais estabelecendo um diálogo com as práticas preservacionista de nações antiquíssimas e com reconhecimento do patrimônio monumental. Esse processo de preservação não apenas fortaleceu o reconhecimento do valor intrínseco do patrimônio, mas também contribuiu significativamente para a diversidade cultural. Ao valorizar e proteger uma ampla gama de expressões culturais, a preservação do patrimônio cultural se tornou um importante catalisador para o respeito mútuo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecendo a importância desses princípios, destacou a diversidade cultural como um dos pilares fundamentais para a construção da cultura de paz global. No que se trata de preservação do patrimônio Jacques Le Goff (1990) destaca que o monumento tem significado de grande relevância, explicando:

A palavra latina “monumentum” remete para a raiz indo-européia “men”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “monumentatun” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹² (Le Goff, 1990, p. 462).

Tomaz (2010) menciona que a partir da década de 1920, observa-se um crescente reconhecimento da importância da preservação do patrimônio histórico nacional, especialmente dos bens imóveis que estão fora do escopo dos museus. Nesse período, torna-se cada vez mais evidente que a falta de cuidado com esses bens estava comprometendo a integridade e a conservação a longo prazo. O cenário desperta a atenção dos intelectuais e pensadores para o descaso em relação às cidades históricas e a negligência na proteção do que deveria ser considerado um tesouro nacional. A percepção da perda de parte da identidade cultural e histórica do país impulsiona movimentos e debates em favor da preservação, destacando a necessidade urgente de políticas e ações concretas para proteger esses elementos fundamentais. Assim, inicia-se um movimento significativo direcionado para a valorização e proteção do patrimônio histórico nacional.

Em 1933, foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN). No artigo 10, da constituição de 1934, tem-se pela primeira vez no Brasil uma noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: art. 10 – compete concorrentemente à União e aos Estados: III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (Brasil, 1934); tendo como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional. Posteriormente, durante o período do Estado novo estabeleceu o primeiro órgão oficial dedicado à identificação e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. No ano de 1937, no dia 30 de novembro, tendo como objetivo central “promover em todo território nacional, de maneira contínua, o tombamento, a preservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Brasil, 1937), criou-se a fundação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o Decreto-Lei n.º 25, no governo do presidente Getúlio Vargas.

O estudo do patrimônio cultural é essencial para a compreensão e valorização da herança compartilhada por diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Ao categorizar o patrimônio em três grandes grupos, podemos visualizar a diversidade e a riqueza das expressões culturais de forma mais abrangente. Primeiramente, engloba os elementos naturais e do meio ambiente; secundamente abrange os conhecimentos das técnicas e práticas desenvolvidas, e, por fim, o patrimônio abarca uma ampla gama de objetos, artefatos e construções que testemunham a relação dinâmica entre o homem e o ambiente ao longo do tempo, bem como as habilidades criativas e técnicas desenvolvidas para moldar e transformar esses recursos (Lemos, 1981). Esses elementos, muitas vezes, representam momentos importantes na história de uma

comunidade ou sociedade e carregam significados simbólicos profundos que são transmitidos de geração em geração. Ao estudar e preservar esses diferentes aspectos do patrimônio cultural, podemos enriquecer a compreensão do mundo e promover um maior respeito pela diversidade cultural e pela complexidade das relações entre o homem e seu ambiente.

Para o historiador Alois Riegl (1984, p. 35) as “obras criadas pela mão do homem e edificadas com o objetivo preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou de um destino”. Ao descrever o propósito intrínseco por trás da criação de monumentos e artefatos, Riegl (1984) reconhece o sentido duradouro do patrimônio histórico na moldagem da consciência coletiva na transmissão da memória ao longo do tempo. Essas obras, além de serem testemunhas silenciosas do passado, também são agente ativo na preservação da identidade cultural e na construção de uma contínua conexão entre as gerações. Para o Riegl (1984), o valor histórico de uma obra está diretamente ligado com a própria concepção de história do autor “tudo que foi e que hoje já não é mais”. (Riegl, 1984, p. 37). Em contrapartida a historiadora francesa Françoise Choay (2001) aborda patrimônio histórico:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos. (Choay, 2001, p. 11)

Em relação ao tombamento nacional, desde 1938 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já realizava o tombamento de bens históricos na Paraíba, com um foco significativo na capital, João pessoa. No entanto, também foram tombados bens no sertão do estado, especificamente edificações de estilo barroco e propriedades rurais antigas, destacando a diversidade do patrimônio cultural paraibano e reconhecendo sua importância histórica e estética. Após os encontros de governadores em 1970 e 1971, houve uma mobilização para estabelecer órgãos de preservação patrimonial em níveis estadual e municipal, visando uma proteção mais abrangente e eficaz do patrimônio cultural do estado. Assim, em 1971, o IPHAEP foi criado através do decreto-lei n.º 5.255, sendo incorporado à estrutura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Essa iniciativa representou um passo importante na proteção e valorização do patrimônio cultural paraibano, ao estabelecer um órgão específico dedicado à preservação e promoção dos bens culturais do estado. Com essa estruturação, foi possível desenvolver políticas mais direcionadas e eficientes para a conservação do patrimônio, bem como promover a conscientização da população sobre a importância de sua preservação.

Portanto, o IPHAEP se identificava como agente socializador do patrimônio histórico paraibano por meio do Decreto-Lei nº 7819, que trata do Cadastramento e Tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado:

Capítulo I - Patrimônio Histórico e Artístico Do Estado Da Paraíba Art. 1º
- Ficam sob a proteção e vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, órgão desconcentrado da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis, atuais e futuros, existentes nos limites de seu território, cuja apresentação seja de interesse público, a saber:

I Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo.

II Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fatos memoráveis da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade.

III Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitar" a espécimes interessantes da flora e da fauna locais.

IV Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural.

V Ruas, logradouros, praças, largos, tudo enfim que possa caracterizar o ambiente histórico-arquitetônico, de quaisquer cidades do Estado (Paraíba, 1978).

No Brasil, a consolidação da noção de patrimônio cultural teve seu marco inicial na Constituição Federal de 1988. O artigo 216 estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro compreende tanto bens materiais quanto imateriais, refletindo a identidade e a memória dos diversos grupos que compõem a sociedade. Esse reconhecimento constitucional representou um avanço significativo, pavimentando o caminho para a aprovação, em 2000, uma lei nacional de registro de bens de natureza intangível. Esse processo, não só fortaleceu a proteção e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, mas também promoveu uma compreensão mais inclusiva e abrangente da diversidade cultural do país, reconhecendo a importância não apenas dos monumentos físicos, mas também das práticas, tradições e expressões culturais imateriais. Essa abordagem holística estimulou um diálogo mais profundo sobre a preservação do legado cultural, incentivando a participação ativa das comunidades na salvaguarda de suas tradições. Além disso, trouxe à tona a necessidade de políticas culturais mais sensíveis e adaptáveis, capazes de proteger e promover a diversidade cultural em um contexto de constante mudança.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (C.F. de 1988, in: Iphan, 2006, p. 20)

Outro ponto a evidenciar no âmbito brasileiro ocorreu em 04 de agosto de 2000, com o decreto 3.551, que compôs o “Registro dos bens culturais de natureza imaterial”, retomado para a preservação de manifestações culturais de caráter processual, tais como as formas de expressão, celebrações e lugares que desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na transmissão de conhecimentos entre as gerações (Brasil, 2000). Ao criar esse registro, com esse decreto o Brasil demonstrou um compromisso reconhecendo as práticas culturais, reforçando a garantia as tradições, expressões e o patrimônio único do país. Apesar dos esforços legislativos e institucionais para a preservação do patrimônio histórico no Brasil, são notórias a falta de percepção da sociedade sobre a presença desse patrimônio em seu cotidiano e a importância dos cidadãos na busca por soluções para sua conservação. Muitas vezes, monumentos históricos e locais de significância cultural são vistos como elementos distantes ou mesmo irrelevantes para a vida diária das pessoas. Essa falta de conscientização sobre a importância do patrimônio histórico pode resultar em sua negligência e degradação ao longo de tempo.

Em relação aos instrumentos legais e os procedimentos práticos relacionados à restauração do patrimônio e da cultura têm seguido trajetórias inversas. Segundo Nicholls (2011) os instrumentos legais tendiam a ser muito estritos e limitados em sua abrangência, enquanto os procedimentos práticos eram notavelmente intervencionistas, muitas vezes compensados as lacunas deixadas pela rigidez legal. No entanto, ao longo dos anos, os instrumentos legais passaram a se tornar mais abrangentes, permitindo uma maior flexibilidade na abordagem da restauração do patrimônio. Por outro lado, os procedimentos práticos, em um movimento talvez reflexo dessa evolução, tornaram-se menos intervencionistas, abordando abordagens mais sutis e menos intrusivas na execução dos trabalhos de restauração. Ao longo do desenvolvimento das práticas de conservação do patrimônio, houve uma clara tendência em direção a abordagens menos intervencionistas e mais flexíveis (Nicholls, 2011). Inicialmente, o foco estava nas noções de restauração e reintegração. No entanto, essa abordagem evoluiu para incluir conceitos como manutenção, reparo, conservação preventiva e informacional, que priorizam a preservação do estado existente do patrimônio e a minimização da intervenção física (Nicholls, 2011).

A preservação do patrimônio cultural muitas vezes se concentra predominantemente nos bens materiais, deixando de lado uma riqueza igualmente importante e delicada: o patrimônio cultural imaterial. Esta última categoria abriga tradições, conhecimentos e práticas transmitidas ao longo das gerações, especialmente evidentes nos ambientes rurais onde as raízes

culturais muitas vezes são mais profundas e vivas. Aqui, nasce e se desenvolve uma sequência de costumes, rituais e saberes ancestrais que não apenas refletem, mas também moldam a identidade e a história de uma comunidade. Ao negligenciar essa dimensão imaterial, corre-se o risco de perder não apenas a essência das paisagens culturais rurais, mas também fragmentos essenciais da memória coletiva de uma sociedade. Portanto, é fundamental expandir o foco da preservação para abranger não apenas os monumentos físicos, mas também as tradições e práticas que os sustentam, garantindo assim a continuidade e a integridade de nossa herança cultural e promovendo uma compreensão mais profunda e holística de nossa identidade como sociedade.

É dentro do conceito de paisagem cultural que esse patrimônio pode apresentar uma maior importância, por sua configuração complexa e orgânica, que consegue interligar valores materiais, expressos na arquitetura funcional voltada a atender um tipo de vida e de produção, seus utensílios e ferramentas tradicionais; os valores paisagísticos e naturais; e os valores imateriais, suas tradições, modos de fazer, culinária, e a importância simbólica a ele agregada (Ferreira, 2010, p.24).

Ferreira (2010) menciona que as ações de preservação do patrimônio cultural em áreas rurais não são inexistentes, mas é notório que tais esforços são bastante limitados em número e alcance. Quando ocorrem, muitas vezes se restringem ao tombamento de propriedades rurais individuais, com uma atenção voltada exclusivamente para os aspectos físicos das estruturas. Essa abordagem focalizada deixa de lado a vasta riqueza de tradições e práticas culturais imateriais que também constituem uma parte vital do patrimônio rural. Portanto, há uma necessidade imediata de ampliar e aprimorar as estratégias de conservação para abranger os elementos materiais quanto imateriais do patrimônio cultural nas áreas rurais. Isso requer uma abordagem que reconheça e valorize não apenas os aspectos físicos das estruturas, mas também as práticas e tradições que dão vida e significado às paisagens culturais rurais. Ao integrar essas duas dimensões do patrimônio, é possível promover uma preservação mais eficaz e sustentável, que honre a complexidade e a diversidade das heranças culturais das comunidades rurais e contribua para sua continuidade e vitalidade no futuro.

2.3. Teorias contemporâneas de conservação e restauro

A restauração é um campo multifacetado, embasado em diversas teorias e abordagens. Explora uma ampla gama de aspectos, e as teorias que o cercam são notavelmente diversas e significativas. Cada especialista traz uma perspectiva única para a discussão, contribuindo para a compreensão e prática da restauração, trazendo consigo experiências, conhecimentos e visões particulares. Essa diversidade de abordagens enriquece o campo da restauração, permitindo que

problemas complexos sejam abordados de maneiras criativas e adaptáveis. Ao considerar uma variedade de teorias e perspectivas, os profissionais da restauração podem tomar decisões informadas e éticas, garantindo que o patrimônio cultural e natural seja preservado e valorizado para as gerações futuras. A partir da interação entre teorias conservacionistas, surgem métodos inovadores e soluções customizadas para cada contexto específico de intervenção. Isso não apenas promove a preservação dos bens culturais e naturais, mas também respeita sua integridade histórica, estética e funcional. Dessa forma, a restauração não é apenas um processo técnico, mas também um exercício de interpretação, diálogo e compromisso com a memória e a identidade das comunidades e sociedades.

Ormindo (2008) apresenta o tema restauro historicamente ao relatar que no Brasil, a prática do restauro seria recriada a partir da década de 1940 na sede carioca do SPHAN, tratando-se de recriação pelo fato que estávamos praticamente isolados do mundo, pela ausência de canais de comunicação, que só se abririam na década de 1960, com a divulgação da Carta de Veneza, a fundação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) internacional e com as primeiras missões da UNESCO no país. A partir dos anos 60, devido ao desafio da urbanização acelerada, os serviços de proteção ao patrimônio se voltam para a preservação de grandes setores urbanos deteriorados. Portanto, ao adentrar na problemática da restauração arquitetônica, é fundamental compreender que ela se distingue pelo fato da obra de arquitetura ter uma força utilitária. Precisa ser compreendido que a arquitetura quando perde o seu uso social, ela transforma-se em arqueologia, sendo assim o autor destaca:

É preciso compreender que a arquitetura, quando perde seu uso social, transforme-se em arqueologia. Por isso, a conservação do monumento depende, primordialmente, da função. Os monumentos da Antiguidade que chegaram até nós íntegros foram aqueles que mantiveram uma função social continuada, (entre outros o Panteon de Roma e a igreja de Santa Sofia, em Constantinopla). Portanto, um dos atributos principais da restauração arquitetônica, em qualquer época, é a reintegração do monumento na vida sócio-cultural. (Ormindo, 2008, p. 20)

Para Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (2000) restaurar implicava recuperar uma unidade estilística ideal, na qual o restaurador deveria se colocar no lugar do autor original, realizando complementações que assegurassem a harmonia entre função, forma e estrutura. Dessa forma, sua teoria e prática se interligam, destacando a coerência entre esses elementos na restauração.

Esse programa, antes de mais nada, admite por princípio que cada edifício ou cada parte de um edifício devam ser restaurados no estilo que lhes pertence, não somente como aparência, mas como estrutura. São poucos os edifícios que, durante a Idade Média sobretudo, foram construídos de uma só vez, ou, se assim o foram, que não tenham sofrido modificações notáveis, seja através de

acréscimos, transformações ou mudanças parciais. É, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos. Ademais, na França, cada província possui um estilo que lhe é próprio, uma escola da qual é necessário conhecer os princípios e os meios práticos (Viollet-le-Duc, 2000, p. 47).

Para o John Ruskin é importante cuidar dos monumentos para que não precise restaurá-los, o crítico acreditava que a restauração era uma forma de destruição e de falsidade e por isso chamava atenção para a manutenção da edificação “Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los. Algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha, salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína. Zele por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação” (Ruskin, 2008 p. 81-82). Assim, essa abordagem ressalta a preocupação não apenas com a conservação física, mas também com a preservação da sua idade histórica e sua autenticidade. Portanto para teórico querer restaurar um objeto ou um edifício é atentar contra a autenticidade da sua própria essência, melhor dizendo, o teórico entende que a essência de um bem:

Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade das nações (Ruskin, 2008, p. 68).

A preservação dos bens materiais e imateriais de um local histórico é vital para a manutenção da identidade e memória de uma sociedade. Ao longo da história, essa preocupação emergiu em diferentes momentos e contextos, refletindo a importância atribuída à herança cultural e ao legado do passado. No século XIX, após a Revolução Francesa, a necessidade de preservação se tornou mais evidente, impulsionada pela percepção do valor intrínseco da história e da arquitetura. No início do século XX, com as Guerras Mundiais e o período pós-guerra, essa preocupação se intensificou diante das consideráveis alterações nas malhas urbanas das cidades, resultando na destruição de muitos locais históricos e na perda de patrimônio cultural. Esses eventos traumáticos demonstraram a fragilidade dos bens históricos e reforçaram a necessidade de medidas eficazes de preservação para proteger a herança cultural das futuras gerações. Assim, a preservação dos bens materiais e imateriais de um local histórico não apenas conserva a história e a identidade de uma comunidade, mas também enriquece a experiência humana, promovendo o entendimento e a apreciação do passado.

O arquiteto e restaurador do século XIX, Camillo Boito (2003), desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos princípios de restauração de monumentos. Embora não tenha elaborado uma teoria formal, Boito baseou-se em sua vasta experiência e conhecimento para enunciar diretrizes essenciais para esse processo. Inspirado por pensadores como Ruskin e Viollet-le-Duc, dos quais admirava e, ocasionalmente, criticava as ideias, Boito sintetizou conceitos fundamentais que influenciaram profundamente a abordagem moderna à conservação do patrimônio arquitetônico. Suas contribuições destacaram a importância da integridade histórica e estilística na restauração, enfatizando a necessidade de respeitar a autenticidade dos monumentos enquanto se buscava sua preservação. Boito defendeu a ideia de que a restauração deveria ser discreta e reversível, evitando intervenções excessivas que pudessem comprometer a autenticidade e a integridade histórica das estruturas. Além disso, sua ênfase na pesquisa histórica e na compreensão do contexto cultural de cada monumento influenciou a abordagem interdisciplinar adotada pelos restauradores modernos. Assim, o legado de Camillo Boito continua a ser uma referência importante para os profissionais da restauração, que buscam equilibrar a conservação do patrimônio arquitetônico com as demandas contemporâneas de uso e apreciação.

Diferença de estilo entre o novo e o velho; diferença de materiais de construção; supressão de linhas ou ornatos; exposição das velhas partes removidas, nas vizinhanças do monumento; incisão, em cada uma das partes renovadas, da data da restauração ou de um sinal convencionado; descrição e fotografia dos diversos períodos das obras expostas no edifício ou em local próximo a ele, ou ainda descrições em publicações; notoriedade. (Boito, 2003, p. 26.)

Na obra de Boito (2003), menciona que a classificação da restauração arquitetônica se baseia em três tipos distintos, organizadas com base na idade e no estilo dos edifícios. A abordagem arqueológica visa preservar e restaurar os elementos originais, respeitando sua autenticidade histórica e materialidade. Por outro lado, a abordagem concentra-se na recriação visual dos elementos perdidos ou danificados, muitas vezes através de técnicas de pintura e decoração. Já a restauração arquitetônica aborda questões estruturais e funcionais, buscando garantir a estabilidade e a utilização adequada do edifício. O método utilizado para as restaurações se fundamenta em análises aprofundadas da obra, procurando aprender seus aspectos formais e técnico-construtivos. Isso inclui estudos documentais, observação direta e levantamentos métricos do edifício. Além disso, há um uso extensivo de desenhos e fotografias, permitindo examinar tanto a configuração geral do complexo quanto seus detalhes construtivos e ornamentais.

O teórico Cesare Brandi revolucionou a abordagem do restauro ao colocar a obra de arte como ponto central de todo o processo. Para o autor, é a própria obra que dita os termos do restauro, uma vez que apenas aquilo que é reconhecido como obra de arte merece ser restaurado. Ele enfatiza a importância de compreender a obra em sua totalidade, considerando não apenas sua forma física, mas também sua essência estética e histórica. Assim “o restauro consiste no momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com objetivo da sua transmissão ao futuro” (Brandi, 2004, p. 30). Brandi defende uma abordagem que respeite a integridade da obra, buscando preservar sua autenticidade e significado original. Para o autor, o restauro não deve ser uma tentativa de recriar ou modificar a obra, mas sim um processo de conservação que permita sua fruição e compreensão. Essa abordagem colocou o foco na responsabilidade do restaurador em garantir sua preservação, influenciando profundamente a prática do restauro e os debates teóricos no campo da conservação do patrimônio cultural.

Por isso, definindo a restauração como o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal, a reconhecemos naquele momento do processo crítico em que, tão-só, poderá fundamentar a sua legitimidade; fora disso, qualquer intervenção sobre a obra de arte é arbitrária e injustificável. Além do mais, retiramos para sempre a restauração do empirismo dos procedimentos e a integramos na história, como consciência crítica e científica do momento em que a intervenção de restauro se produz. [...] Com isso não degradamos a prática, antes, a elevamos ao mesmo nível da teoria, dado que é claro que a teoria não teria sentido se não devesse, necessariamente, ser verificada na atuação [...] (Brandi, 2004, p. 100)

De acordo com Brandi (2004) é aconselhável que o processo de restauro não só busque restabelecer uma unidade potencial sem criar um falso artístico, mas também preserve as evidências da passagem do tempo. Essa abordagem ressalta a importância de reconhecer e respeitar a história da obra, mantendo intactas as marcas que testemunharam a sua jornada ao longo dos anos. Portanto, o restauro não se limita a uma mera restauração estética, mas também busca conservar a autenticidade histórica da obra, incorporando as camadas de significado que acumulou ao longo do tempo. Conforme, Brandi (2004, p. 33) “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. Assim, o restauro torna-se um processo delicado de equilíbrio entre preservação e intervenção, no qual o respeito pela integridade da obra e pela sua trajetória histórica são considerações centrais. Essa abordagem permite que a obra continue a contar sua história única e a transmitir sua mensagem original, enriquecendo a compreensão e apreciação do patrimônio cultural.

Por meio dos princípios de Cesare Brandi (2004), a integração das intervenções deve ocorrer de maneira harmoniosa, sem destoar do conjunto original. Para tanto, é essencial que as intervenções sejam reconhecidas, mas não a ponto de romper a unidade estética da obra. Esse processo não apenas preserva a integridade da obra, mas realça também a sua relevância dentro da sua história e cultura. Segundo Brandi (2004, p. 126) “de modo que não possam surgir dúvidas sobre a autenticidade de uma parte qualquer da própria obra de arte”. Isso implica que as intervenções devem ser cuidadosamente planejadas e executadas, utilizando materiais e técnicas que se integrem de forma natural ao contexto original, respeitando o estilo, a cor e a textura da obra. Ao fazê-lo, as intervenções tornam-se parte da narrativa da obra, testemunhando sua evolução ao longo do tempo e contribuindo para a compreensão de sua história e significado. Assim, o objetivo final do restauro é não apenas devolver a obra à sua condição original, mas também garantir sua autenticidade, perpetuando seu valor cultural e estético.

De acordo com as ideias de Carbonara (2006, tradução de Köhl) existem três proposições sobre o papel do restauro na preservação e apreciação das obras de arte. Em primeiro lugar, destaca-se a importância do restauro como um ato crítico voltado ao reconhecimento da obra de arte e necessário para superar o contraponto entre as instâncias históricas e estéticas. No entanto, a segunda afirmação ressalta que se tratando de obras de arte, o restauro pode somente privilegiar a instância estética, o que pode gerar debates sobre a autenticidade e a integridade histórica da obra. Por fim, a terceira diz respeito à salvaguarda das condições ambientais que asseguram melhor a apreciação do objeto, assim como a espacialidade da obra. Dessa forma, as proposições destacam a complexidade e a responsabilidade de uma abordagem que leve em conta tanto as dimensões históricas quanto as estéticas, além de considerar o contexto ambiental e espacial da obra de arte. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma análise crítica e sensível na prática do restauro, buscando equilibrar diferentes aspectos para garantir a preservação e a apreciação adequada do patrimônio ao longo do tempo.

É importante reconhecer que a abordagem de Carbonara (2006, tradução de Köhl) sugere que não parece que realmente se deva falar de uma superação completa das posições brandianas, mas sim um refinamento e uma expansão dessas perspectivas. O autor propõe uma abordagem evolutiva e incremental, isso implica a necessidade contínua de revisão metodológica, desenvolvimento de novas técnicas e teorias, e uma ampliação das considerações no processo de restauro. Portanto, em vez de destacar completamente as contribuições

anteriores, o objetivo é construir sobre elas, integrando as perspectivas afim de enriquecer ainda mais a prática do restauro. Esse entendimento permite um diálogo mais dinâmico entre os diversos pensamentos do campo do restauro, promovendo um ambiente de colaboração e processo contínuo. Assim, há um reconhecimento da importância de preservar e adaptar os princípios estabelecidos às necessidades e desafios contemporâneos, garantindo a relevância e eficácia contínuas do campo da conservação do patrimônio cultural. Essa abordagem abre espaço para a inovação e o aprimoramento contínuo, permitindo que o restauro evolua em resposta às demandas em constante mudança do mundo moderno.

De acordo com as categorizações de Kühl (2006), a diversidade de abordagens na preservação do patrimônio arquitetônico se desdobra em três vertentes distintas, com ênfases e diretrizes específicas. Sendo a vertente **"crítico-conservativa e criativa"**, essa postura é fundamentada na teoria de Brandi e no restauro crítico. Nessa abordagem, reconhece-se a coexistência e a importância do momento conservativo para preservar a autenticidade da obra, enquanto o criativo busca possibilitar sua evolução e adaptação às exigências contemporâneas. Essa vertente não apenas visa a conservação estática do objeto artístico, mas também sua revitalização dinâmica. Em seguida, tem-se a postura **"pura conservação"**, cujo foco primordial reside na reverência à instância histórica, um princípio que deve ser observado de maneira inquestionável. Dentro deste paradigma, a manutenção assume um papel crucial, atuando não apenas na conservação física da estrutura, mas também na eliminação das causas subjacentes de degradação, como patologias estruturais e acúmulo de sujeira. Por último, a abordagem da **"manutenção-repristinação"** emerge como uma filosofia de restauração que se dedica à preservação da obra através de uma constante manutenção, enquanto busca restabelecer sua forma e técnicas originais. Essas diferentes vertentes no campo da restauração representam não apenas abordagens metodológicas distintas, mas também refletem diferentes visões filosóficas sobre o papel do restauro na preservação do patrimônio arquitetônico. Junto a Giovanni Carbonara, outros dois importantes nomes no campo da restauração arquitetônica são Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018) e Paolo Marconi (1933-2013). Neste trabalho, será dada maior ênfase às ideias de Carbonara, especialmente no que tange à inserção de nova arquitetura em contextos históricos.

A partir das considerações sobre a preservação, Carbonara (2012) propõe uma série de princípios que orientam as intervenções em bens com valor histórico e cultural. Esses princípios visam conciliar a necessidade de conservação e proteção com o respeito à autenticidade e à essência original das obras. Entre esses princípios destaca-se o critério da **"intervenção**

mínima", como regra fundamental; o de sua "**reversibilidade**", pelo menos potencial; o de sua "**distinguibilidade**" visível; a da "**compatibilidade**" físico-química, para que o novo não acabe prejudicando o antigo, por sua maior resistência mecânica ou agressão química [...]; a da sua "**atualidade**" e sinceridade expressiva, sendo a restauração, como quer que seja entendida, um ato de nosso tempo, uma manifestação da cultura histórica e figurativa de hoje, não de outras futuras ou passadas (Carbonara, 2012b, p.16, tradução e grifo Fernandes, 2022, p. 55-56).

2.4. Princípios-guias para intervenções arquitetônicas

A Carta de Veneza (Icomos, 1964) estabelece que “a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos” (Icomos, 1964, p. 2). Ao destacar o caráter excepcional dos trabalhos de restauro, a carta enfatiza a importância de intervenções cuidadosas e bem pensadas, evitando tudo o que possa comprometer a autenticidade e integridade do monumento. Os esforços de restauro visam preservar o significado histórico e cultural do monumento, mantendo a fidelidade aos materiais originais e respeitando os documentos autênticos. Esta abordagem visa garantir que a intervenção seja realizada quando verdadeiramente necessária para proteger o monumento, evitando quaisquer modificações excessivas ou desnecessárias que possam prejudicar a sua integridade.

A carta ainda destaca que “os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história” (Icomos, 1964, p. 3). Para alcançar essa harmonia, os elementos substitutos devem ser escolhidos e aplicados com cautela, de modo a serem compatíveis com os materiais e as técnicas originais utilizadas na construção do monumento. É essencial que esses elementos se misturem ao conjunto de forma coesa, evitando assim falsificações que possam distorcer a compreensão da história representada pelo monumento. Portanto, a intervenção nos elementos faltantes deve ser feita de maneira a respeitar a autenticidade e a integridade do monumento, preservando sua essência histórica e estética. Essa abordagem cuidadosa e sensível assegura que a restauração não comprometa a autenticidade do monumento, permitindo que sua mensagem histórica e cultural seja preservada de maneira fiel e compreensível.

Desse modo a Carta de Restauro (Ministério da instrução, 1972) define a restauração como “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a

transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos” (Ministério da instrução, 1972, p. 1-2). Essa definição abrangente ressalta não apenas a conservação física dos elementos, mas também sua capacidade contínua de cumprir sua função original, bem como garantir sua legibilidade e compreensão ao longo do tempo. A restauração, portanto, não se limita apenas à reparação de danos ou à estabilização de estruturas, mas engloba também ações que visam manter viva a narrativa histórica e cultural associada a esses artefatos. Dessa forma, a restauração desempenha um papel crucial na preservação da identidade e da memória coletiva das sociedades. Ao transmitir integralmente essas obras e objetos para o futuro, a restauração contribui para a continuidade e a valorização do patrimônio cultural, enriquecendo assim a herança cultural das comunidades e promovendo uma maior apreciação da história e da arte.

O projeto de restauro, conforme descrito na Carta de Restauro (Ministério da instrução, 1972) baseia-se em uma abordagem abrangente de Cesare Brandi, que inclui observação gráfica e fotográfica detalhada, interpretada também sob o aspecto metrológico. Além disso, abrange um estudo cuidadoso para verificar as condições de estabilidade da estrutura, garantindo a integridade física do objeto restaurado. Essa abordagem multidisciplinar e cuidadosa é essencial para assegurar que o processo de restauro seja conduzido com rigor e responsabilidade, preservando não apenas o aspecto estético, mas também a autenticidade e durabilidade do patrimônio cultural. Ao combinar observações detalhadas, análises metrológicas e estudos de estabilidade, os projetos de restauração podem garantir resultados duradouros que respeitam a história e o caráter dos objetos e edifícios restaurados. A avaliação minuciosa das condições estruturais também ajuda a identificar possíveis ameaças à integridade física do patrimônio, permitindo que medidas preventivas sejam implementadas para reduzir esses riscos.

A Carta de Restauro (Ministério da instrução, 1972), menciona o fato de que é “uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos”. (Ministério da instrução, 1972, p. 9). Ao realizar intervenções de restauração, é crucial manter a integridade original dos materiais, técnicas e características arquitetônicas do objeto ou edifício em questão. Preservar a autenticidade implica em respeitar a história e o contexto cultural do patrimônio, garantindo que quaisquer modificações realizadas estejam em harmonia com o caráter original da obra. Além disso, essa abordagem visa a evitar a falsificação ou a adulteração da história representada pelo objeto restaurado. Ao seguir esse princípio, os projetos de restauração podem assegurar que o patrimônio cultural seja transmitido de forma genuína e fiel, promovendo assim uma compreensão autêntica e significativa da história e da identidade cultural de uma comunidade. Essa salvaguarda da autenticidade não apenas preserva

a integridade histórica dos objetos restaurados, mas também enriquece a experiência dos visitantes ao proporcionar uma conexão autêntica com o passado e a cultura de uma sociedade.

A Carta de Burra (Icomos, 1980) destaca que o objetivo da “conservação é preservar a significação cultural de um bem” (Icomos, 1980, p. 2). Isto significa não só proteger a sua integridade física, mas também reconhecer a sua importância simbólica, histórica e cultural para a comunidade. Ao considerar o significado cultural, reconhecemos que a propriedade carrega memórias, valores e identidade, tornando-a relevante para as gerações atuais e futuras. A conservação não consiste, portanto, apenas em manter a integridade física de um objeto ou lugar, mas também em promover a compreensão e a apreciação do mesmo num contexto cultural mais amplo. Esta abordagem enfatiza a necessidade de uma gestão sensível dos recursos culturais, tendo em conta não só a sua materialidade, mas também a sua importância para a continuidade da história e identidade de uma comunidade. A conservação torna-se, portanto, um ato de responsabilidade para com o passado e o futuro, garantindo que as gerações futuras possam beneficiar e aprender com a riqueza cultural herdada.

Na Carta de Burra enfatiza que as “técnicas empregadas devem, em princípio, ser de caráter tradicional” (Icomos, 1980, p. 2), ressaltando a eficácia dessas práticas desenvolvidas e aprimoradas ao longo de gerações na preservação dos bens culturais. Essas técnicas são valorizadas por sua profunda ligação com a cultura e as tradições locais, refletindo um conhecimento íntimo dos materiais e condições ambientais específicas de uma região. No entanto, a defesa das técnicas tradicionais não implica uma exclusão completa da inovação ou da tecnologia moderna. Pelo contrário, sugere uma abordagem integradora que combina saberes ancestrais com métodos contemporâneos, visando uma conservação eficaz e respeitosa dos bens culturais. Essa abordagem equilibrada reconhece a importância da continuidade cultural ao mesmo tempo em que aproveita os avanços tecnológicos para fortalecer e aprimorar os esforços de conservação. Ao integrar métodos tradicionais com tecnologias modernas, é possível garantir uma abordagem mais completa e abrangente à preservação do patrimônio cultural.

Seguindo a Carta de Burra ressalta que na restauração “as contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas” (Icomos, 1980, p. 4). Portanto, o reconhecimento e a valorização dos elementos originais e as intervenções posteriores que fazem parte da história da edificação, devem ser considerados e preservados. Ao adotar esse princípio, a restauração transcende a mera tentativa de retorno à condição original, tornando-se uma celebração da diversidade e complexidade histórica. Cada intervenção realizada revela informações sobre determinada época, estilo e técnicas de construção, enriquecendo a narrativa da edificação.

Dessa forma, os conservadores e restauradores são incentivados a adotar uma abordagem sensível e criteriosa, equilibrando a preservação da autenticidade histórica com a necessidade de estabilização e revitalização do bem. Essa abordagem contribui para a conservação e valorização contínuas do patrimônio, garantindo sua relevância e significado ao longo do tempo.

A Carta de Washington (Icomos, 1987) destaca que “a participação e o desenvolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda” (Icomos, 1987, p. 2). Essa afirmação ressalta a importância de envolver os habitantes das cidades no processo de conservação e gestão do seu patrimônio cultural e histórico. Ao incentivar a participação ativa das pessoas que vivem e interagem diariamente com esses locais, é possível garantir que suas necessidades, preocupações e perspectivas sejam devidamente consideradas nas decisões de preservação. Além disso, ao dar autoridade às comunidades locais para que se envolvam ativamente na preservação do seu patrimônio, é possível promover um senso de responsabilidade compartilhada e orgulho pela herança cultural coletiva, criando uma maior conexão com esses espaços históricos. Essa abordagem colaborativa não apenas fortalece os laços entre os moradores e o patrimônio da cidade, mas também contribui para a sustentabilidade a longo prazo desses locais históricos, pois a participação ativa da comunidade pode levar a soluções mais criativas, eficazes e socialmente inclusivas para a sua conservação e revitalização.

A Carta de Nara “a diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade” (Unesco *et al.* 1994, p. 1). Esta diversidade cultural oferece informações valiosas sobre as diferentes formas de pensar, criar e viver. Cada cultura é um tesouro único, contendo tradições, valores, e perspectivas que enriquecem a compreensão humana. Ao preservar e valorizar essa diversidade, podemos aprender com as experiências e sabedorias acumuladas ao longo dos séculos, promovendo a tolerância, o respeito e a cooperação entre os povos. Além disso, a preservação do patrimônio cultural não apenas enriquece nossas vidas individualmente, mas também fortalece os laços entre as comunidades e promove um senso de identidade e pertencimento. Portanto, é imperativo reconhecer e proteger a diversidade cultural e patrimonial como uma parte essencial da herança global da humanidade.

Conforme estipulado na Carta de Nara, “todas as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas” (Unesco *et al.* 1994, p. 2). Essas expressões

abrangem uma ampla gama de elementos, cada aspecto desse patrimônio é uma parte vital da identidade cultural de uma comunidade, refletindo sua história, valores e visão de mundo. Ao reconhecer e valorizar essas expressões, não apenas preservamos a diversidade cultural, mas também promovemos a compreensão mútua e o respeito entre os povos. Além disso, o respeito pelo patrimônio cultural de uma sociedade é essencial para a sua própria coesão e vitalidade, pois fortalece o senso de identidade e pertencimento entre seus membros.

A Carta de Cracóvia, de 2000, enfatiza que “o objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizam em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original” (Lopes e Correia, 2000, p. 3). Portanto, se dar destaque na autenticidade e integridade reflete um compromisso de preservação da identidade e da história destes locais, reconhecendo a sua importância como testemunhas tangíveis do passado. Ao preservar estes elementos no seu estado original, as gerações futuras poderão ter uma compreensão verdadeira e completa do contexto histórico e cultural em que estes monumentos e edifícios estão situados. Além disso, ao manter a autenticidade e a integridade, promove a valorização e o respeito pelo patrimônio cultural e arquitetônico, enriquecendo a experiência das comunidades locais e dos visitantes. Preservar monumentos e edifícios históricos na sua aparência original é, portanto, crucial para garantir que continuam a ser relevantes e significativos ao longo do tempo.

Em relação a declaração de significância, Zancheti e Hidaka (2014) menciona que a declaração é uma ferramenta fundamental que se apoia no conceito de significância cultural. Este conceito refere-se ao conjunto de valores culturais atribuídos por uma comunidade a um determinado patrimônio. No âmbito teórico, várias questões se desdobram a partir desta definição, tais como: quais são os valores culturais em jogo? Como esses valores são identificados e por quem? Estas indagações estão intrinsecamente ligadas à abordagem cultural que sustenta o conceito de significância. A Declaração de Significância, portanto, representa um ponto de convergência onde diversas teorias, ideologias e políticas empregadas pelos conservadores do patrimônio são sintetizadas. Serve como um instrumento para representar como um bem patrimonial pode efetivamente expressar o passado, encapsulando as múltiplas narrativas históricas e culturais que moldam a identidade de uma comunidade. Assim, a elaboração desta declaração implica em uma análise cuidadosa dos valores atribuídos ao patrimônio, uma compreensão profunda de sua história e contexto, e uma consideração reflexiva sobre como esses valores são percebidos e interpretados pela comunidade em questão.

Na elaboração de uma Declaração de Significância, Zancheti e Hidaka (2014) cita três etapas essenciais: a determinação da significância, a avaliação da mesma e a redação final do documento, como mostra a (Figura 3) abaixo. Na primeira etapa, a determinação da significância requer uma análise minuciosa do edifício em questão, um profundo entendimento da sua história e contexto, bem como a identificação dos valores que são atribuídos a ele pela comunidade. Na fase de avaliação, é crucial submeter a informação documental a um escrutínio rigoroso. Além disso, a decisão final sobre a importância dos valores identificados deve ser tomada de forma participativa, envolvendo os atores sociais que foram consultados durante a fase de identificação. Por fim, a redação da declaração de significância representa o ponto culminante do processo. Neste estágio, os valores identificados devem ser claramente estabelecidos, incluindo quaisquer controvérsias que possam existir em torno deles.

Figura 3 – Esquema das fases da elaboração da declaração de significância



Fonte: Autoria própria (2024)

Em resumo, a criação de uma Declaração de Significância representa um processo complexo e essencial no âmbito da conservação do patrimônio cultural. Esta declaração não apenas condensa os valores culturais atribuídos a um bem específico pela comunidade, mas também integra uma análise crítica da sua história, contexto e perspectivas envolvidas. As fases de determinação, avaliação e redação da declaração requerem uma análise meticulosa dos valores em questão, uma avaliação participativa de sua importância e uma redação final fundamentada em informações transparentes e sólidas. A Declaração de Significância não é um mero documento estático, mas sim uma ferramenta dinâmica que orienta as práticas de conservação e gestão do patrimônio cultural, assegurando o reconhecimento e a preservação de sua importância ao longo do tempo. Ao encapsular as diversas narrativas históricas e culturais que moldam a identidade de uma comunidade, ela contribui para uma compreensão mais

abrangente e inclusiva do passado, presente e futuro do patrimônio cultural. Dessa forma, a elaboração e aplicação de uma declaração desempenha um papel vital na proteção e promoção da diversidade cultural, bem como na salvaguarda do patrimônio para as próximas gerações.

A declaração de significância vai além da simples documentação de um edifício; ela estabelece uma conexão profunda entre o espaço físico e a identidade coletiva de uma comunidade. No caso do casarão em estudo, que é um importante ponto de referência na cidade, ela encapsula histórias vividas e acontecimentos importantes que somados, contribuem para a construção de uma memória compartilhada. O valor do casarão não reside apenas em sua arquitetura ou nos materiais usados quando foi edificado, mas no impacto emocional e simbólico que o local tem para aqueles que o conhecem. Quando reconhecemos essa memória coletiva, estamos, de fato, atribuindo ao edifício um valor que vai muito além de sua funcionalidade ou beleza arquitetônica.

O projeto de restauração da casa vai muito além da simples preservação da estrutura física, abrangendo também a revitalização de sua função social. Ao propor um novo uso ao espaço, o restauro faz com que o local volte a ter relevância na vida urbana contemporânea, mantendo viva a memória associada a ele. Reutilizar o espaço é uma forma de reascender essas lembranças, oferecendo novas oportunidades de interação, enquanto preserva o espírito do lugar. Embora a declaração de significância seja uma ferramenta útil para contextualizar o valor histórico, cultural e social de uma edificação, este estudo não se aprofundará nesse conceito. O foco desta pesquisa se concentrará, sobretudo, na aplicação prática das técnicas de conservação e restauração, alinhadas às necessidades do edifício e à preservação de sua integridade, com ênfase nos aspectos técnicos e arquitetônicos envolvidos no restauro.

2.5. Museu e memorial

Os museus são simultaneamente lugares de memória e de poder. Esses dois conceitos estão interligados em todas as instituições museológicas. Além dessas conexões simbólicas, os museus desempenham um papel fundamental na sociedade contemporânea. Eles não apenas preservam e exibem artefatos históricos e culturais, mas também servem como centros de educação e reflexão crítica. Promovem a pesquisa, a inovação e a compreensão intercultural, contribuindo para a construção de identidades coletivas e individuais. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios relacionados à democratização do acesso, à inclusão de diversas vozes e narrativas, e à adaptação às novas tecnologias e formas de comunicação. Os museus representam centros de poder, pois têm a capacidade de moldar narrativas, influenciar

percepções culturais e educar o público. A articulação entre memória e poder é fundamental para entender a função dos museus na sociedade. Este poder de moldar narrativas permite que os museus desempenhem um papel ativo na construção de um entendimento compartilhado da história, cultura e identidade. Complementa este pensamento, no seguinte termo:

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder. (Chagas, 2009, p. 4)

Os museus não apenas conservam e apresentam o patrimônio cultural, mas também interpretam e contextualizam esse patrimônio de maneiras que podem desafiar ou reforçar determinadas visões de mundo. Além disso, os museus enfrentam o desafio contínuo de se manterem relevantes em um mundo em rápida mudança. A inclusão de novas tecnologias, como exposições interativas e realidades aumentada e virtual, está transformando a maneira como os visitantes interagem com os acervos. Os museus devem garantir que suas coleções e exposições reflitam a diversidade das experiências humanas e incluam as vozes de grupos historicamente marginalizados.

De acordo com Vieira (2017) é amplamente reconhecido que os museus modernos estão ligados aos processos de consolidação dos estados nacionais. Em uma condição onde se procuravam as raízes da nação e suas continuidades históricas, com uma perspectiva de um passado único e coerente, os museus tinham a capacidade de articular e integrar, em seus acervos simbólicos, narrativas que os transformavam em espaços de homenagem e celebração de um culto comum, exaltando o passado nacional. Ainda seguindo Vieira (2017) o conceito de "museu" reflete uma expectativa contemporânea sobre esse espaço, onde se espera que suas coleções proporcionem tanto a apreciação estética quanto a troca de conhecimentos por meio de exposições. A função dos museus, nesse contexto, reflete a influência da Nova Museologia, que emergiu na problematização dos anos 1970. Essa abordagem transformadora questionou e ampliou o papel tradicional dos museus, propondo uma visão mais dinâmica e engajada. Hoje, os museus são vistos não apenas como espaços de preservação e exposição, mas também como locais de interação social, educação e debate público.

Conforme Vieira (2017) foi a partir da problematização no ano de 1970 que os museus se tornaram instituições voltadas para o serviço à sociedade, dedicadas à preservação e salvaguarda e disseminação do patrimônio cultural. Suas funções educativas visam facilitar o acesso do público ao conhecimento presente nos museus. Essa necessidade emergiu com a

“aceleração da história”, quando se tornou evidente a perda dos vestígios do passado e a consequente sensação de uma perda coletiva diante das rápidas transformações do presente. Uma característica da nova museologia é o destaque na acessibilidade e inclusão. Os museus contemporâneos se esforçam para serem mais acessíveis a diferentes públicos, não apenas fisicamente, mas também culturalmente, adaptando suas exposições e programas para atender a uma diversidade de perspectivas e experiências. Além disso, há um compromisso com a representação de histórias, culturas e educação, sendo um ponto chave, onde não apenas mostram arte e história, mas também servem como espaços de aprendizado ativo. Esse desempenho pedagógico não se restringe apenas ao público escolar, mas também engloba adultos, idosos e a comunidade em geral. Os museus são guardiões não apenas de objetos físicos, mas também de narrativas e tradições que ajudam a formar uma compreensão do passado e do presente.

Em relação ao conceito de memorial, conforme Barcellos (1999, p. 8) ele é definido como um “lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais [...]”. Assim, um memorial não é apenas um espaço físico que conserva e expõe coleções de objetos de valor cultural e institucional. É um lugar que desempenha um papel crucial na preservação da memória coletiva e na celebração de eventos, pessoas ou ideias que são significativas para a identidade cultural e histórica de uma comunidade. Geralmente, os memoriais se concentram a temas específicos ou em uns momentos históricos marcantes que têm um impacto na consciência coletiva. Os memoriais não apenas documentam e apresentam evidências materiais do passado, mas também buscam transmitir significados mais profundos e complexos. Eles fornecem um contexto para compreender os eventos históricos e promovendo uma reflexão sobre as lições aprendidas. Além de ser local de preservação e educação, os memoriais também são espaços de homenagem e lembrança.

Segundo Barcellos (1999), a segunda característica dos memoriais que observamos é que eles atuam como grandes centros culturais. Embora sejam chamados de memoriais, na prática, abrigam diversas atividades culturais, desde a música até as artes plásticas. Assim, acabam desempenhando um papel semelhante ao das Secretarias de Cultura do Estado, promovendo a cultura em geral. Os memoriais transcendem a função de preservação histórica e se estabelecem como dinâmicos centros culturais. Embora originalmente concebidos para lembrar eventos ou figuras importantes, esses espaços têm evoluído para abrigar um amplo conjunto de atividades culturais. Essa transformação permite que os memoriais não apenas mantenham viva a memória do passado, mas também atuem como incentivadores da

criatividade e da expressão artística. Ao servir como locais para exposição geral da cultura, os memoriais ampliam seu alcance e relevância social, atraindo um público diversificado e engajado.

Barcellos (1999) menciona que etimologicamente, o conceito de memorial se diferencia do conceito de museu. Um memorial não é um museu e não deve ser entendido como tal. É incorreto chamá-los indistintamente de memorial ou museu, ou considerar que funcionam da mesma maneira. Diferentemente dos museus, que são "estabelecimentos administrados no interesse geral", conforme proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) em Paris, em 1957, os memoriais atendem a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória particular de uma determinada instituição. Suas semelhanças com os museus residem apenas na forma, como apontam os Estatutos do ICOM para os museus em geral, ao afirmar que "se assemelham aos museus as bibliotecas públicas e os centros de arquivos que mantêm em permanência salas de exposição". Embora tais conceitos possam parecer pouco elucidativos para o campo pretendido, é importante lembrar que até agora, instituições governamentais importantes têm criado memoriais sem o mínimo critério, baseando-se em um conceito sem conteúdo. A distinção etimológica entre memorial e museu é fundamental para compreender a natureza e os objetivos de cada tipo de instituição.

Enquanto os museus são estabelecimentos administrados no interesse geral, destinados a coletar, preservar, exibir e educar o público, os memoriais têm um foco mais específico. Os memoriais se dedicam à divulgação, conservação e valorização de uma memória particular, geralmente relacionada a eventos históricos significativos, figuras notáveis ou causas específicas. Esse foco especializado permite que os memoriais criem um espaço dedicado à reflexão e à lembrança, atendendo a uma função distinta dos museus. A confusão entre memorial e museu pode levar a práticas inadequadas na criação e administração desses espaços. Conforme mencionado, instituições governamentais frequentemente criam memoriais sem um critério claro, resultando em espaços que carecem de um conceito bem definido e conteúdo significativo. Portanto, é crucial que a conceituação e a administração dos memoriais sejam realizadas com cuidado, levando em conta sua função única e os interesses específicos que pretendem atender. A clara definição e separação dos conceitos de memorial e museu não apenas respeitam a natureza distinta de cada instituição, mas também asseguram que ambos possam operar com eficácia em suas respectivas funções.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

No presente capítulo, concentra-se a análise do ambiente urbano no qual a estrutura arquitetônica é situada, proporcionando uma compreensão abrangente do contexto em que está inserida. Inicia-se com o processo histórico que culminou na formação do município em questão, explorando suas origens, desenvolvimento ao longo do tempo e os principais eventos que moldaram sua identidade urbana. Prossegue-se com uma análise morfológica, empregando a elaboração e interpretação de mapas temáticos. Estes mapas são essenciais para a compreensão da organização espacial do município, revelando padrões de uso do solo e entre outros aspectos relevantes.

3.1. Breves anotações sobre a urbanização de São José de Espinharas – PB e da história do casarão

O município de São José de Espinharas encontra-se na região central da Mesorregião do Sertão e na Microrregião de Patos. Aproximadamente a 332 km a oeste da capital paraibana, João Pessoa, esta encantadora localidade oferece um cenário único e cheio de história. O acesso à sede do município a partir de João Pessoa é feito principalmente pela rodovia BR-230, conhecida como transamazônica, em uma jornada de aproximadamente 310 km até Patos, uma das cidades mais importantes da região. A partir de Patos, segue-se pela BR-110 por cerca de 14 km, proporcionando uma rota alternativa para alcançar São José de Espinharas. Essas estradas não são apenas vias de acesso, mas também caminhos que revelam a beleza das paisagens sertanejas, com suas vastas planícies e vegetação típica.

A cidade de São José de Espinharas destaca-se como detentor da terceira maior área territorial do Estado da Paraíba, segundo dados do IBGE (2024). No entanto, o contato entre as diversas fazendas e sítios dispersos pela região e a sede municipal nem sempre é tão direto. Essa dificuldade de acesso é influenciada por dois principais fatores. Primeiramente, a extensão territorial do município é um elemento significativo. Segundamente, a proximidade e a facilidade de comunicação com Patos, cidade que serve como polo regional, têm impacto na dinâmica de acesso ao município. A ligação mais rápida e acessível com Patos muitas vezes favorece as regiões sul e oeste de São José de Espinharas, criando um desafio extra para a centralização e integração do território municipal.

De modo geral, segundo Figueiredo (2019), as primeiras ocupações das terras que hoje compõem o município estão relacionadas aos povos nativos. Portanto, alguns eventos históricos confirmam a presença dos indígenas na região. Entre esses elementos, destacam-se as famosas formações rochosas conhecidas popularmente como pedra da pintada e pedra do sino. A pedra da pintada atrai a atenção pela presença de impressionantes pinturas rupestres, que testemunham a rica expressão artística e cultural das antigas civilizações que habitavam a área. Por sua vez, a pedra do sino apresenta uma peculiaridade única: a capacidade de reproduzir sons quando tocada. Este fenômeno natural, além de despertar o fascínio e curiosidade dos visitantes, é considerado um marco importante na história local. Esses monumentos naturais não só representam vestígios físicos do passado, mas também servem como testemunhos vivos da riqueza cultural e histórica dos povos indígenas que deixaram sua marca memorável no território de Espinharense. Dentre o recorte espacial da área (Figura 4) mostrado abaixo, pode-se evidenciar diversas edificações históricas e prédios de serviços no entorno, esses pontos mostram a importância da zona para a cidade e destacam o potencial da casa para a população, considerando o grande fluxo de pessoas que moram e trabalham em suas imediações.

Figura 4 – Mapa de entorno da edificação



Fonte: Adaptado do Google Earth (2024)

No cenário educacional da cidade, as instituições desempenham papéis vitais no desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças e jovens. Neste contexto,

destacam-se quatro importantes instituições: a escola estadual, a escola municipal, a creche municipal e a biblioteca, que, infelizmente, encontra-se desativada.

A escola estadual é um pilar fundamental na formação acadêmica de estudantes do ensino fundamental e médio. Caracteriza-se por seguir diretrizes curriculares estabelecidas pelo governo estadual, proporcionando uma educação padronizada e de qualidade. Paralelamente, a escola municipal foca no ensino fundamental, atendendo crianças até o nono ano. Esta instituição é administrada pela prefeitura local. A creche municipal, por sua vez, tem um papel crucial nos primeiros anos de vida das crianças. Focada na educação infantil, atende crianças a partir de dois anos até os cinco anos, oferecendo um ambiente seguro e estimulante. Infelizmente, a biblioteca, que outrora foi um ponto de encontro e de disseminação de conhecimento, encontra-se desativada. Este espaço, que deveria ser um complemento essencial ao aprendizado formal, oferecendo acesso a livros, recursos digitais e atividades culturais, está atualmente fora de operação. A falta de uma biblioteca ativa representa uma lacuna significativa na educação da comunidade, privando estudantes e cidadãos de uma fonte valiosa de informação e de um local propício ao estudo e à pesquisa.

Figura 5 – Fachada frontal casa grande

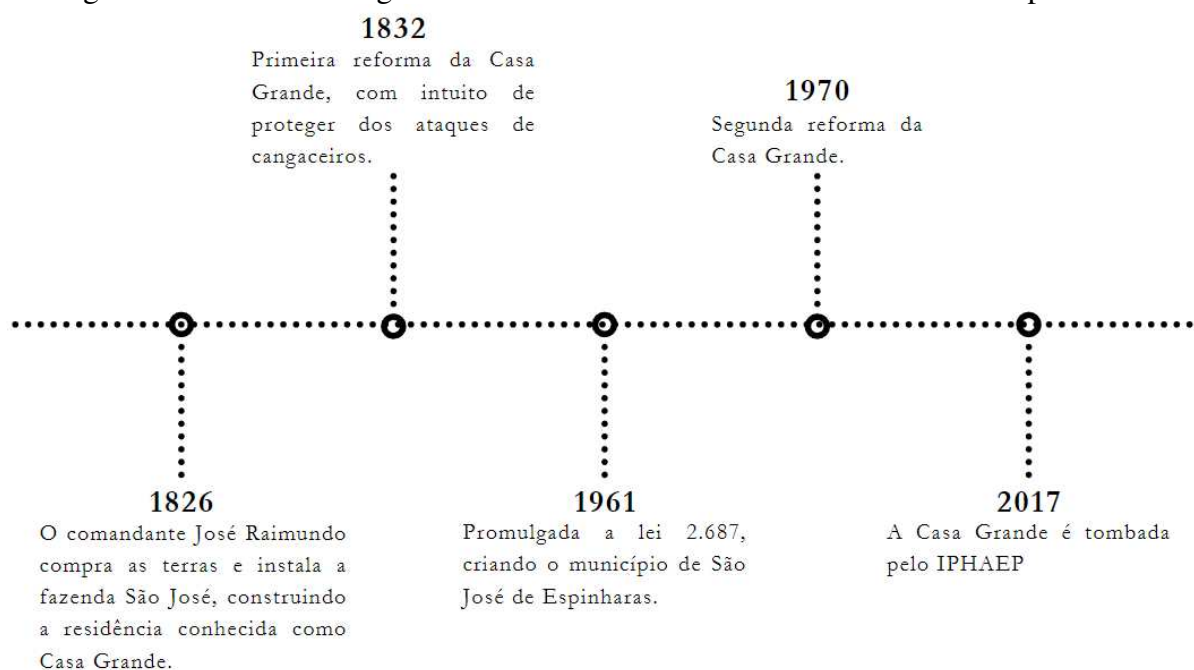


Fonte: Acervo pessoal (2023)

Com base nos dados do IBGE (2024) na primeira parte do século XIX, mais precisamente em 1826, o Comandante José Raimundo Vieira, natural da cidade de Icó, no Ceará, comprou ao Barão do Ipanema uma sesmaria com seis léguas quadradas. A primeira casa do município se instalou nas proximidades do Rio Espinharas, a fazenda São José (Figura 5). A edificação então ficou conhecida por “Casa Grande” e, assim, é chamada até os dias atuais.

São José de Espinharas fazia parte de um dos quatro distritos que integravam a cidade de Patos, sendo: Patos, Passagem, Cacimba de Areia e São José. Ainda segundo o IBGE (2024), no dia 26 de dezembro de 1961 foi promulgada a lei 2.687, que desmembrou São José do distrito, tornando-se a cidade de São José de Espinharas. Nesse contexto, sua história fica fortemente ligada à da cidade de Patos, tanto pela passagem do Rio Espinharas nestes municípios, como também pelos usos e eventos na Casa Grande, relevante ao distrito em diferentes períodos.

Figura 6 – Linha cronológica da Casa Grande e da cidade de São José de Espinharas



Fonte: Autoria própria (2024)

Em relação ao recorte temporal se dá por meio da fundação e das reformas realizadas no edifício (Figura 6). Assim, o recorte constitui um aspecto crucial na compreensão da evolução e da identidade da estrutura. A fundação marca o ponto de partida, o momento em que a comunidade é estabelecida, representando um marco inicial que define os valores e os propósitos fundamentais. Por outro lado, as reformas representam períodos de mudança e adaptação. Portanto, o recorte temporal que abarca tanto a fundação quanto as reformas oferece uma visão abrangente da trajetória histórica e do desenvolvimento contínuo, destacando tanto sua origem quanto sua capacidade de evoluir e se adaptar ao longo do tempo. O período estudado será do ano de 1826 até o período atual de 2024.

Figura 7 – Primeira reforma (1832)



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Figura 8 – Segunda reforma (1970)



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Segundo Figueiredo (2019) com a crescente preocupação com a segurança das terras diante da ameaça de banditismo, em 1832 (Figura 7), surgiu a necessidade premente de uma reforma na edificação. Nessa reforma, foram acrescentadas uma guarita e uma guerrilha com aberturas em arco pleno e grades de ferro, alterando apenas o seu acesso principal, visando não apenas expandir a estrutura física, mas também agregar novos ambientes que possibilitassem uma melhor vigilância do território, essencial para proteger a propriedade contra possíveis ataques. Na década de 1970 (Figura 8), a Casa Grande, símbolo emblemático da cidade, passou por mais uma fase de reformas. Dessa vez, o foco foi a modernização e o conforto, com a adição de um banheiro à edificação. Por fim, no dia 26 de julho de 2017, a casa em questão foi tombada pelo IPHAEP, com intuito de preservar a sua história, a sua arquitetura e cultura local.

3.2. Levantamento e atual situação do edifício

O levantamento físico do casarão e seu entorno foi conduzido meticulosamente, com a participação de duas pessoas, com o objetivo de assegurar a precisão e fidelidade das medidas obtidas em relação às proporções reais da área. Para garantir essa exatidão, utilizou-se uma trena de fibra de vidro, uma ferramenta confiável e amplamente reconhecida por sua precisão. Durante o processo de medição, foram cuidadosamente aferidas as cotas de níveis, assim como as dimensões da calçada. Essas informações detalhadas e precisas foram aplicadas com minúcia ao desenho por meio do software Autocad 2021, garantindo que o projeto reflita com exatidão a configuração física do local. Essa abordagem cuidadosa não apenas assegura a qualidade do trabalho, mas também fornece uma base sólida para futuras etapas de planejamento e design. Esse processo aconteceu durante a tarde do dia 21 de novembro de 2023, das 13:40 às 15:00.

O processo de levantamento teve início pela fachada frontal, representada pela (Figura 9) onde foi meticulosamente verificada tanto a largura quanto o comprimento da estrutura. Esse

método sistemático permitiu capturar com precisão as dimensões externas do casarão, fornecendo uma base sólida para o restante do levantamento. Posteriormente, foram feitas medidas e fotografias da parte interna da edificação, como mostra a (Figura 10). Esse enfoque abrange, tanto a parte externa quanto interna do casarão, garantindo não apenas a exatidão das dimensões físicas, mas também fornecendo um registro visual completo que será fundamental para futuras análises e projetos.

Figura 9 – Fachada frontal



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 10 – Interior da casa



Fonte: Acervo pessoal (2024)

O sistema estrutural e construtivo do imóvel é composto por paredes e baldrame de alvenaria com tijolos de adobe, que se mantêm estáveis mesmo após 198 anos de exposição às intempéries. As paredes externas são mais espessas em comparação com as internas. A maioria das paredes internas não alcança a altura do teto, exceto nas fachadas leste e oeste. A cobertura do casarão é dividida em quatro partes, sendo a maior delas em duas águas, e o banheiro e a guerrilha, cada um contém uma água menor. Sua estrutura é constituída em madeira com ripas, caibros e linhas, e suas telhas são do tipo cerâmica (Figura 11). Atualmente, a estrutura de madeira visível na área residencial apresenta a presença de pragas, como cupins, que podem danificar a estrutura, e as telhas originais estão sujas. Existem locais com predominância de bolor devido à falta de uma parte considerável do telhado (Figura 12), causando também danos à estrutura.

Figura 11 – Estrutura do telhado



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 12 – Bolor presente na parte interna



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Nas fachadas do imóvel, é possível perceber marcas de vandalismo. As cores atuais são vermelha e amarela nas fachadas leste e oeste (Figura 13 e Figura 14). A fachada leste apresenta bolor, vandalismo, adobe aparente, descolamento de reboco, vegetação e rachaduras. Já a fachada oeste apresenta bolor, alteração cromática, descolamento de reboco, vegetação e adobe aparente

Figura 13 – Fachada leste



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 14 – Fachada oeste



Fonte: Acervo pessoal (2024)

As outras duas fachadas, norte e sul (Figura 15 e Figura 16), apresenta também marcas de pinturas. A fachada norte possui tinta à base de cal e uma cor amarela, quanto a fachada sul, possui tinta à base de cal. Ambas elevações apresentam alteração cromática, adobe aparente, descolamento de reboco e vegetação.

Figura 15 – Fachada norte



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 16 – Fachada sul



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Na (Figura 17) é possível visualizar uma breve linha do tempo com relação a situação da fachada da residência.

Figura 17 – Linha do tempo



Fonte: Autoria própria (2024)

Quanto à área interna, os revestimentos estão em péssimo estado, com descolamento de reboco que expõe a estrutura de tijolos. Além disso, há presença de vegetação, sujeira, vandalismo, manchas de bolor, fissuras e rachaduras. A casa possuía piso de ladrilho em toda a construção e piso de cimento queimado na parte da guarita e banheiro. Portanto, os revestimentos do piso em toda a edificação apresentam danos significativos, incluindo áreas onde o revestimento está completamente ausente. (Figura 18).

Figura 18 – Estado de revestimentos e alvenarias internas



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Atualmente, não há presença de esquadrias no local, devido aos frequentes atos de vandalismo. As portas e janelas, eram desenvolvidas feitas de fichas de madeira, possuíam giro e abertura para a parte interna (Figura 19).

Figura 19 – Estado das esquadrias



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Nesse contexto, ao analisarmos o nível de degradação presente no setor, é evidente a falta de interesse tanto por parte dos herdeiros quanto das autoridades em conservar o imóvel.

O estado de abandono é perceptível em diversos aspectos, desde a estrutura física até a manutenção regular, que já não é realizada há anos. As autoridades, que poderiam investir na preservação, não demonstram qualquer iniciativa em implementar políticas ou programas de restauração que poderiam resgatar o valor histórico e cultural do imóvel. A combinação desse desinteresse gera um cenário desolador, onde o potencial do patrimônio se perde em meio ao descaso. Além disso, a falta de conservação afeta negativamente a comunidade local, que vê um importante símbolo de sua história ser gradualmente destruído e por ser uma área residencial, coloca a vida dos moradores em risco por ser um ponto para atos de vandalismo.

Posto isso, a casa chegou a essa situação devido ao vandalismo motivado por crenças populares. Muitos acreditam que o local esconde “botijas”, que são pequenos tesouros enterrados, contendo moedas, joias e outros objetos de valor. Essa superstição levou algumas pessoas a invadirem a propriedade em busca desses supostos tesouros, causando danos significativos à estrutura. Portas e janelas foram destruídas, pisos e paredes foram escavados, e elementos arquitetônicos importantes foram arruinados, chegando a derrubar um fogão a lenha e um pilar. A combinação de abandono e depredação alimentada por essas lendas resultou no grave estado de deterioração em que o imóvel se encontra atualmente.

3.3. Análise urbana

Para iniciar as análises morfológicas de um recorte específico, foi estabelecido um raio de limite de 200 metros. Essa medida foi selecionada cuidadosamente para englobar praticamente toda a extensão do bairro, garantindo a inclusão das áreas mais cruciais para o estudo de sua estrutura e desenvolvimento. O centro desse raio coincide com o terreno do projeto. Essa abordagem visa assegurar a abrangência necessária para capturar as características morfológicas fundamentais, resultando em uma análise detalhada e significativa para a compreensão do contexto urbano local.

A paisagem urbana é o reflexo da complexa interação entre a ocupação humana e a estrutura ambiental sobre a qual ela se desenvolve. Dentro desse contexto, é possível discernir uma imensidade de elementos que contribuem para moldar e definir essa paisagem de forma única. Entre esses elementos, destacam-se o tipo de ocupação, a evolução ao longo do tempo, a composição morfológica, a influência cultural, os aspectos econômicos e a rica história que permeia cada rua e edifício. A compreensão da paisagem urbana vai além da simples observação de seus aspectos físicos; requer uma análise profunda que leve em consideração não apenas a configuração espacial, mas também os processos sociais, culturais e econômicos que

a moldam. A tipologia dos edifícios, a distribuição de espaços públicos e privados, os padrões de mobilidade, as práticas de uso do solo e a presença de elementos simbólicos são todos aspectos que contribuem para a identidade e caráter distintivo de uma paisagem urbana.

Além disso, a história desempenha um papel fundamental na formação da paisagem urbana, deixando evidências que contam a narrativa da cidade ao longo do tempo. Monumentos históricos, ruas antigas, traços arquitetônicos de diferentes épocas contribuem para a riqueza e diversidade da paisagem urbana. Por fim, a economia e as forças culturais contemporâneas também deixam sua marca na paisagem urbana, influenciando a revitalização de áreas degradadas, a preservação do patrimônio histórico e a criação de espaços públicos. Posto isso, o traçado da área de estudo revela um padrão de crescimento urbano que exhibe uma combinação de características. Algumas quadras apresentam uma disposição regular e uma lógica clara de movimentação urbana, enquanto outras áreas exibem um crescimento mais desordenado. Uma observação importante é a divergência no tamanho dos lotes, com uma variação significativa entre pequenos, médios e grandes terrenos. Essa disparidade está intrinsecamente ligada à diversidade de usos dos terrenos na área.

O mapa de uso do solo desempenha um papel crucial na compreensão abrangente das cidades e na orientação de seu desenvolvimento futuro. Ele oferece uma visão detalhada e visualmente acessível da organização espacial das áreas urbanas, destacando onde residências, comércios e instituições estão localizados. Não só permite uma análise detalhada da distribuição das atividades urbanas, mas também é fundamental para o planejamento do espaço urbano. Através da análise do mapa de uso do solo, representado na (Figura 20) é possível identificar que devido à diversidade do solo nessa região, há uma significativa proporção de ocupação que ocupa atividades comerciais e mistas, embora a função residencial ainda predomine em grande escala.

Figura 20 – Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Autoria própria (2024)

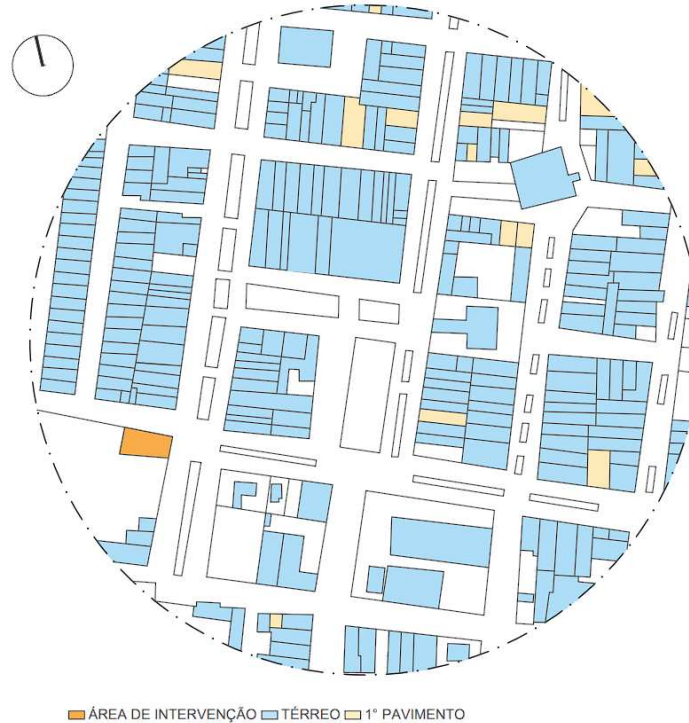
O cenário demonstra empreendimentos comerciais como loja de roupa, salão de beleza, bares, mercadinhos, bem como prestadores de serviço, como a Lotérica Federal, agência dos Correios, caixa eletrônico do Banco Bradesco, entre outros. Compreende-se ainda a presença de edificações de uso institucional e religioso, entre elas escolas estadual e municipal, biblioteca, prefeitura, câmara municipal, além da Igreja Matriz de São José.

O mapa de gabarito desempenha a função de assegurar que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira coordenada e sustentável, ao mesmo tempo em que preserva a identidade e a qualidade de vida dos habitantes. Ao definir as alturas máximas permitidas para as construções garante que novos edifícios sejam projetados e construídos de acordo com os padrões estabelecidos, evitando a obstrução de vistas panorâmicas, minimizando a sombra sobre espaços públicos e mantendo uma escala urbana que harmonize com o entorno.

A forma de ocupação resulta em uma paisagem urbana diversificada, caracterizada por áreas onde edifícios de usos e alturas específicas se intercalam harmoniosamente com o ambiente natural preexistente. Isso é evidenciado pelo gabarito das edificações, como representado na (Figura 21). O mapa revela a predominância de construções térreas e embora haja uma quantidade significativa de edifícios de um andar. A diversidade representada pelas

diferentes cores nos mapas reflete a complexidade da estrutura urbana, evidenciando alturas que indicam um padrão variado de ocupação do solo. Embora prevaleçam usos residenciais e construções de baixa altura, a presença de diferentes tipos de edificações contribui para a riqueza e diversidade da paisagem urbana.

Figura 21 – Mapa de gabarito



Fonte: Autoria própria (2024)

A hierarquia das vias urbanas e suas características em termos de infraestrutura são agrupadas em diferentes categorias, que incluem o sistema arterial principal, o arterial secundário, as vias coletoras e as locais. Essas categorias apresentam diversas dimensões e padrões de conexão na organização das cidades. Notavelmente, a maioria das vias na cidade pertence à categoria local, destinada a fornecer acesso direto a propriedades e áreas particulares. Essa configuração pode ser observada na (Figura 22), que ilustra o mapa do sistema viário para a área de estudo, evidenciando o predomínio das vias locais, seguidas pelas vias coletoras e arteriais.

Figura 22 – Mapa de hierarquia de via



Fonte: Autoria própria (2024)

O mapa destaca a presença de duas vias arteriais na área de estudo: a Rua Antônio Gomes da Costa e a Avenida Capitão Cazuza Sátiro. Ambas operam em mão dupla e desempenham um papel crucial como vias principais de entrada e saída do município. Além das vias arteriais, a área conta com duas vias coletoras, incluindo a que delimita a área de intervenção. Essas vias percorrem áreas de relevância comercial e de serviços. As demais vias compõem o sistema local e estão situadas em zonas predominantemente residenciais.

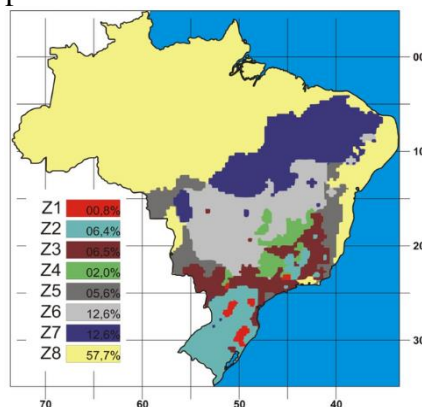
Analisando os mapas urbanos, é evidente que o município dispõe de uma ampla gama de instalações que atendem às diversas necessidades da população. A região examinada é caracterizada pela presença predominante de propriedades construídas, abrangendo tanto residências quanto estabelecimentos comerciais. A maioria dessas estruturas é composta por pavimentos térreos, refletindo uma tendência comum na área. Além disso, apesar da predominância das vias locais, é notável a presença significativa das principais vias coletoras e arteriais na região. Estas desempenham um papel crucial na conectividade e acessibilidade dentro e fora da área de estudo, facilitando o fluxo de tráfego. Essa configuração urbana sugere uma concentração de atividades e serviços essenciais dentro da área, proporcionando facilidade para os residentes locais.

3.4. Levantamento de dados bioclimáticos

Considerando a importância dos dados bioclimáticos do local em estudo para a realização desta pesquisa, é fundamental seguir as diretrizes estabelecidas pela Norma Brasileira 15220-3: 2005 - Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Esta norma oferece orientações valiosas, incluindo a delimitação de zonas bioclimáticas. No caso específico deste estudo, a área de intervenção se enquadra na zona bioclimática 07, conforme ilustrado na (Figura 23) da norma. Essa classificação bioclimática é essencial para orientar as estratégias de projeto e construção, garantindo o conforto térmico e a eficiência energética das habitações na região em questão.

A norma em questão identifica oito regiões bioclimáticas distintas, cada uma com suas características específicas, demandando a aplicação de diretrizes construtivas fundamentadas em princípios semelhantes. Na zona bioclimática 7 exibe três principais núcleos: 1 - Aberturas para ventilação e sombreamento; 2 - Tipos de vedações externas; e 3 - Estratégias de condicionamento térmico passivo. No contexto dessas diretrizes, o envoltório externo das edificações, dando ênfase nas paredes, recebe atenção especial e a seleção de métodos que favoreçam a ventilação e a entrada de luz. Portanto, é essencial considerar cuidadosamente os materiais, técnicas de construção e detalhes de projeto, a fim de garantir não apenas o conforto térmico dos ocupantes, mas também a harmonia estética e funcionalidade do conjunto arquitetônico como um todo, levando em conta os usos e a permanência dos ocupantes do espaço.

Figura 23 – Mapeamento do zoneamento bioclimático brasileiro

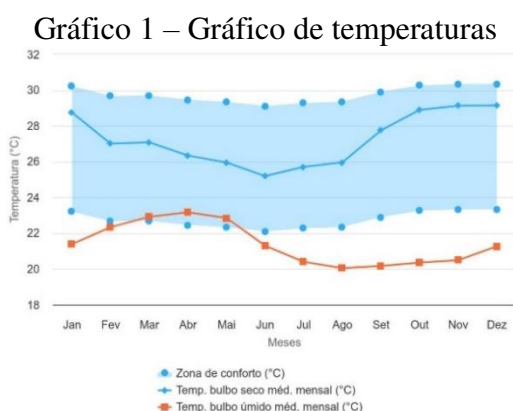


Fonte: Adaptado da NBR 15220-3 (2005)

Após identificar a zona bioclimática específica, inicia-se uma avaliação detalhada com o objetivo de criar um plano que guie a execução do projeto de acordo com as características

climáticas locais. Esse plano visa ajustar o ambiente para melhor se adequar às condições específicas da região em questão. No caso da investigação dos dados relacionados ao clima em São José de Espinharas/PB, foram analisadas medições de diversos parâmetros, incluindo índices de temperatura, padrões de chuva, umidade relativa do ar, níveis de radiação solar, direção dos ventos. Essa análise minuciosa dos dados climáticos locais é fundamental para orientar as estratégias de projeto e garantir que as edificações atendam às necessidades de conforto térmico e eficiência energética da região.

Os estudos sobre temperatura e direção do vento desempenham um papel crucial na definição das estratégias de conforto em projetos arquitetônicos. Ao analisar os gráficos e os dados correspondentes, é possível obter uma compreensão mais profunda das condições climáticas ao longo do ano. No (Gráfico 1) apresenta as variações de temperatura ao longo das estações são evidenciadas.



Fonte: INMET *apud* ProjetEEE (2016)



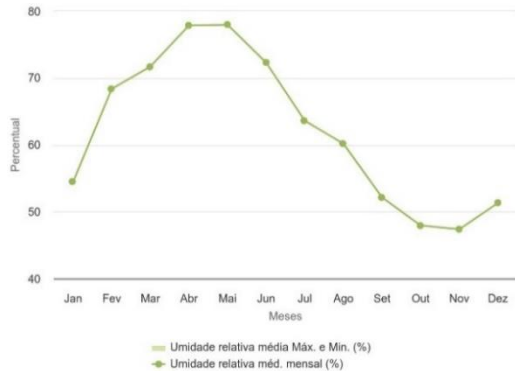
Fonte: INMET *apud* ProjetEEE (2016)

Observa-se que a maior temperatura de bulbo seco no município foi de 29,15 °C, registrada em dezembro, enquanto a menor foi de 25,19 °C, em junho. É notável que, de junho a dezembro, a temperatura aumenta de forma consistente, enquanto entre janeiro e maio ocorrem flutuações irregulares, com quedas e altas de temperatura. Com relação ao bulbo úmido, a maior temperatura foi de 23,17 °C em abril, e a menor foi de 20,4 °C em julho. Observa-se um aumento gradual da temperatura nos demais meses, enquanto entre agosto e novembro ocorre uma queda também gradual. Essa análise destaca a necessidade de considerar essas variações climáticas ao projetar espaços que garantam o conforto térmico dos ocupantes ao longo de todas as estações.

Em relação ao período chuvoso, o gráfico de chuvas (Gráfico 2) revela um padrão de concentração de maior volume nos meses de janeiro a maio, atingindo o pico com um índice de 618 mm em abril. A partir daí, observa-se uma diminuição progressiva nos valores de

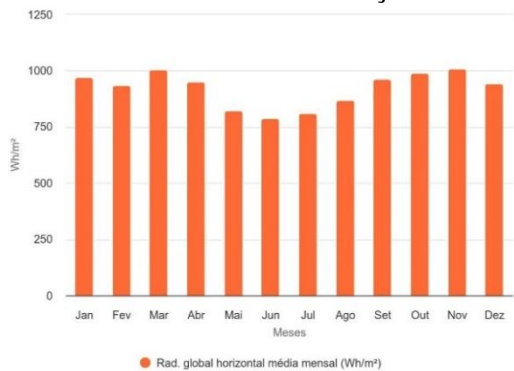
precipitação, indo de 270 mm a 25 mm nos meses de maio a dezembro, com o mês de setembro registrando índice nulo. É crucial destacar que a região está suscetível a episódios de estiagem. Para lidar com essa problemática, torna-se essencial implementar soluções que promovam o consumo hídrico eficiente e a gestão adequada dos recursos hídricos disponíveis.

Gráfico 3 – Gráfico de umidade relativa



Fonte: INMET *apud* ProjetEEE (2016)

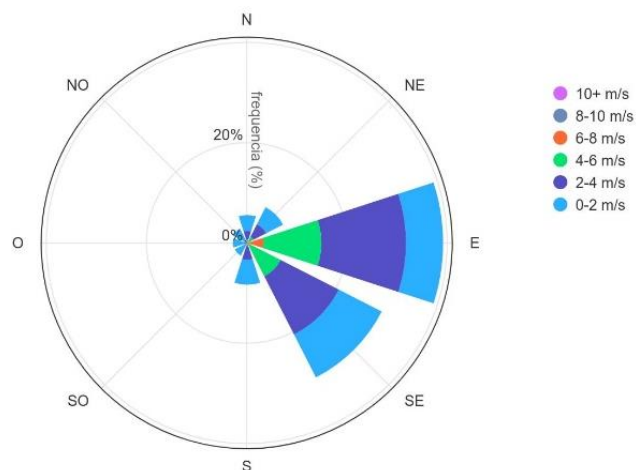
Gráfico 4 – Gráfico de radiação mensal



Fonte: INMET *apud* ProjetEEE (2016)

Outro ponto importante trabalhado é em relação a umidade relativa do ar, podendo ser definida como a relação entre umidade absoluta e ponto de saturação. No gráfico acima (Gráfico 3) observa-se que de janeiro a maio ocorre um aumento de percentual, sendo o mês de maio o maior percentual com 77,99%, portanto, em junho começa a diminuir até o mês de dezembro, atingindo a mínima de 47,37% no mês de novembro. Sendo que no mês de dezembro observa-se um pequeno crescimento. Quanto a representação da radiação média mensal (Gráfico 4), nota-se que o mês de novembro tem a maior incidência, com a média de radiação de 1.010,57 wh/m². Durante os meses de maio e julho os valores de radiação são mais baixos, atingindo a mínima 798,90 wh/m² no mês de junho.

Gráfico 5 – Rosa dos ventos



Fonte: INMET *apud* ProjetEEE (2016)

Ao realizar um projeto, é essencial considerar a relação entre a direção dos ventos. O (Gráfico 5) acima apresenta a rosa dos ventos, fornecendo dados sobre a velocidade, frequência e direção predominante dos ventos na região. É notável que a direção predominante dos ventos é do Leste, seguida pelo Sudeste. Além disso, o gráfico indica uma média de velocidade predominante na faixa de 4 a 6 metros por segundo. Essas informações são cruciais para orientar o posicionamento e o design de estruturas e edificações de forma a otimizar a ventilação natural e mitigar os efeitos adversos de ventos fortes e chuvas intensas.

4 REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Este trabalho está centrado em dois temas específicos: o uso e o restauro. Nesse contexto, as referências selecionadas são cuidadosamente escolhidas para harmonizar com os critérios estabelecidos pela corrente crítico-conservadora e criativa, além de estarem relacionadas ao novo uso proposto. Essa abordagem visa não apenas preservar a integridade do patrimônio, mas também revitalizá-lo de maneira significativa, agregando valor ao contexto histórico e cultural. A busca por equilíbrio entre tradição e inovação é fundamental, garantindo que o projeto respeite a identidade original do espaço enquanto atende às necessidades contemporâneas. Assim, as referências escolhidas são fundamentais para orientar o processo de design, assegurando que a intervenção proposta seja sensível, funcional e esteticamente coerente.

4.1. Restaurar ao invés de substituir: a recuperação do Palauet Nolla de Meliana em Valência

- Ficha técnica

Tipo de projeto: Restauro

Endereço: Camino del Barranquet, 57, Meliana

Ano do projeto: 2020

Escritório: ARAE patrimonio y restauración

De acordo com o portal ArchDailly (2022) a edificação (Figura 24), que era uma antiga fábrica de mosaicos, chegou ao estado de ruína no ano de 2010, com diversos danos a sua estrutura interna e externa tanto por fatores naturais como por intervenção humana.

Figura 24 – Palauet Nolla



Fonte: Escritório ARAE, reprodução Archdaily (2022)

A edificação é datada do século XVII (Figura 25), à época se tratava de uma casa de frades que se converteu em uma fábrica de mosaicos, durante essa mudança de funcionalidade e devido o antigo dono receber constantes visitas foram implementados anexos na fachada sul e oeste, sendo estas decoradas com os materiais cerâmicos produzidos no local, que foram mantidos no projeto de restauração (Archdaily, 2022).

Figura 25 – Circulação da edificação



Fonte: Escritório ARAE, reprodução Archdaily (2022)

O projeto de restauração teve início em 2011 por meio de várias intervenções, substituindo as estruturas danificadas como tetos, mosaicos e telhados (Figura 26). Durante esse processo, foi destacado pelo escritório responsável que as intervenções foram voltadas para a recuperação dos elementos danificados, evitando a substituição ou a reprodução dos materiais.

Figura 26 – Mosaicos



Fonte: Escritório ARAE, reprodução Archdaily (2022)

4.1.2. Solar do Rosário

- Ficha técnica

Tipo de projeto: Restauro

Endereço: Rua Claudino do Santos, 150, Centro histórico de Curitiba

Ano do projeto: 2020

Arquitetos: Igor David, Leticia Florêncio, Loane Vidolin, Schirley Nayara

O projeto compreende o restauro de uma residência familiar datada de 1890 pertencente à família Paula França, no ano de 1940 a residência foi abandonada, sendo adquirida em 1960 pelo historiador Newton Carneiro funcionando com escola, em 1992 a edificação passou por um processo de restauro estando a frente o arquiteto Enerto Zanon neste ano a edificação foi reinaugurado como Solar do Rosário (Figura 27), funcionando agora como um espaço de cultura e arte (Behance, 2020).

Figura 27 – Fachada Frontal do Solar do Rosário



Fonte: Behance (2022)

O projeto de restauro visa eliminar danos a qual a edificação apresenta como crosta negra, desagregamento, eflorescência, como também, promover alterações no anexo, que funciona como café livraria, mas que toma vista da fachada lateral da edificação, logo o grupo trouxe para a proposta transforma-lo em um elemento neutro, deixando assim o Solar do Rosário como elemento protagonista (Figura 28), além disso, foi proposta a transformação do jardim em um ponto focal, pois este encontra-se segregado na parte posterior do terreno (Behance, 2020).

Figura 28 – Setorização do projeto



Fonte: Behance (2022)

No edifício histórico, as mansardas foram removidas devido à sua falta de uso, e o telhado foi recomposto. O anexo foi projetado de forma a respeitar tanto o conjunto do centro histórico quanto as suas especificidades (Figura 29 e Figura 30).

Figura 29 – Fachada edifício histórico e anexo



Fonte: Behance (2022)

Figura 30 – Jardim integrado respeitando as especificidades do projeto



Fonte: Behance (2022)

4.1.3. Casa 1923 - Hotel Urbano

- Ficha Técnica

Tipo de projeto: Restauro

Endereço: Faro - Portugal

Ano do Projeto: 2023

Área: 257m²

Arquiteto: Par Plataforma de Arquitetura

A casa 1923 (Figura 31), é um projeto de restauração trata-se de uma antiga casa do estilo Art Nouveau, datada do ano de 1920, o projeto de restauro visou a recuperação do interior e exterior da edificação, adaptando a casa as novas necessidades de uso, no caso um de um hotel (Archdaily, 2023).

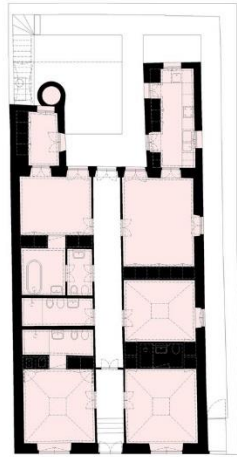
Figura 31 – Fachada frontal



Fonte: Alexander Bogorodskiy, reprodução Archdaily (2023)

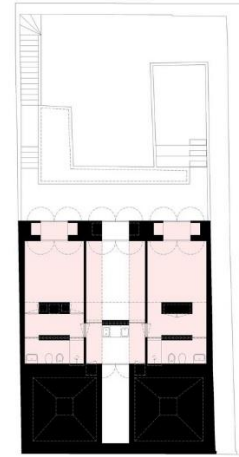
O processo projetual foi voltado a preservação das características da edificação, como os azulejos, pedras, portas, janelas, mas também implementando aspectos contemporâneos do restauro, como a disposição dos ambientes (Figura 32 e Figura 33) e o piso superior que possui dois alojamentos com sala e cozinha (Archdaily, 2023).

Figura 32 – Pavimento térreo



Fonte: Alexander Bogorodskiy, reprodução Archdaily (2023)

Figura 33 – Pavimento superior



Fonte: Alexander Bogorodskiy, reprodução Archdaily (2023)

4.1.4. Chalé das três esquinas

- Ficha Técnica

Tipo de projeto: Restauro

Endereço: Sé - Portugal

Ano do Projeto: 2013

Escritório: Tiago do Vale Arquitectos

De acordo com o portal ArchDaily (2013) o chalé das três esquinas recebeu uma forte influência da arquitetura brasileira, devido aos processos imigratórios entre Brasil e Portugal durante o século XIX, as edificações foram construídas seguindo o modelo chalé alpino, como telhados ornamentados e janelas alongadas verticalmente (Figura 34), em sua distribuição de ambientes despensas e quartos são isolados em sótãos ou caves dando destaque para cozinha e espaços nobres.

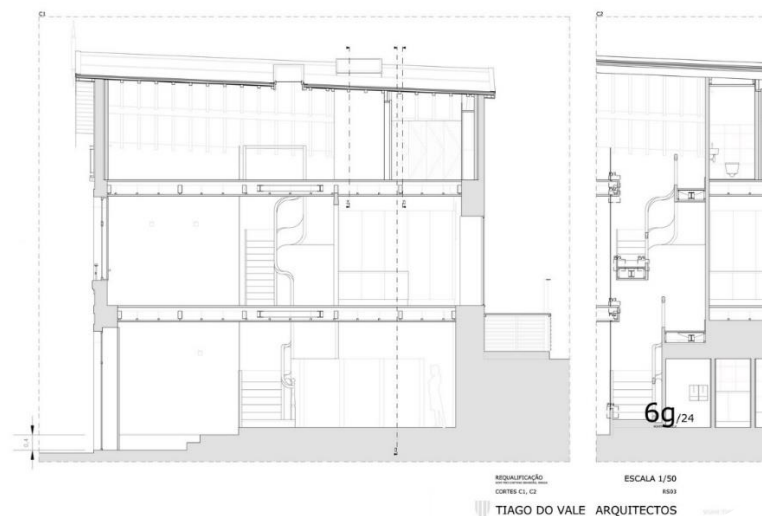
Figura 34 – Fachada frontal



Fonte: João Morgado, reprodução Archdaily (2013)

O autor do projeto também explica que uma das diretrizes projetuais consistiu na readequação do espaço interno da edificação, que devido a diversas alterações durante anos, estava bastante mal iluminado, fazendo com que diversas ideias fossem postas em prática, como a utilização de cores claras no interior, e o aproveitamento da diferença de nível do piso (Figura 35) com a rua para construção de um espaço de trabalho (Archdaily, 2013).

Figura 35 – Cortes



Fonte: João Morgado, reprodução Archdaily (2013)

De acordo com as descrições projetuais fornecidas pelo escritório de arquitetura ao portal ArchDaily (2013) as casas recebem insolação direta nas suas duas frentes oeste e leste, o

que permitiu o aproveitamento da luz direta, como também a implantação de claraboia na caixa da escada iluminando o ambiente interno (Figura 36).

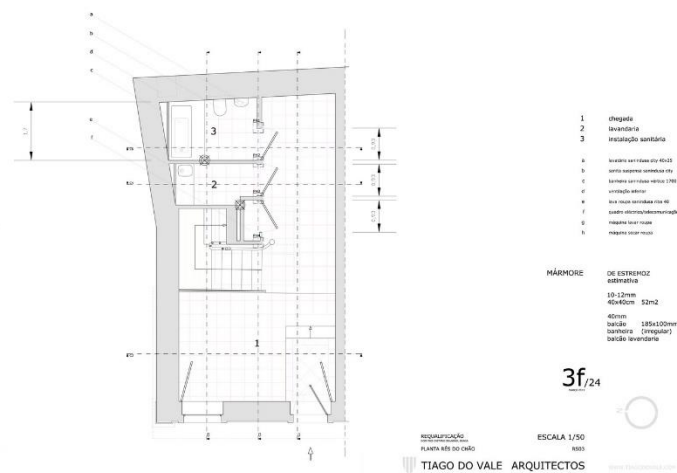
Figura 36 – Iluminação por claraboia



Fonte: João Morgado, reprodução Archdaily (2013)

Outro aspecto interessante do projeto, corresponde a distribuição de ambientes que vai do público ao privativo de acordo com o andar (Figura 37), estando o espaço público no térreo, que consiste em uma loja, o social da residência, sala e cozinha, no segundo pavimento, e por fim no terceiro andar os quartos (Archdaily, 2013).

Figura 37 – Plantas baixas



(Figura 38) da casa e inserido um volume em formato de caixa e na cor laranja fazendo assim a diferenciação das construções (Archdaily, 2020).

Figura 38 – Fachada original e anexo



Fonte: Livre arquitetura, reprodução Archdaily (2020)

O projeto foi concebido em duas setorizações, estando o anexo voltado para a área de vendas da padaria, e o espaço da antiga residência voltado para a utilização dos clientes (Figura 39), o interior do estabelecimento seguiu o esquema de cores da marca já o paisagismo priorizou a utilização de plantas brasileiras como também a implementação de hortas para o uso do estabelecimento (Archdaily, 2020).

Figura 39 – Planta de cobertura e planta baixa



Fonte: Livre arquitetura, reprodução Archdaily (2020)

Após os estudos de corretados foi idealizado um quadro resumo dos aspectos dos projetos de estudados comparando com o que foi inserido no projeto. O quadro resumo é uma ferramenta importante para a gestão e análise dos projetos, onde destaca a centralização de dados, permitindo a comparação e a correlação dos projetos. No caso do projeto da Casa Grande e do anexo, o quadro resumo é especialmente valioso para integrar dados das análises e das propostas de restauro com as ações planejadas.

Quadro 1 – Quadro resumo de soluções projetuais

	Solução utilizada no projeto de referência.	Utilização no desenvolvimento do anteprojeto.
Palauet Nolla	Manter exemplares de materiais originais da edificação.	Preservar itens presentes no casarão.
	Substituição da estrutura danificada.	A estrutura que não é possível ser preservada por aspectos de segurança será substituída.
	A reprodução de itens históricos não foi utilizada no projeto.	Não será produzida cópias de itens de cunho histórico do casarão
Solar do rosário	A edificação teve seu uso modificado, de uma residência para um espaço de cultura e arte.	O casarão passará de uma antiga residência para um museu.
	O projeto de restauro visou eliminar os danos presentes na estrutura da edificação	O projeto de restauro tem como objetivo eliminar os danos estruturais que a residência atualmente apresenta.
	O anexo desse projeto tende a ser um objeto neutro.	O anexo do projeto será acessório, o casarão será o elemento protagonista do espaço.
Chalé das três esquinas	Readequação do espaço interno.	O espaço interno foi rearranjado para proporcionar fluidez entre os espaços de exposição.
	Aproveitamento de luz natural.	A luz natural será aproveitada por meio dos janelões presentes nas laterais da edificação.
	Espaços setorizados.	O zoneamento do projeto terá uma definição clara, entre expositivo e comercial.
DomNato Padaria	Foi dado um novo uso para a edificação, de um espaço residencial para comercial.	Será dado um novo uso à edificação, que contará também com um espaço comercial.
	A diferença do anexo e do casarão é bem explícita.	A diferença do anexo e do casarão será bem explícita.
	Setorização de ambientes.	Setorização de ambientes.
Casa 1923 Hotel Urbano	Recuperação do interior e exterior da antiga casa.	Recuperação do interior e exterior da antiga casa.
	Preservação das características da edificação	Preservação das características da edificação
	Implementação de características contemporâneas	Soluções contemporâneas para o projeto em diálogo com o tradicional.

Fonte: Autoria própria (2024)

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

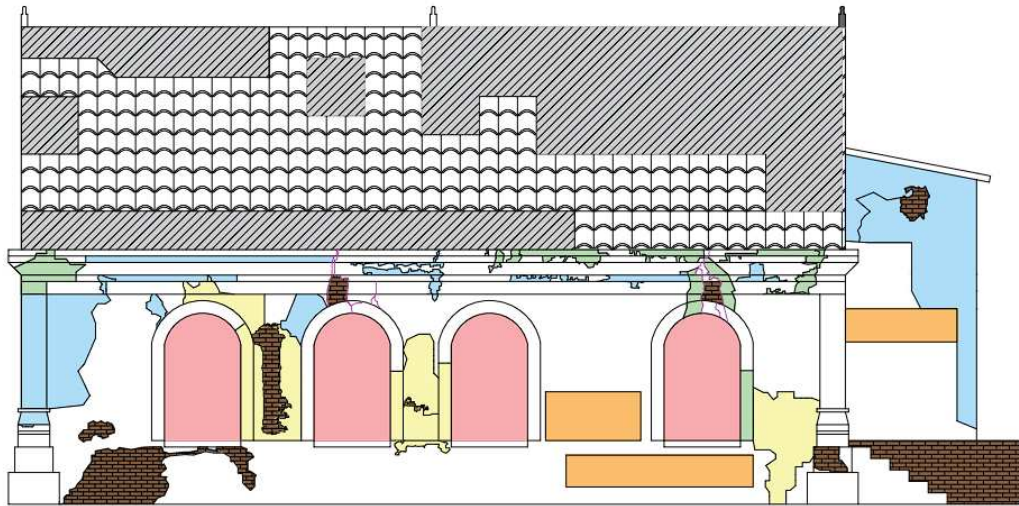
O capítulo em questão trata da proposta de restauro para a Casa Grande e de um anexo no município de São José de Espinharas/PB. Inicialmente, são apresentados o mapa de danos e as ações de restauro previstas, seguido pelas diretrizes projetuais, que englobam as condicionantes legais, o programa de necessidade, o zoneamento e a setorização. Após essa análise, são discutidos o partido arquitetônico, o conceito e a identidade visual do projeto. Em seguida, são apresentados os resultados do estudo, que consistem no anteprojeto, incluindo o desenvolvimento das estratégias de salvaguarda da edificação com plano de gestão da conservação adotados no projeto.

5.1. Mapa de danos e ações de restauro

Para compreensão do estado atual da residência em estudo é imprescindível a realização do mapa de danos que segundo Tinoco (2009, p. 4) consiste em "um documento gráfico-fotográfico que sintetiza o resultado das investigações sobre as alterações estruturais e funcionais nos materiais, nas técnicas, nos sistemas e nos componentes construtivos".

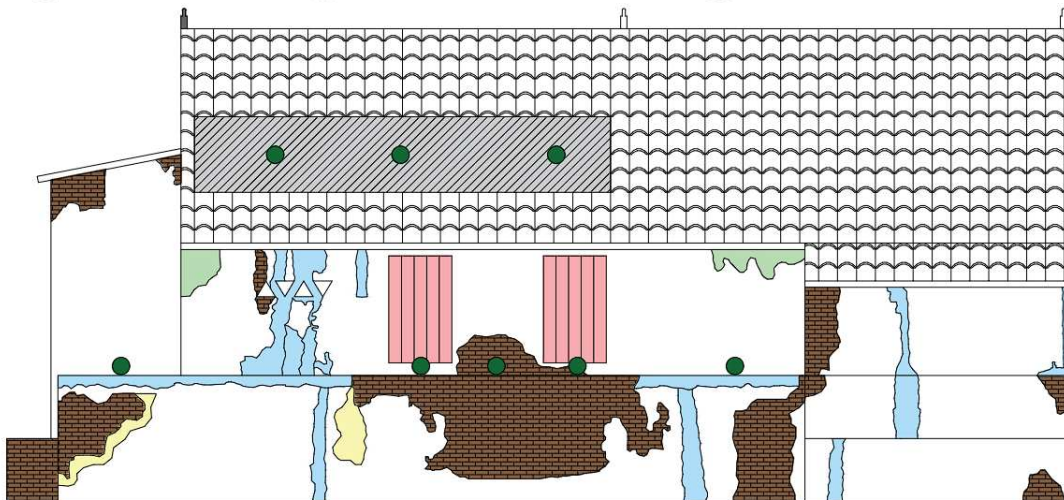
Com base no material “Mapa de danos – recomendações básicas” do Centro de Estudos e Ensino Avançados da Conservação Integrada – CECI, de 2009, para melhor entendimento das causas de degradação da casa grande, foram produzidos os mapas de danos de todas as fachadas (norte, sul, leste e oeste) e da sua planta baixa, à medida que, possa sugerir meios de intervenções para cada dano apresentado e as fichas de identificação destes danos. No caso do casarão, o mapeamento revela duas categorias de danos: a primeira é causada e intensificada pelo tempo, uso e falta de manutenções preventivas; a segunda resulta de ações executadas por terceiros, principalmente vandalismo, que inclui a destruição de esquadrias e a busca por crenças. A seguir (Figura 40), pode-se visualizar os danos sofridos pela edificação.

Figura 40 – Mapa de danos



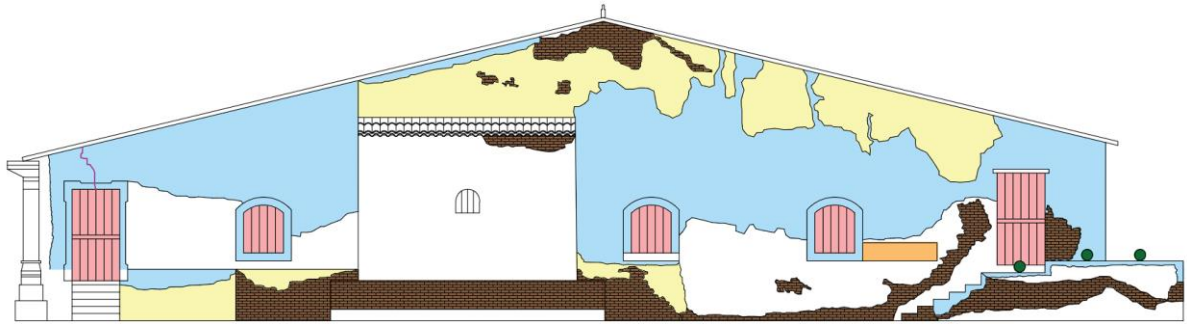
FACHADA LESTE
SEM ESCALA

- | | | |
|----------------|------------------------|-----------------------|
| Rachadura | Ausência de esquadrias | Bolor |
| Adobe aparente | Descolamento de reboco | Ausência de cobertura |
| Vandalismo | Alteração cromática | Elemento danificado |



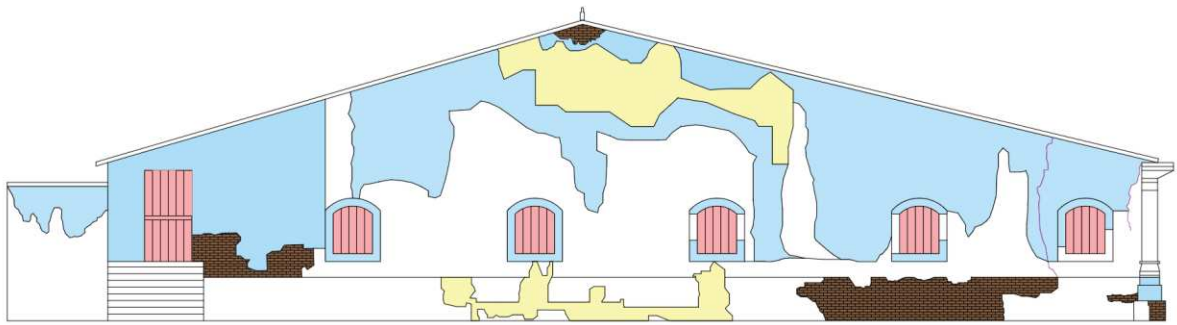
FACHADA OESTE
SEM ESCALA

- | | | |
|------------------------|-----------------------|---------------------|
| Ausência de esquadrias | Alteração cromática | Bolor |
| Adobe aparente | Ausência de cobertura | Elemento danificado |
| Descolamento de reboco | Vegetação | |



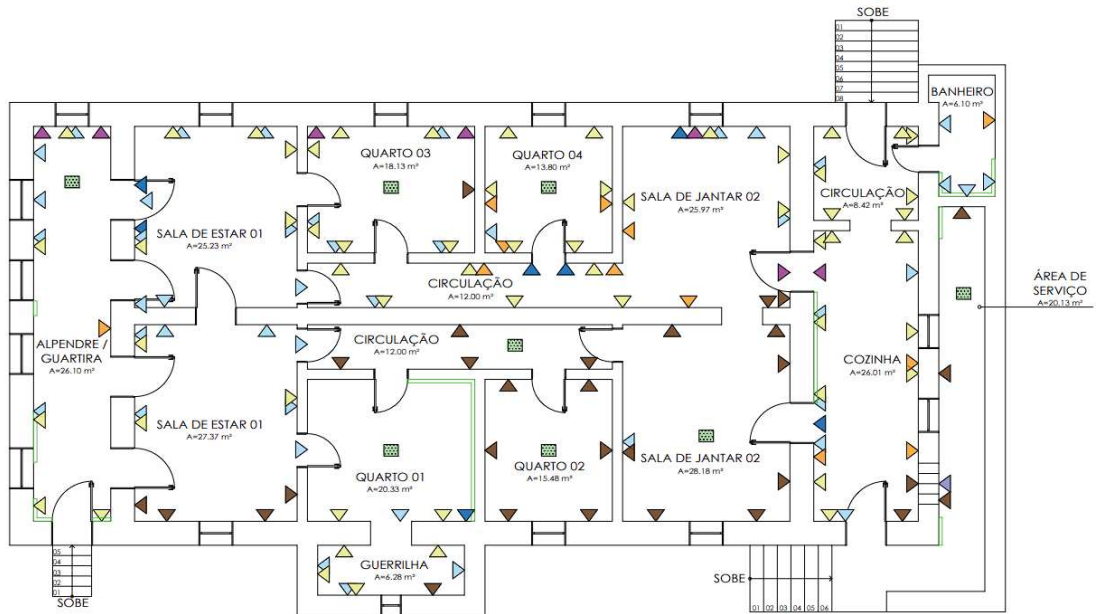
FACHADA NORTE
SEM ESCALA

- Rachadura
- Ausência de esquadrias
- Vegetação
- Adobe aparente
- Descolamento de reboco
- Vandalismo
- Alteração cromática



FACHADA SUL
SEM ESCALA

- Rachadura
- Ausência de esquadrias
- Adobe aparente
- Descolamento de reboco
- Alteração cromática

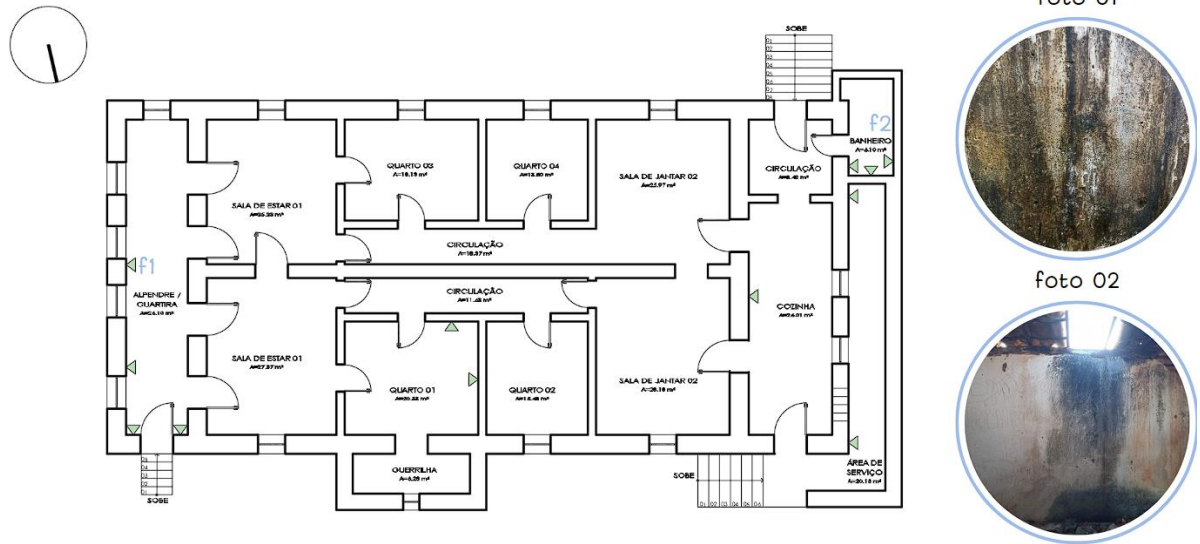


PLANTA BAIXA
ESCALA: 1:50

- Rachadura
- Fissura
- Descolamento de reboco (perto do piso)
- Alteração cromática
- Adobe aparente
- Bolor
- Descolamento de reboco (perto do telhado/final da parede)
- Vandalismo
- Vegetação

Fonte: Autoria própria (2024)

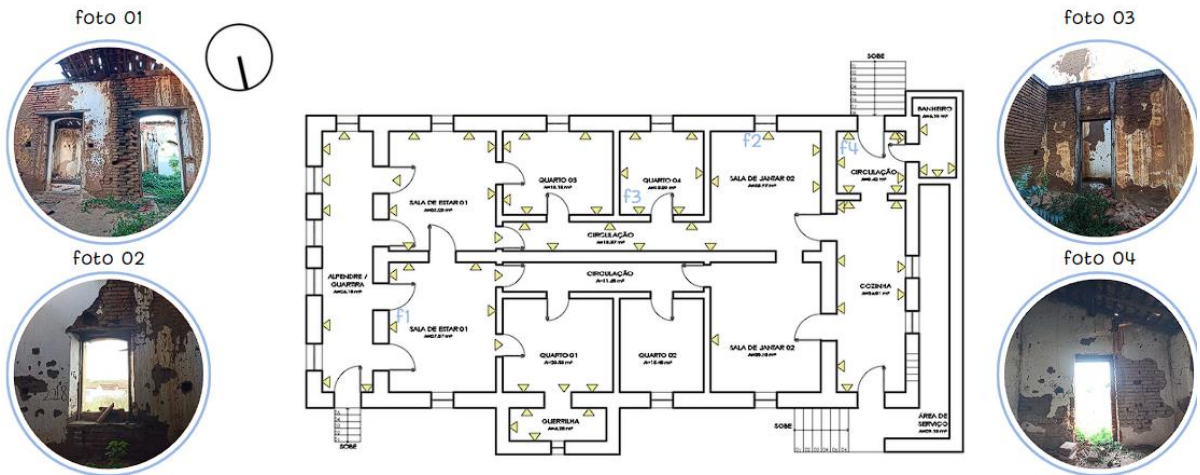
Figura 42 – Presença de bolor na edificação



Fonte: Autoria própria (2024)

As áreas com descolamento de reboco (Figura 43), tanto nas superfícies externas quanto internas, serão reparadas com materiais compatíveis e, posteriormente, receberão uma camada de pintura. É necessário fazer uma análise das causas de fissuras presentes no edifício para assegurar que não comprometam sua estabilidade e, em seguida, realizar o tratamento apropriado.

Figura 43 – Descolamento de reboco e ausência das esquadrias



Fonte: Autoria própria (2024)

Em relação às aberturas, todas as esquadrias estão ausentes (Figura 43). Portanto, recomenda a aplicação de soluções contemporâneas para que se valorize a distinguibilidade, dessa forma, as fachadas norte, sul e oeste receberam janelas com molduras e aletas de vidro

temperado com as mesmas dimensões das esquadrias pré-existentes. Em relação as portas, serão colocadas nos ambientes internos o tipo giro com o material em alumínio, algumas aberturas novas em vidro.

Os pisos da edificação também estão ausentes (Figura 44), devido ao vandalismo e à falta de manutenção do local. Levando esse fator em considerando, será instalado um novo piso em toda a casa. Para as áreas internas secas, optou-se pelo piso vinílico. Para as áreas molhadas, foi selecionado o porcelanato acetinado.

Figura 44 – Piso da edificação



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 45 – Estado atual do edifício



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Na cobertura, será efetuada a limpeza das telhas, substituindo as peças danificadas por outras semelhantes, preservando a inclinação original do telhado (Figura 45). Os caibros e ripas com danos significativos serão removidos e substituídos por peças de dimensões equivalentes. Os elementos ausentes serão reconstruídos com base nas referências dos elementos intactos. Como não há um forro original e para assegurar a visibilidade da estrutura do telhado, a casa será equipada com um forro que permita e garanta conforto térmico e acústico. No que diz respeito às instalações hidráulicas e elétricas, foi constatado, após a visita ao local, que a casa não possui essas instalações. Portanto, serão realizadas novas instalações, adequadas ao novo uso e funcionamento do edifício.

5.2. Diretrizes projetuais

Considerando as diversas abordagens para intervir em bens de valor histórico e cultural, e levando em conta o histórico de preservação da casa grande, são propostas iniciativas de restauro que visam garantir a salvaguarda desse patrimônio. As intervenções serão

fundamentadas na teoria de restauro que se baseia nos princípios de distinguibilidade, permitindo que as novas intervenções sejam claramente reconhecíveis sem comprometer a integridade histórica do edifício.

No contexto mais amplo da arquitetura, as diretrizes projetuais têm um papel fundamental ao estabelecer as bases que direcionam tanto a concepção quanto a construção de espaços. Essas diretrizes são essenciais para guiar a tomada de decisões ao longo de todo o processo construtivo, determinando critérios técnicos que asseguram a coerência e a qualidade do projeto final.

Com base nessas diretrizes, será desenvolvido um programa de necessidades, que definirá as funções e exigências específicas do espaço, seguido pela explicação detalhada do zoneamento e do fluxograma do espaço, assegurando a eficiência funcional e a harmonia estética do ambiente projetado. Em seguida, serão apresentados os princípios conceituais e o partido arquitetônico que dão forma ao projeto.

5.2.1. Condicionantes legais

A cidade de São José de Espinharas-PB não possui um código urbano próprio. Diante dessa ausência, optou-se por utilizar o Código de Obras da cidade de Patos-PB como referência para a regulamentação do projeto. A escolha foi motivada por vários fatores: a presença de um documento abrangente e detalhado, a capacidade de atender de forma mais eficaz às demandas específicas do projeto. Com Base na Lei nº 1.081 de 11 de dezembro de 1974, buscou-se uma melhor compreensão para garantir que todos os requisitos fossem atendidos de maneira adequada. Esse quadro (Quadro 2), apresentado a seguir, oferece uma visão clara e objetiva das normas e diretrizes adotadas, assegurando que o projeto esteja em conformidade com as regulamentações pertinentes.

Quadro 2 – Quadro resumido do código urbano de Patos

PONTO ABORDADO	EXIGÊNCIA A SER CUMPRIDAS	
	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
RECUOS	CAPITULO I Art. 125	§ 2º - Para os logradouros que não tiverem ainda projeto de alinhamento, será exigido o recuo mínimo de 2,50m
PISOS , PAREDES E COBERTURAS	CAPITULO II Art. 130 / Art. 133	Art. 130 – As edificações de até três pavimentos poderão ter estrutura de sustentação em alvenaria de tijolo. Art. 133 – As paredes divisórias das edificações deverão ter a espessura mínima de uma vez o tijolo comum cheio ou quando for empregado outro material, a espessura que corresponder ao mesmo isolamento acústico.

CIRCULAÇÃO HORIZONTAL	CAPITULO III SEÇÃO II - Art. 137 / Art. 138	Art. 137 – Os corredores de edificações deverão ter a largura mínima de: 1,60m para edificações educacionais; nas edificações de uso coletivo, os corredores de transito comum: largura de 1,20m e 1,50m. Art. 138 – O pé direito mínimo 2,30m.
CIRCULAÇÃO VERTICAL	CAPITULO III SEÇÃO III - Art. 140	Art. 140 – As escadas de edificações deverão dispor de passagem com altura livre de 2,0m, no mínimo, e terão largura mínima de 0,90m. § 2º - A largura mínima de que trata este artigo será alterada nas condições e para os limites seguintes: II – Para 1,0m nas edificações que disponham de elevadores;
DOS COMPARTIMENTOS DE SERVIÇOS	CAPITULO III SEÇÃO V - Art. 154 / Art. 155 / Art. 156 / Art. 157 / Art. 159	Art. 154 – copas e cozinhas: III – Ter paredes revestidas de azulejos, até altura de 1,50m IV – Ter o pé direito de 2,40m Art. 155 – As copas e cozinhas terão áreas mínima de 4,0m² Art. 156 – sanitários: III – Ter o pé direito mínimo de 2,40m Art. 157 – Os sanitários terão área mínima de 4m² Art. 159 – § 1º - Tratando-se de depósitos ou áreas de serviços, a área e o diâmetro serão redutíveis, respectivamente, para 3m² e 1,0m.
ÁREAS LIVRES DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO	CAPITULO IV Art. 165 / Art. 168	Art. 165 I – Áreas abertas: Ter largura mínima: de 1,50m Art. 168 – A superfície das aberturas para o exterior deverá obedecer às seguintes áreas relativas mínimas: 1/6 área compartimento de permanência prolongada; 1/10 área compartimento de utilização eventual.
INSTALAÇÕES, HIDRAULICAS E ELETRICAS	CAPITULO V Art. 178 – § 1º	Art. 178 – § 1º– Para edificação de destinação não residencial, 60l/pessoa;
FACHADAS	CAPITULO VI	Art. 190 – Reservatórios ou qualquer outro elemento acessório aparente acima das coberturas, deverão incorporar-se à massa arquitetônica da edificação.
EDIFICAÇÕES PARA FINS CULTURAIS E RECREATIVOS	CAPITULO IV SEÇÃO I - Art. 309	Parágrafo Único – Para efeitos deste artigo, tornar-se-á altura de 1,15m para vista do espectador sentado, devendo a linha tomada de sua vista à parte inferior da tela, palco, no mínimo, 0,15m (quinze centímetros) acima da vista do observador da fila imediata. Art. 309 – Instalações sanitárias: 01 vaso sanitário por grupo 300 pessoas, 01 mictório e lavatório por grupo 200 pessoas
DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS	TITULO V	Art. 355 – Os terrenos não edificadas em logradouros providos de pavimentação deverão ser obrigatoriamente fechados no alinhamento do gradil e por muros adequadamente tratados § 2º - Em todos os casos a altura mínima dos muros ou cercas vivas será de 1,50m

Fonte: Prefeitura Municipal de Patos (2024)

Para definir o dimensionamento mínimo da edificação, foi realizada uma análise criteriosa com base em normas técnicas pertinentes. Inicialmente, consultou-se a NBR 15220-

3:2005, que trata do Desempenho térmico de edificações, Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Esta norma foi fundamental para o item 3.4, que aborda os dados bioclimáticos, fornecendo diretrizes sobre o uso adequado de aberturas e envoltórios externos, visando otimizar o conforto térmico e a eficiência energética das edificações em diferentes zonas bioclimáticas do Brasil. Além disso, foi essencial a consideração da NBR 9050:2020, que fala sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta norma serviu como uma referência crucial para garantir que todos os aspectos relacionados ao uso eficiente e acessível do espaço fossem devidamente contemplados, fornecendo orientações detalhadas sobre dimensões mínimas, inclinações, altura de elementos e disposição de mobiliário, assegurando que a edificação seja acessível a todas as pessoas.

5.2.2. Programa de necessidade

O programa de necessidade (Quadro 3) foi dividido em dois grupos principais para atender às demandas específicas de uma edificação destinada ao uso coletivo. O primeiro grupo abrange a administração, que contempla os elementos básicos e essenciais para funcionamento do edifício. Este setor inclui áreas destinadas a oferecer suporte e infraestrutura à equipe de colaboradores do espaço, sendo fundamental para garantir o bom funcionamento do local. O segundo grupo está relacionado à aprendizagem e ao uso público, focando em áreas que promovem a interação e o engajamento com o público. Neste setor, estão espaços projetados para exposições públicas, onde diferentes tipos de coleções podem ser realizados, proporcionando aos visitantes uma experiência educativa e cultural. Além disso, o auditório se destaca como um ponto central para realização de eventos diversos.

Quadro 3 – Programa de necessidade

ZONA	AMBIENTE	ÁREA (M²)
ADMINISTRATIVA	Direção	12,67
	Secretaria	12,37
	Curadoria	7,18
	Reserva técnica	9,77
	Sala de reunião	22,97
	Sala de segurança	18,13
	Sala de T.I	8,44
	Banheiros	9,44
	Dml	3,22
	Depósito	4,14
	Recepção	76,48
	Copa	11,52
	Loja	8,82
	Cozinha	35,34
PÚBLICA	Foyer	66,63

	Auditório	93,30
	Recepção	26,10
	Salas de exposições permanentes	27,37
	Salas de exposições temporárias	18,13
	Sala de exposição multimídia	28,18
	Sala de exposição de professores	15,48
	Pequena biblioteca	20,33
	Loja	8,80
	Café	151,69
	Banheiros	7,12
	Estacionamento	-

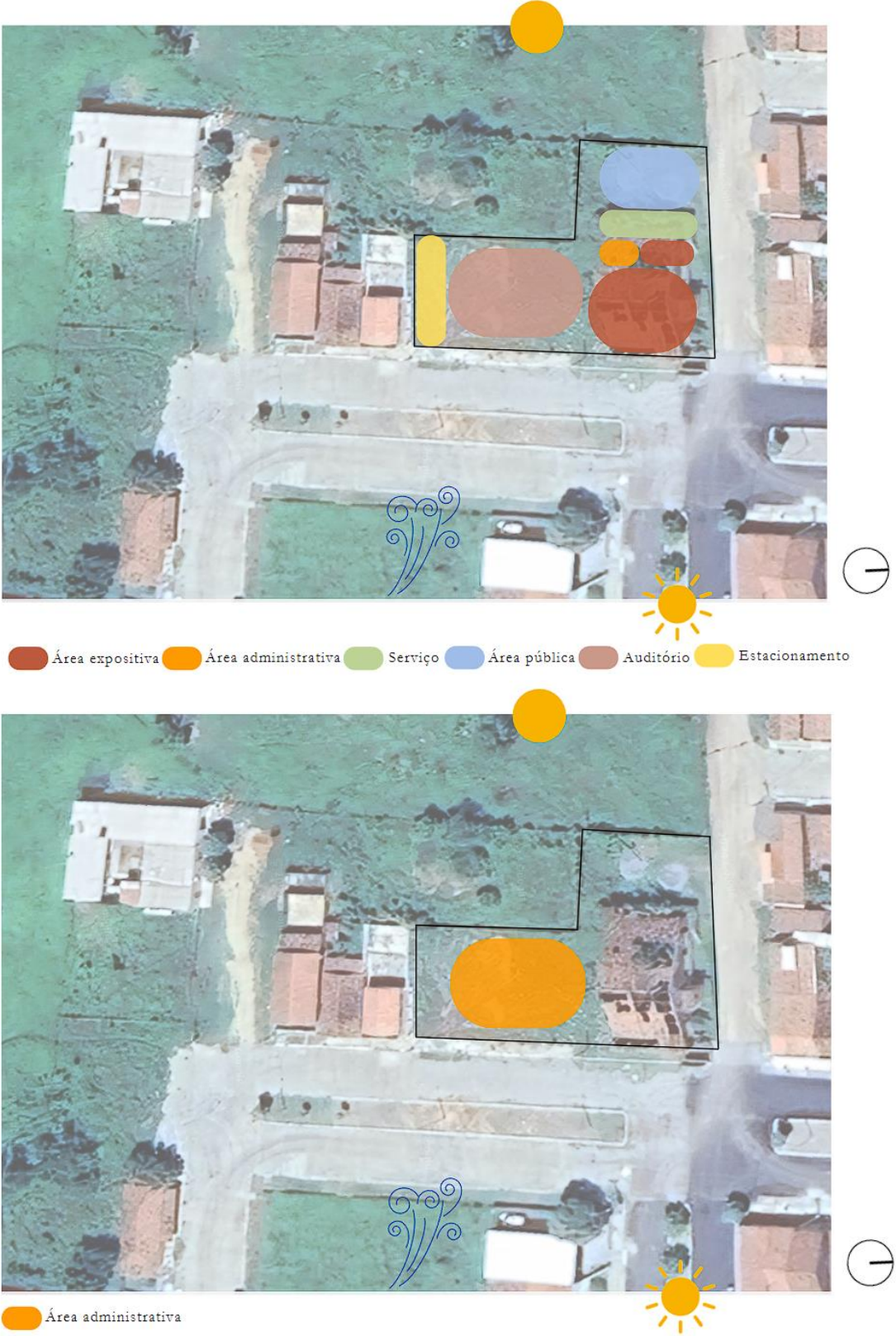
Fonte: Autoria própria (2024)

5.2.3. Zoneamento e setorização

Na arquitetura o zoneamento aborda à divisão de um espaço ou território em diferentes zonas, cada uma destinada a um uso específico, com o objetivo de organizar o ambiente interno, otimizando a funcionalidade e o fluxo. Com base nisso, foi elaborado um zoneamento para o anexo e a casa grande. A área originalmente destinada ao uso residencial, passou a abrigar o setor do memorial educacional, enquanto as demais áreas do terreno foram designadas para diferentes setores do programa de necessidades. O projeto contará com quatro acessos, todos localizados na fachada frontal: um para o bloco administrativo, outra para o café, um para o estacionamento e o último pela porta central da residência. As áreas comuns foram planejadas como pontos de convivência para os alunos, incluindo um espaço destinado ao playground.

No térreo do anexo, foi planejado um setor de apoio para atender às necessidades do espaço. Esse setor inclui um auditório, projetado para acomodar eventos, palestras e outras atividades. Além de banheiros, há também uma loja para a venda de produtos relacionados ao local. No pavimento superior, o foco é o setor administrativo, estruturado para abrigar as funções da gestão do espaço. Nesse andar, encontra-se a sala da diretoria, a secretaria, a reserva técnica e a curadoria. Além disso, o pavimento conta com uma sala de reunião e ambientes de apoio, como copa, dml e depósito. Na (Figura 46) é possível entender o fluxo do anexo e da casa grande.

Figura 46 – Zoneamento

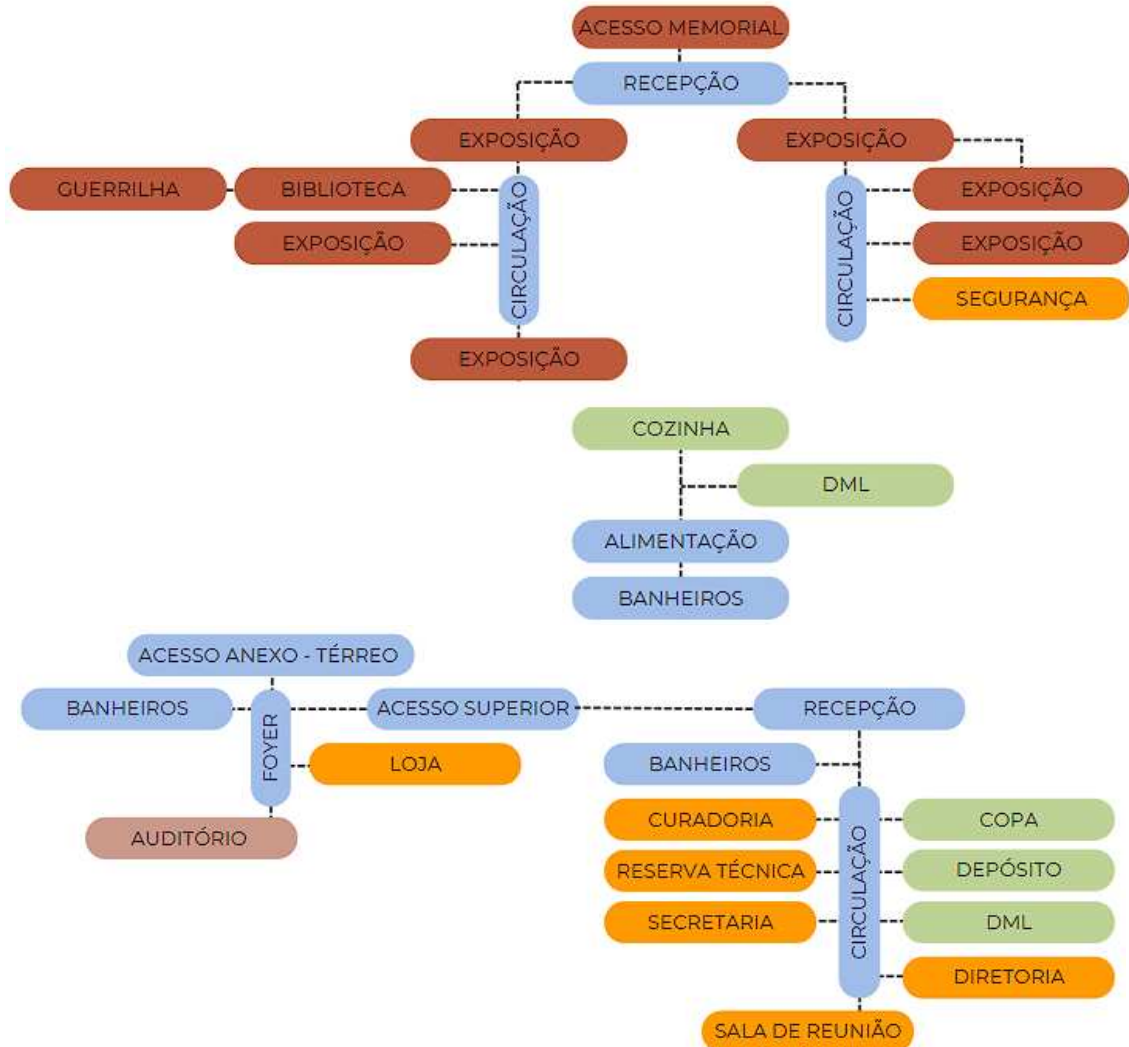


Fonte: Adaptado do Google Earth (2024)

Para facilitar uma melhor compreensão do projeto, foi elaborado um fluxograma esquemático, que tem como objetivo ilustrar de forma clara e detalhada as interligações entre

os ambientes do programa de necessidades proposto, bem como os fluxos internos. Esse fluxograma serve como ferramenta visual, permitindo que se entenda os espaços e como eles se conectam, conforme a (Figura 47)

Figura 47 – Fluxograma



Fonte: Autoria própria (2024)

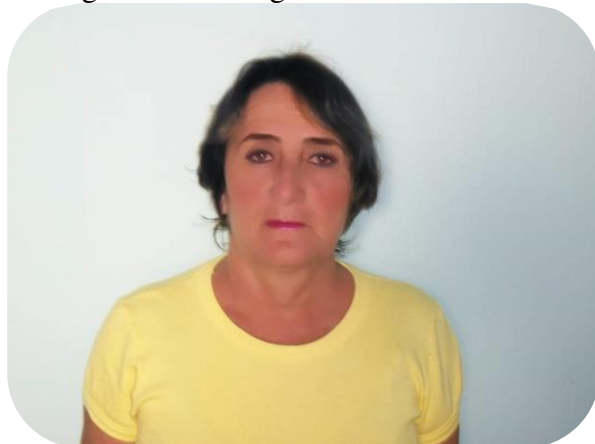
5.3. Conceito e Partido arquitetônico

O projeto propõe a restauração de um casarão histórico, preservando suas características arquitetônicas, e o adaptando para um novo uso. A proposta inclui a readaptação da residência para um museu, com o tema educação, como também, será proposto a criação de um café na parte posterior do casarão, além da construção de um anexo no terreno ao lado, que abrigará um auditório e um bloco administrativo.

A relevância do volume em L invertido respeita a sua adaptação ao formato do terreno, promovendo uma integração harmoniosa com o entorno. O partido arquitetônico busca integrar

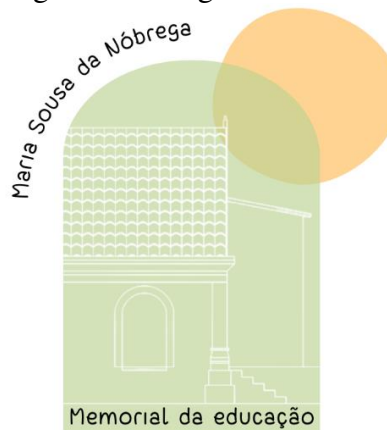
o novo e o antigo de forma harmoniosa, criando um conjunto que respeita o valor patrimonial do casarão, mantendo-o como o protagonista do conjunto, ao mesmo tempo que atenda às necessidades contemporâneas. Em relação à escolha do nome para o memorial Maria Sousa da Nóbrega foi assim nomeado em homenagem à professora (Figura 48) que deixou um legado inestimável para a educação e cultura de São José de Espinharas.

Figura 48 – Fotografia de Maria Sousa



Fonte: Tom Nóbrega (2024)

Figura 49 – Logo do memorial



Fonte: Autoria própria (2024)

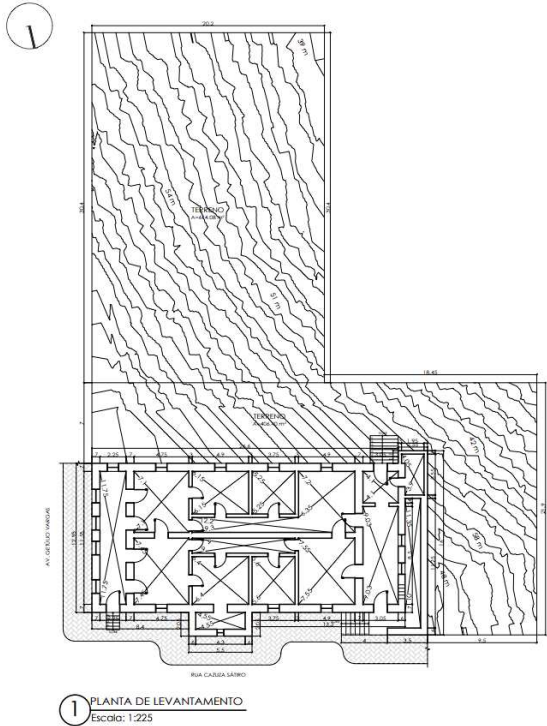
Maria Sousa da Nóbrega foi uma figura central no desenvolvimento educacional da cidade, dedicando sua vida à formação de inúmeras gerações. Este memorial, além de preservar sua memória, representa uma justa homenagem ao seu compromisso com o conhecimento e a educação (Figura 49).

5.4. Plantas e elevações

Com base nos estudos realizados, apresenta-se o resultado para o anteprojeto da intervenção da casa grande e o anexo. Este anteprojeto abrange uma série de documentos que foram cuidadosamente elaborados para garantir precisão da intervenção proposta. Entre esses materiais, incluem-se o levantamento físico do local, a implantação, plantas baixas, plantas de layout e as plantas de cobertura.

Inicialmente, foi realizado um levantamento físico detalhado da área destinada ao memorial, assim como da área onde será implantado o anexo (Figura 50). Esse levantamento constituiu a primeira etapa do processo, fornecendo uma base para o desenvolvimento do projeto. Durante essa fase, foram coletadas informações precisas, incluindo medições exatas, materiais utilizados e o estado de conservação da edificação. Além disso, o levantamento incluiu uma análise da topografia.

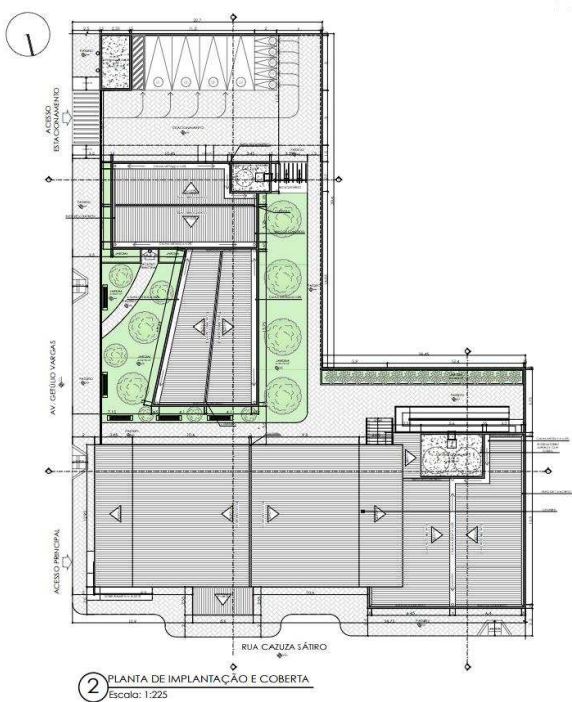
Figura 50 – Levantamento físico da área



Fonte: Autoria própria (2024)

A implantação da área (Figura 51) foi elaborada priorizando a criação de linhas mais retas e divisões claras, com ênfase na acessibilidade e segurança. A disposição dos espaços segue um formato de L invertido, o que facilita a organização e o fluxo de circulação.

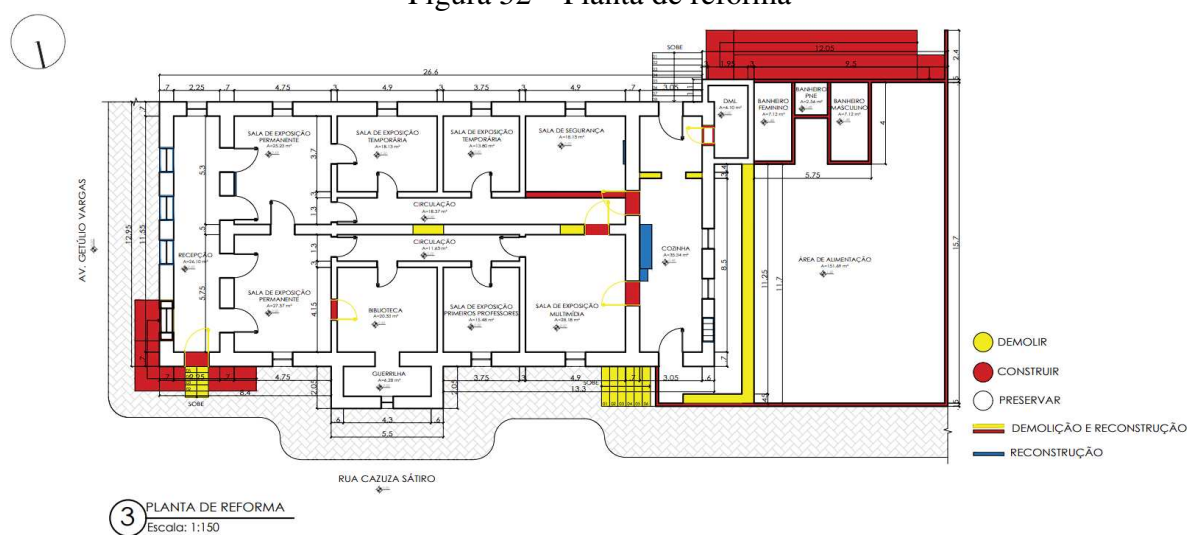
Figura 51 – Planta de implantação e coberta



Fonte: Autoria própria (2024)

As alterações realizadas resultam na proposta final de intervenção para o objeto de estudo. Essa reforma (Figura 52) inclui a criação de soluções para acessibilidade, além de melhorias no fluxo de circulação, por meio da abertura e fechamento estratégico de portas, facilitando o deslocamento interno. O projeto implementou elementos de paisagismo, contribuindo para a estética e proporcionando áreas verdes. A proposta final expressa um equilíbrio entre a preservação das características do local e a adaptação às necessidades contemporâneas. Rampas e plataforma elevatória serão integrados ao projeto para garantir a acessibilidade aos diferentes níveis do casarão e das novas edificações, já a circulação entre o casarão, e o anexo será fluida, com caminhos internos e externos bem definidos, permitindo uma interação fácil e agradável entre os espaços.

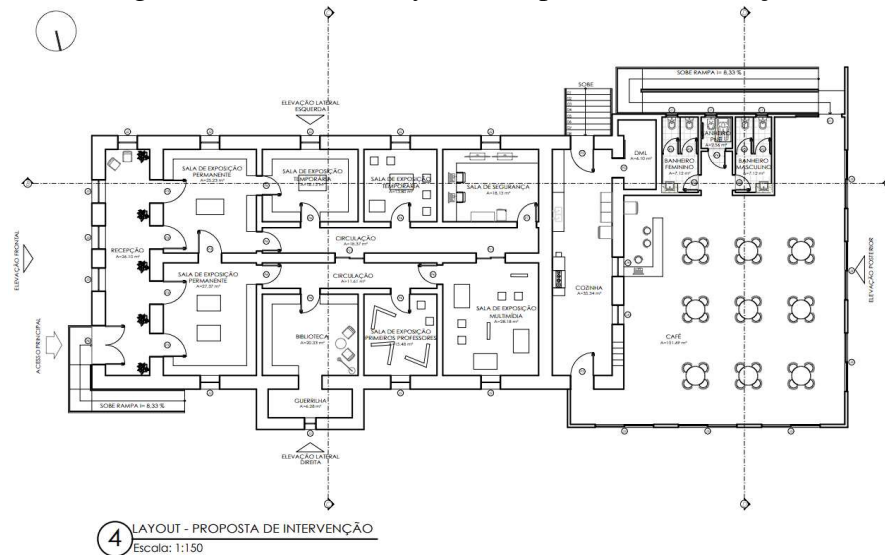
Figura 52 – Planta de reforma



Fonte: Autoria própria (2024)

Na planta de layout (Figura 53), foi proposto um ambiente que seja atrativo para o público e confortável para os funcionários. O setor expositivo do memorial foi planejado com base nas informações obtidas em pesquisa bibliográfica. A disposição dos elementos foi cuidadosamente pensada para maximizar a interação dos visitantes as exposições.

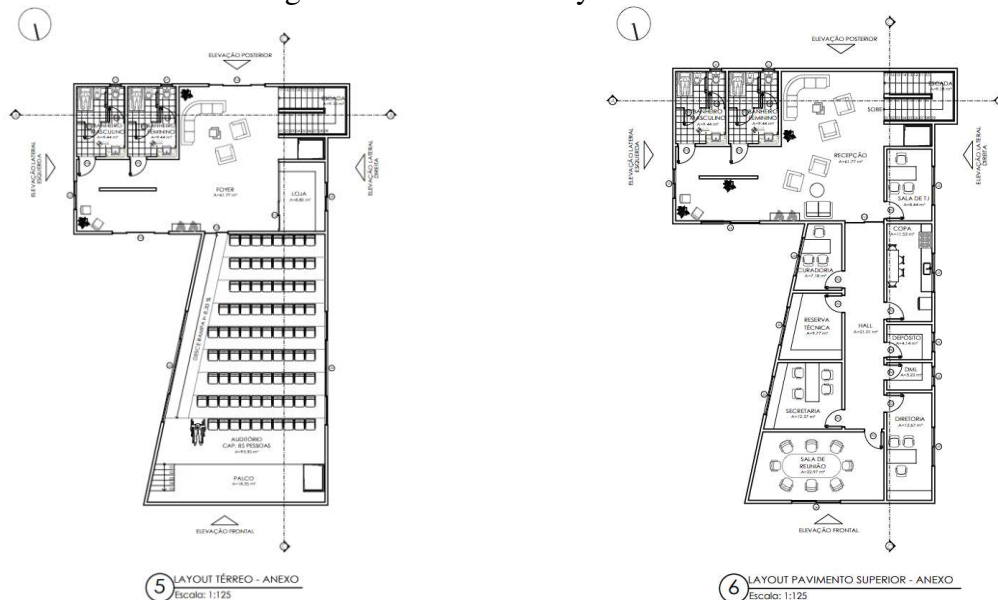
Figura 53 – Planta de layout - Proposta de intervenção



Fonte: Autoria própria (2024)

Com base no programa de necessidades, foi desenvolvido o projeto de um anexo (Figura 54), implantado em um lote vizinho à edificação existente. O anexo foi concebido como uma solução para expandir as funcionalidades do memorial. No térreo, foi incluído um auditório que será proposto em estrutura moderna, será semienterrado para minimizar o impacto visual e preservar a importância do casarão, onde recebe o nome da professora “Gleiber Sousa da Nóbrega Dantas”. Já na parte superior, foi criado o setor administrativo, esse conjunto contará com fachadas discretas, em diálogo com o casarão. Elementos de design contemporâneo, como brises, serão usados para garantir conforto térmico e eficiência energética.

Figura 54 – Plantas de layout - Anexos

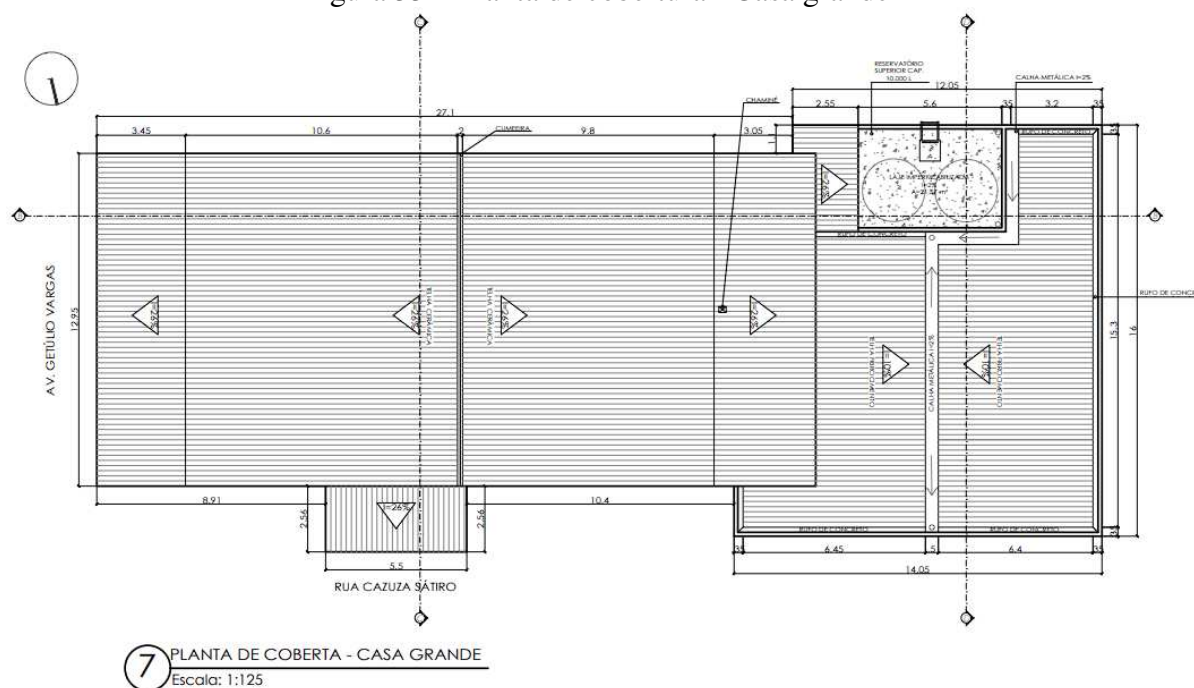


Fonte: Autoria própria (2024)

Tanto o café quanto o bloco administrativo e auditório serão projetados com uma altura reduzida em relação ao casarão, garantindo que a edificação histórica mantenha sua predominância no visual, além disso, os anexos serão construídos com materiais contemporâneos, como vidro, que contrastem com os materiais tradicionais do casarão (tijolo, madeira, telhas cerâmicas). Esse contraste permitirá que o casarão se destaque como a peça central do conjunto.

A cobertura da casa grande foi preservada, com um processo de restauração que incluiu o aproveitamento dos elementos originais e a substituição daqueles que estavam danificados ou faltantes. Foi mantida a tipologia original do telhado de três águas, com sua inclinação de 26% e o uso de telhas cerâmicas, que preservam a estética e o valor histórico da edificação (Figura 55).

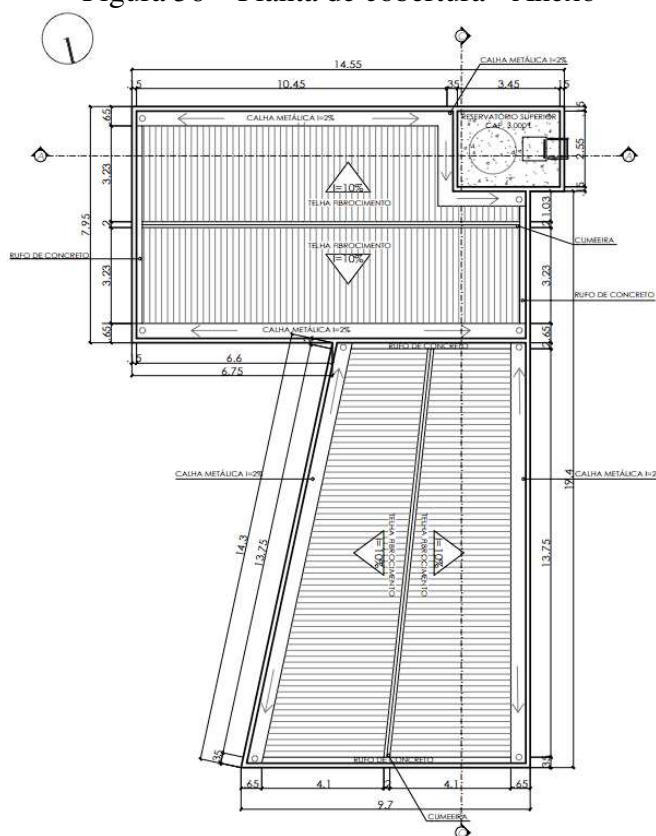
Figura 55 – Planta de cobertura - Casa grande



Fonte: Autoria própria (2024)

Para os banheiros do café e o anexo, foi adotado um telhado de fibrocimento, que apresenta uma inclinação de 10% (Figura 56). Essa solução foi escolhida também pela sua capacidade de direcionar as águas pluviais para as calhas laterais, garantindo uma drenagem adequada e protegendo a estrutura contra infiltrações. Além disso, para proporcionar um aspecto de modernidade, foi adotado um telhado de platibanda.

Figura 56 – Planta de cobertura - Anexo



8 PLANTA DE COBERTA - ANEXO
Escala: 1:125

Fonte: Autoria própria (2024)

5.5. Plano de gestão da conservação

É essencial a criação de um plano de salvaguarda (Quadro 4) quando se trata de conservação do patrimônio, sendo elaborado com objetivo de proteger, conservar e valorizar a edificação que carrega importância histórica. Esse plano abrange estratégias e ações destinadas a garantir que as intervenções realizadas respeitem as características originais, ao mesmo tempo que faz adaptação para atender às necessidades do local. O plano começa com um diagnóstico detalhado e um levantamento físico da edificação, no que são identificados danos, vulnerabilidades e elementos que precisam ser preservados ou restaurados.

Com base nessa análise, são propostas ações de conservação e restauro. Além disso, o plano estabelece diretrizes claras para as intervenções, garantindo que qualquer obra respeite a integridade histórica e arquitetônica do bem. A gestão e a manutenção contínua são igualmente fundamentais, com a implementação de um cronograma de ações preventivas e corretivas para assegurar a conservação a longo prazo.

Quadro 4 – Plano de gestão e rotina para a casa grande

PLANO DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO E DE INSPEÇÃO DE ROTINA PARA A CASA GRANDE		
AÇÕES SEMANAIS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
Inspeção de áreas comuns	Verificação de limpeza e condições gerais das áreas de uso comum.	Equipe de Manutenção
Limpeza dos banheiros e copas	Realização de limpeza regular nos banheiros e copas	Equipe de Limpeza
Verificação de sistemas elétricos	Inspeção das instalações elétricas para garantir segurança e funcionamento adequado.	Eletricista
Limpeza do passeio e dos elementos externos	Manutenção e limpeza das áreas externas, incluindo passeios e elementos ao redor da edificação.	Equipe de Limpeza
Limpeza do forro e de esquadrias	Limpeza regular do forro e das esquadrias para manter a estética e a funcionalidade.	Equipe de Limpeza
Limpeza de todos os espaços internos e pisos	Realização de limpeza regular em todos os ambientes internos e pisos.	Equipe de Limpeza
AÇÕES SEMESTRAIS		
Inspeção estrutural	Análise de possíveis danos estruturais nas paredes e tetos.	Profissional qualificado contratado pelos responsáveis pelo Casa Grande
Limpeza profunda	Realização de limpeza profunda em pisos, paredes e janelas.	Equipe de Limpeza
Inspeção de sistemas de climatização	Verificação e manutenção dos sistemas de aquecimento e ar condicionado.	Técnico de Climatização
Inspeção de cobertura	Verificação da integridade e condições da cobertura, incluindo telhas, calhas e sistemas de drenagem.	Profissional qualificado contratado pelos responsáveis pelo Casa Grande
AÇÕES INTERMITENTES		
Controle de umidade	Monitoramento e controle dos níveis de umidade para prevenir mofo.	Técnico de Climatização
AÇÕES ISOLADAS		
Reparos estruturais	Realização de reparos em áreas danificadas ou deterioradas.	Profissional qualificado contratado pelos responsáveis pelo Casa Grande
Verificação de segurança	Inspeção e análise dos sistemas de segurança do edifício, incluindo alarmes, extintores e saídas de emergência.	Profissional qualificado contratado pelos responsáveis pelo Casa Grande

Fonte: Autoria própria (2024)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou desenvolver uma solução que equilibrasse a preservação da Casa Grande com a necessidade de um uso prático e funcional do espaço. O desafio foi criar um ambiente que respeitasse a história e o valor cultural da edificação, ao mesmo tempo em que se transformava em um local dinâmico e adaptável para atividades educacionais. Nesse sentido, o trabalho resultou em um anteprojeto de restauração e adaptação para a edificação localizada na cidade de São José de Espinharas – PB. O projeto inclui a implementação de um plano de salvaguarda, que estabelece diretrizes e procedimentos para a manutenção e conservação contínua.

Além disso, foi realizado o levantamento detalhado da Casa Grande e do um terreno ao lado para a criação do anexo. A partir desse levantamento, foi elaborado um mapa de danos que proporciona um entendimento aprofundado das causas de degradação da edificação e estabelece parâmetros precisos para as intervenções. Em seguida, foi proposta uma reforma que inclui soluções para acessibilidade e melhorias no fluxo de circulação. O projeto do anexo foi desenvolvido um auditório no térreo e um bloco administrativo na parte superior. Foi incluído um espaço destinado a um café na parte posterior da Casa Grande. No entanto, os projetos do anexo foram desenvolvidos com uma altura reduzida para garantir que a edificação histórica mantenha seu protagonismo no espaço.

Após a revisão da literatura, fica claro que o debate sobre o restauro é fundamental para orientar o processo de projeto. As discussões teóricas e práticas acumuladas ao longo do tempo fornecem uma base rica de conhecimentos e perspectivas, essenciais para guiar as decisões de intervenção. Esse acúmulo de saberes não apenas esclarece os princípios fundamentais do restauro, mas também oferece diretrizes valiosas que auxiliam na conciliação entre a preservação do patrimônio e as necessidades contemporâneas. Essas diretrizes são importantes para garantir que as intervenções respeitem a integridade e o valor cultural das edificações enquanto atendem às demandas atuais. O entendimento aprofundado das práticas e teorias do restauro permite que o projeto seja conduzido de maneira informada e consciente, assegurando que todas as decisões sejam bem fundamentadas.

O estudo realizado teve como principal objetivo encontrar uma solução que equilibrasse a preservação da Casa Grande com a necessidade de um uso prático e funcional. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a edificação histórica continue a desempenhar um

papel significativo. Para alcançar esse objetivo, o projeto integrou estratégias de restauração que respeitam a integridade do patrimônio enquanto adaptam o espaço às necessidades contemporâneas. Além disso, o plano de gestão da conservação é essencial para garantir a preservação contínua da edificação. Este plano estabelece diretrizes e procedimentos para a manutenção regular e a intervenção quando necessário, garantindo que a edificação não apenas se mantenha em bom estado, mas também continue a ser uma parte ativa e relevante da comunidade ao longo do tempo.

O desenvolvimento deste trabalho contribui para o avanço do debate sobre a criação de espaços dedicados à memória e à cultura da cidade. Ao propor soluções que conciliam a preservação do patrimônio histórico com a adaptação às necessidades contemporâneas, o estudo oferece uma contribuição valiosa para a formulação de estratégias que ampliam a relevância e a funcionalidade desses espaços. Através da análise e do desenvolvimento de projetos específicos, como a restauração da Casa Grande, o trabalho não só enriquece a discussão acadêmica e prática sobre o tema, mas também promove um entendimento mais profundo de como esses espaços podem servir como pontos de referência cultural e educacional. Dessa forma, o projeto ajuda a fortalecer o papel desses espaços na vida da comunidade, incentivando um maior engajamento com o patrimônio e a cultura local.

REFERÊNCIAS

ARQUITETURA, Livre. **DomNato Padaria**. 2020. Archdaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/947455/domnato-padaria-livre-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=projects_tab.

ARQUITETURA, Par Plataforma de. **Casa 1923 - Hotel Urbano**. 2023. Archdaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1007963/casa-1923-hotel-urbano-par-plataforma-de-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=projects_tab.

ARQUITECTOS, Tiago do Vale. **Chalé das três esquinas**. 2013. Archdaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-155113/chale-das-tres-esquinas-slash-tiago-do-vale-arquitectos?ad_medium=gallery.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220-3**: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2020

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARCELLOS, Jorge. **O MEMORIAL COMO INSTITUIÇÃO NO SISTEMA DE MUSEUS: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo**. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf.

BOITO, Camillo. **Restauradores**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4504474/mod_resource/content/1/BOSI%20E.%20Mem%C3%B3ria%20e%20sociedade.%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Decreto nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá Nova Organização Ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Decreto, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000. **Institui O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial Que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, Cria O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 4 ago. 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf.

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**. 2006. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2841763&forceview=1%20\(carbonara\)%2020/02/2024](https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2841763&forceview=1%20(carbonara)%2020/02/2024).

CASA CIVIL Congresso. Senado. Constituição (1934). Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

DAVID, Igor; FLORÊNCIO, Leticia; VIDOLIN, Loane; NAYARA, Schirley. **Solar do Rosário**. 2020. Archdaily. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/109751009/Restauro-Solar-do-Rosario>.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62/54>.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Memória e Reflexividade na Cultura ocidental**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. **O descuido de se tombar: a importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de areia**. João Pessoa, 2010.

FERNANDES, Ramon. MANIFESTO FACE A INÉRCIA: Restauro Alusivo das Ruínas da antiga Igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta na Cidade de Extremoz/RN. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural do Semiárido, Pau dos Ferros-RN, 2022.

FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. **A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA BIM EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: REGISTRO DA CASA GRANDE EM SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB**. 2019. 131 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unifip, Patos, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 66, 2006.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf.

IBGE. **São José de Espinharas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-espinharas/historico>.

ICOMOS. **Carta de Burra**. 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

ICOMOS. **Carta de Washington**. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/15579/17153>.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. **Carta de Cracóvia**. 2000. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/42%20Carta%20de%20Crac%C3%B3via%202000.pdf>.

Ministério da Instrução Pública Governo da Itália. **Carta de Restauo**. 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>.

ORMINDO, Paulo. **A restauração arquitetônica entre o passado e o presente**. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3226/2343>.

PARAÍBA. IPHAEP. **Legislações IPHAEP**. 2023. Disponível em: <https://iphaep.pb.gov.br/legislacoes-e-decretos/legislacao-do-iphaep-1.pdf>.

PEREIRA, Honório Nicholls. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=yw52CwAAQBAJ&pg=PA101&hl=pt-BR&source=gbgbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false.

PROJETEEE. **Dados climáticos**. Disponível em: http://www.mme.gov.br/projeteee/dados-climaticos/?cidade=PB-Patos&id_cidade=bra_pb_patos.819130_inmet.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>.

Prefeitura Municipal de Patos. **CODIGO DE URBANISMO**. 1974. Disponível em: https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/intgest_nju/public/normajuridica/1979/4109/xm3Intur.pdf.

RIEGL, Alois. **O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1984.

RUSKIN, John. **Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. Tradução: Maria Lucia Bressan Pinheiro.

RESTAURACIÓN, Arae Patrimônio y. **Restaurar ao invés de substituir: a recuperação do Palauet Nolla de Meliana em Valência**. 2020. Archdaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/993542/restaurar-ao-inves-de-substituir-a-recuperacao-do-palauet-nolla-de-meliana-em-valencia>. Acesso em: 19 jan. 2024.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de Danos Recomendações Básicas**. Olinda: Ceci, 2009.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260/245>.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. **Carta de Nara**. 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>.

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65900/66865>.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. **Restauração**. 1 ed. 76 p. Ateliê Editorial. São Paulo. 2007. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Olinda: Ceci, 2014.

APÊNDICE A – Fichas de identificação de danos

FID1: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - BOLOR



- **O QUE É? QUAL A CAUSA?**

O bolor é causado por fungos que se desenvolvem em ambientes úmidos, escuros e mal ventilados.

- **LOCALIZAÇÃO**

Fachada leste, fachada oeste, alpendre, quarto 01, cozinha, banheiro e área de serviço.

- **COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA?**

Limpeza, manutenção e usos de tintas impermeabilizantes.



FID2: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - RACHADURA



- **O QUE É? QUAL A CAUSA?**

Rachaduras em paredes são fendas ou aberturas que surgem em superfícies de alvenaria ou concreto.

- **LOCALIZAÇÃO**

Fachada leste, fachada norte, fachada sul, alpendre, quarto 03, sala de jantar 02 e cozinha

- **COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA?**

Para solucionar rachaduras em paredes, identifique a causa, limpe a área, alargue a rachadura, preencha com selante ou argamassa, alise, lixe, e repinte. Em casos estruturais, pode ser necessário reforçar a fundação. Impermeabilize e monitore para evitar recorrência.



FID3: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - DESCOLAMENTO DE REBOCO



- **O QUE É? QUAL A CAUSA?**

Descolamento de reboco é a separação do revestimento de argamassa (reboco) da superfície da parede, criando uma área oca entre o reboco e a alvenaria.

- **LOCALIZAÇÃO**

Alpendre, sala de jantar 02, sala de estar 01, quarto 01, guerrilha, cozinha, circulação, sala de jantar 01, quarto 04, quarto 03, fachada norte, sul, leste e oeste

- **COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA?**

Para solucionar o descolamento de reboco em paredes, corrija a causa subjacente (como umidade ou preparação inadequada), remova o reboco solto, limpe a área afetada e aplique novo reboco com boa aderência. Use materiais adequados e considere impermeabilizar a superfície para evitar novos problemas.



FID4: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - ALTERAÇÃO CROMÁTICA



- **O QUE É? QUAL A CAUSA?**

A alteração cromática na pintura de parede refere-se à mudança na cor ou tonalidade da pintura ao longo do tempo.

- **LOCALIZAÇÃO**

Área de serviço, fachada norte, fachada sul, fachada leste e fachada oeste.

- **COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA?**

Realizar limpeza da região, lixar e raspar adequadamente para em seguida realizar a pintura.



FID5: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - FISSURA

- **O QUE É? QUAL A CAUSA?**

Fissuras em paredes são pequenas aberturas ou trincas que surgem na superfície de uma construção.

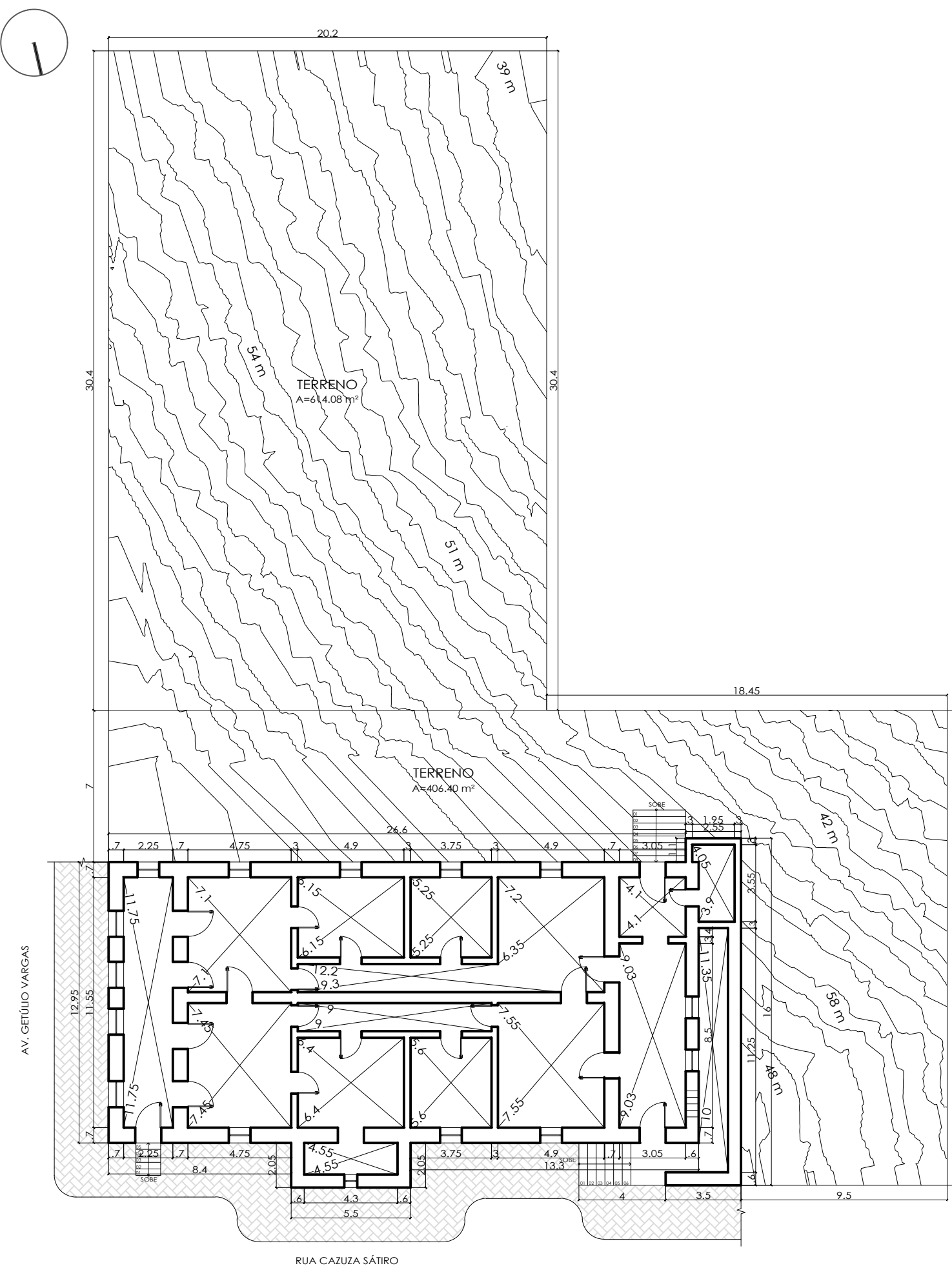
- **LOCALIZAÇÃO**

Sala de estar 02, quarto 01, circulação, sala de jantar 02 e cozinha

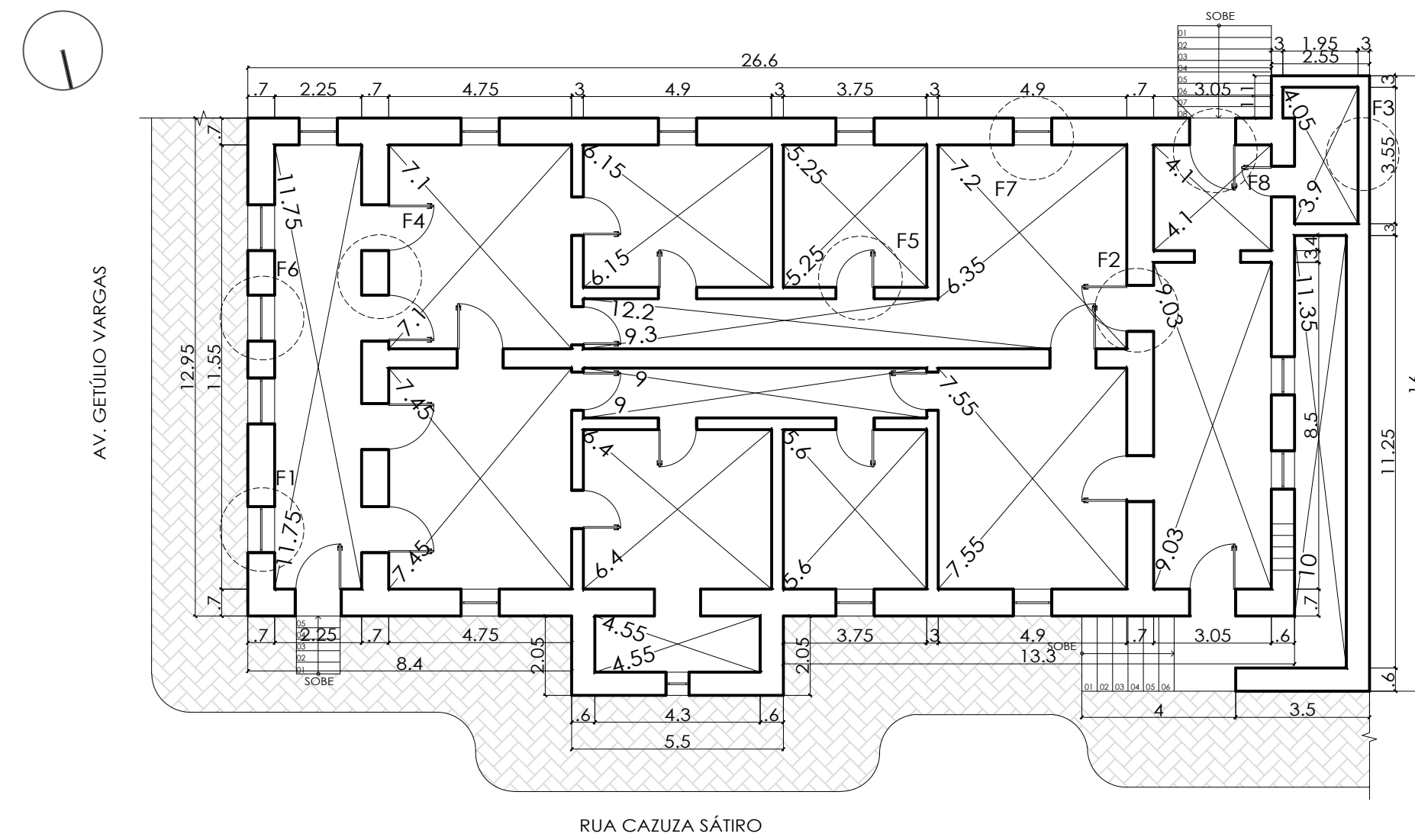
- **COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA?**

Para solucionar fissuras em paredes, limpe a área, alargue a fissura, preencha com selante ou massa corrida, alise, lixe, e pinte. Impermeabilize para prevenir futuros problemas e monitore a parede.

APÊNDICE B – Caderno Técnico



1 PLANTA DE LEVANTAMENTO
Escala: 1:225



2 AMPLIAÇÃO - PLANTA DE LEVANTAMENTO
Escala: 1:150



FOTO 01 - RACHADURA - FACHADA FRONTAL



FOTO 02 - RACHADURA - COZINHA



FOTO 03 - BOLOR - BANHEIRO



FOTO 04 - ADOBE APARENTE -
SALA DE ESTAR 02



FOTO 05 - DESPLACAMENTO DE REBOCO -
QUARTO 04



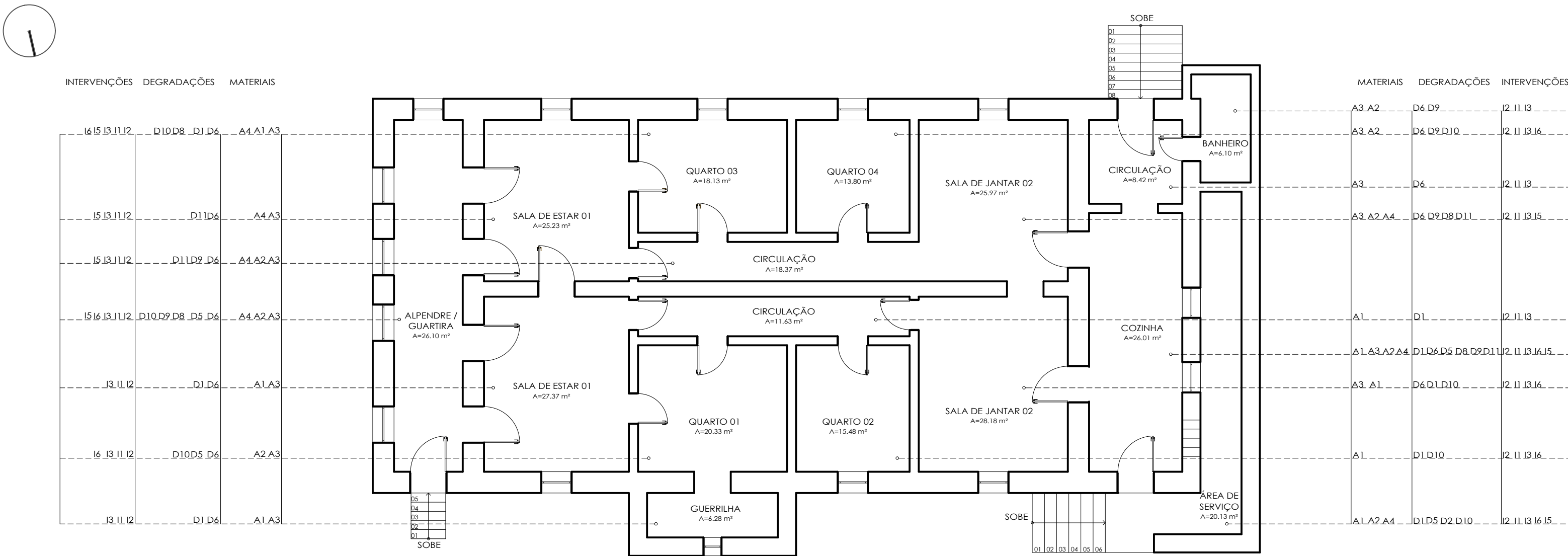
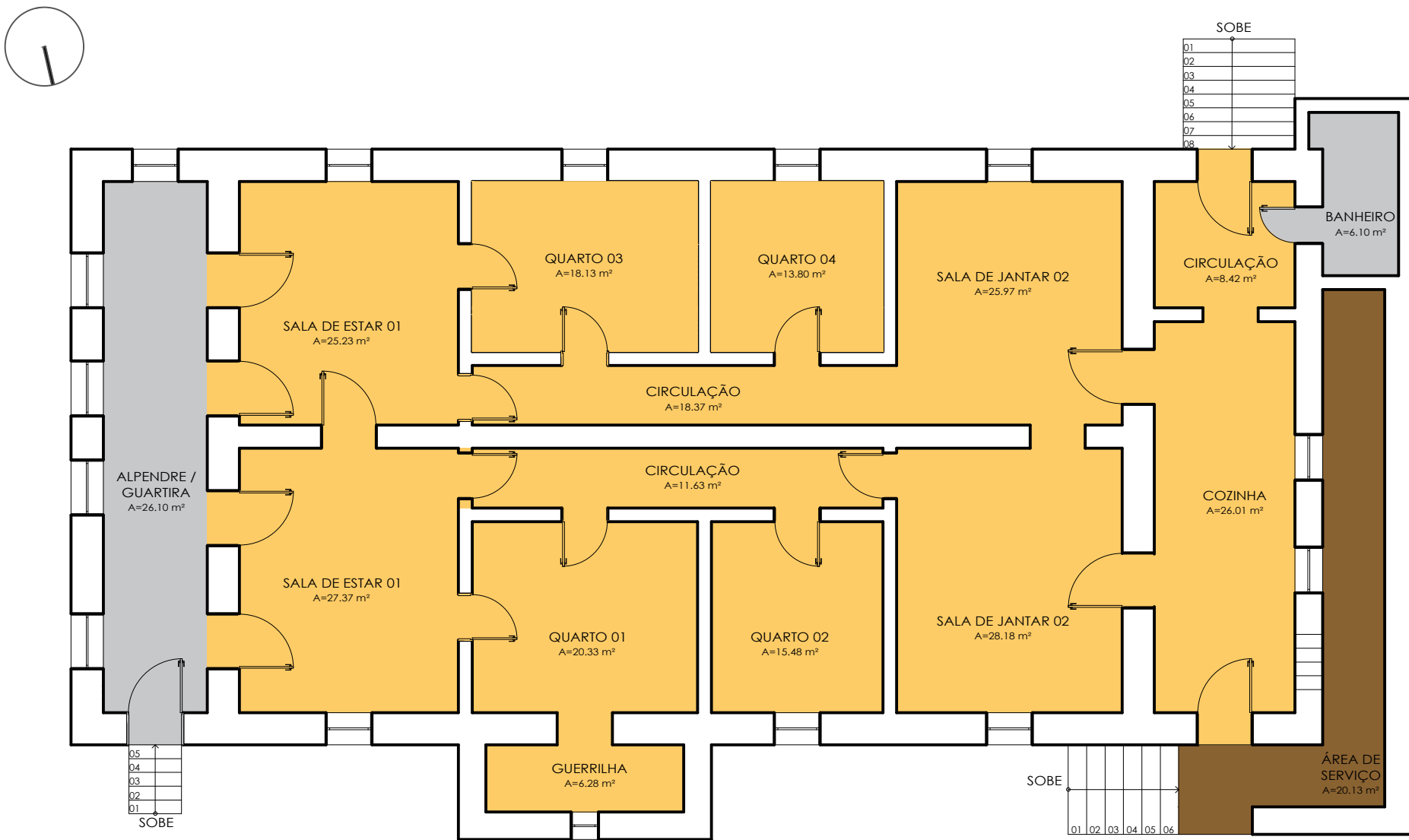
FOTO 06 - BOLOR - ALPENDRE



FOTO 07 - AUSÊNCIA DE ESQUADRIA -
SALA DE JANTAR 02



FOTO 08 - AUSÊNCIA DE ESQUADRIA -
CIRCULAÇÃO COZINHA



1 MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DE PISO
Escala: 1:125

2 MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS - PLANTA BAIXA
Escala: 1:125

TIPOLOGIA DE PISO	
	PISO CIMENTO QUEIMADO
	PISO LADRILHO
	CONTRAPISO DE TIJOLO DE ADOBE

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
CASA GRANDE



PISO SALA: LADRILHOS



PISO GUARITA: CIMENTO QUEIMADO



BOLOR: GUARITA



DEPLACAMENTO DE REBOCO: SALA



RACHADURA: COZINHA



PAREDE DE ADOBE: SALA



VEGETAÇÃO E TRINCAS: SALA E GUARITA



VEGETAÇÃO E BOLOR: QUARTO 01

DANOS:

Sujidade, perdas, fissuras e rachaduras

MANIFESTAÇÃO:

Adobe aparente, alteração cromática, bolor, descolamento de reboco, rachaduras, vandalismo, fissuras e vegetação

CAUSAS:

Umidade, falta de manutenção e negligência

ORIGEM:

Falta de manutenção periódica para o controle de agentes degradantes

NATUREZA:

Conflito nas interações físico-químicas entre os materiais, as técnicas construtivas e o meio ambiente

AGENTES:

Águas pluviais, ações do meio ambiente e vandalismo

CONDULTAS:

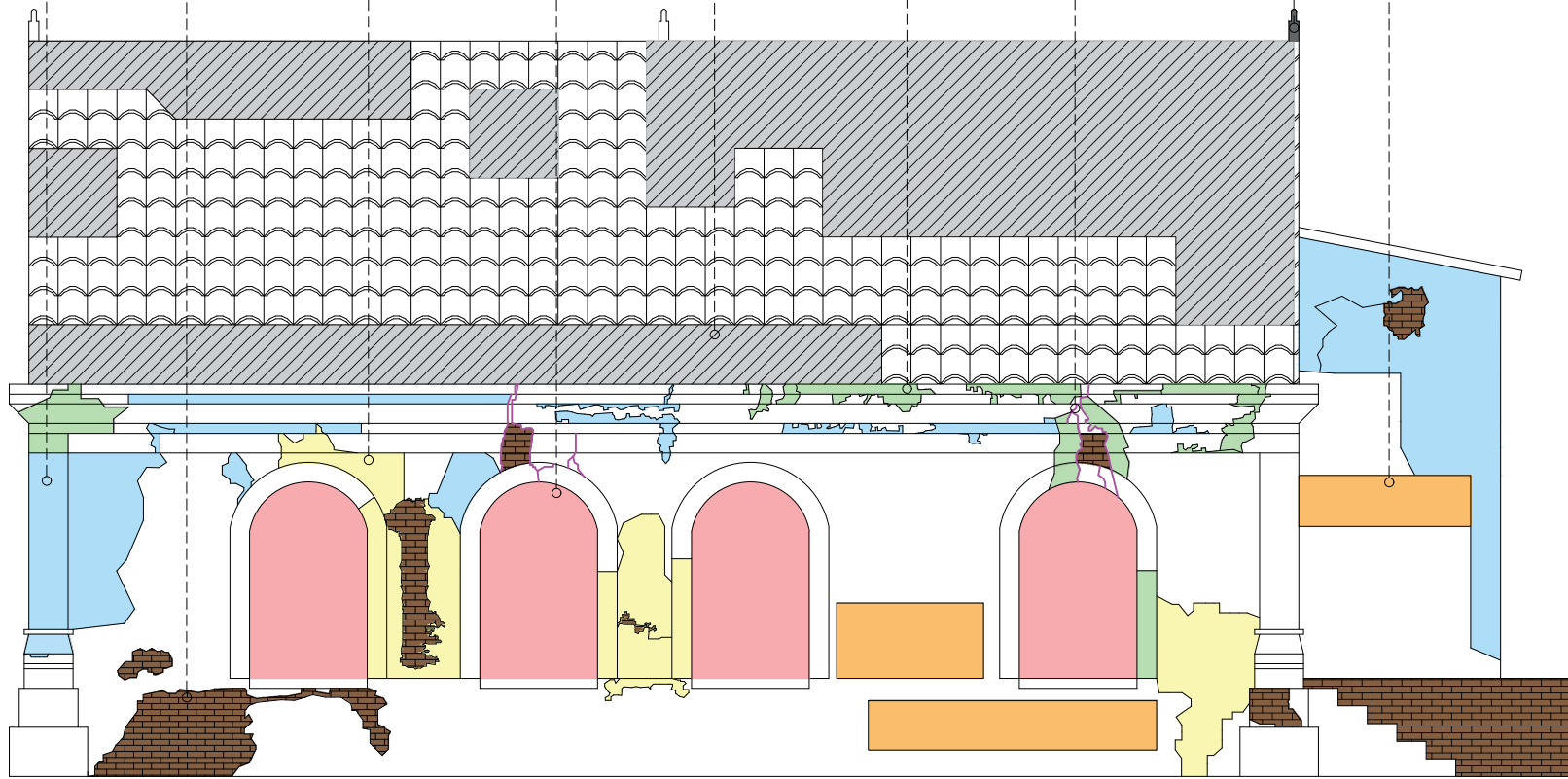
Limpeza da superfície, reforço estrutural, reconstrução de elementos, substituição, impermeabilização e nova pintura

LEGENDA - MATERIAIS		
COD	TIPO	
A1	TIJOLO DE ADOBE	
A2	PINTURA	
A3	REBOCO	
A4	ESTRUTURAL	
M1	PORTA	
M2	JANELA	
F1	JANELA	
C1	TELHA CERÂMICA	
C2	ORNAMENTO	

LEGENDA - DEGRADAÇÕES		
IDENTIFICAÇÃO	COD	TIPO
	D1	ADOBE APARENTE
	D2	ALTERAÇÃO CROMÁTICA
	D3	AUSÊNCIA DE COBERTURA
	D4	AUSÊNCIA DE ESQUADRIAS
	D5	BOLOR
	D6	DESCOLAMENTO DE REBOCO
	D7	ELEMENTO DANIFICADO
	D8	RACHADURA
	D9	VANDALISMO
	D10	VEGETAÇÃO
	D11	FISSURA

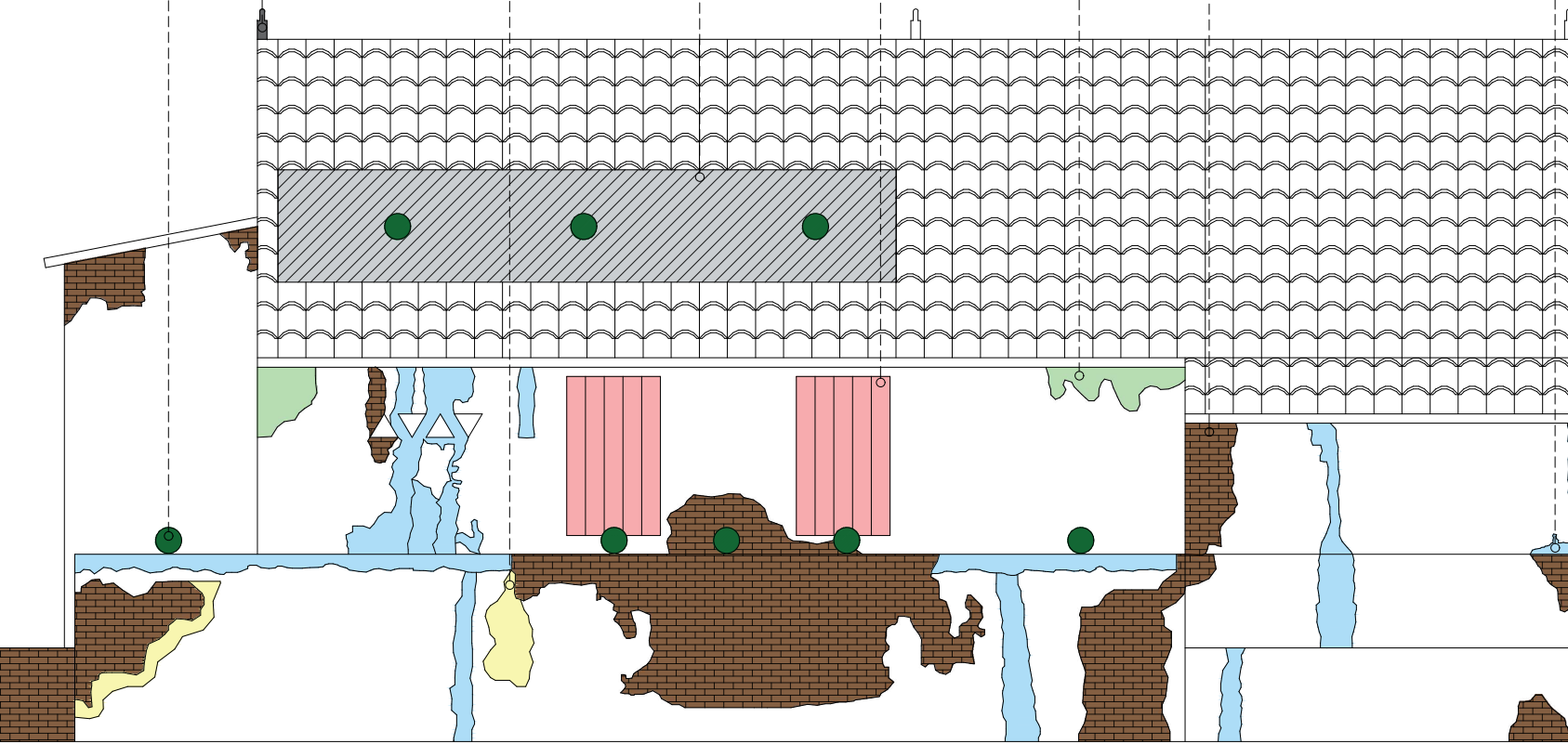
LEGENDA - INTERVENÇÕES	
COD	TIPO
I1	IMPERMEABILIZAÇÃO
I2	NOVO REBOCO
I3	PINTURA
I4	RECONSTRUÇÃO
I5	REFORÇO ESTRUTURAL
I6	REMOÇÃO DE SUJIDADES
I7	SUBSTITUIÇÃO

I6 I3	I2 I1 I3	I2 I1 I3	I4	I6 I7	I6 I1 I3	I5	I4	I3	INTERVENÇÕES
D2	D1	D6	D4	D3	D5	D8	D7	D9	DEGRADAÇÕES
A2	A1	A3	F1	C1	A2	A4	C2	A2	MATERIAIS



1 FACHADA LESTE
Escala: 1:75

I6	I4	I2 I1 I3	I6 I7	I7	I6 I1 I3	I2 I1 I3	I6 I3	INTERVENÇÕES
D10	D7	D6	D3	D4	D5	D1	D2	DEGRADAÇÕES
C2	A3	C1	M2	A2	A1	A2	A2	MATERIAIS



2 FACHADA OESTE
Escala: 1:75

DANOS:

Sujidade, perdas e rachaduras

MANIFESTAÇÃO:

Adobe aparente, alteração cromática, ausência de cobertura, ausência de esquadrias, bolor, descolamento de reboco, rachaduras, vandalismo, vegetação e elemento danificado

CAUSAS:

Umidade, falta de manutenção e negligência

ORIGEM:

Falta de manutenção periódica para o controle de agentes degradantes

NATUREZA:

Conflito nas interações físicos-químicas entre os materiais, as técnicas construtivas e o meio ambiente

AGENTES:

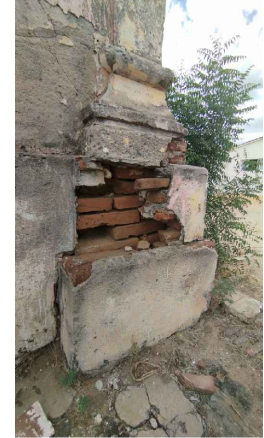
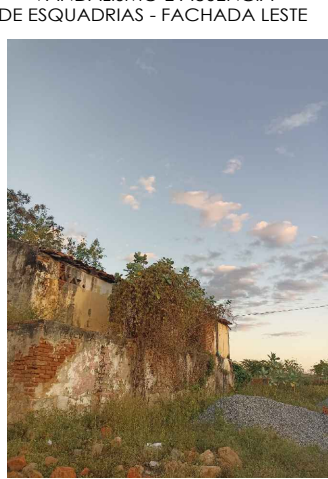
Águas pluviais, ações do meio ambiente e vandalismo

CONDULTAS:

Limpeza da superfície, reforço estrutural, reconstrução de elementos, substituição, impermeabilização e nova pintura

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

CASA GRANDE

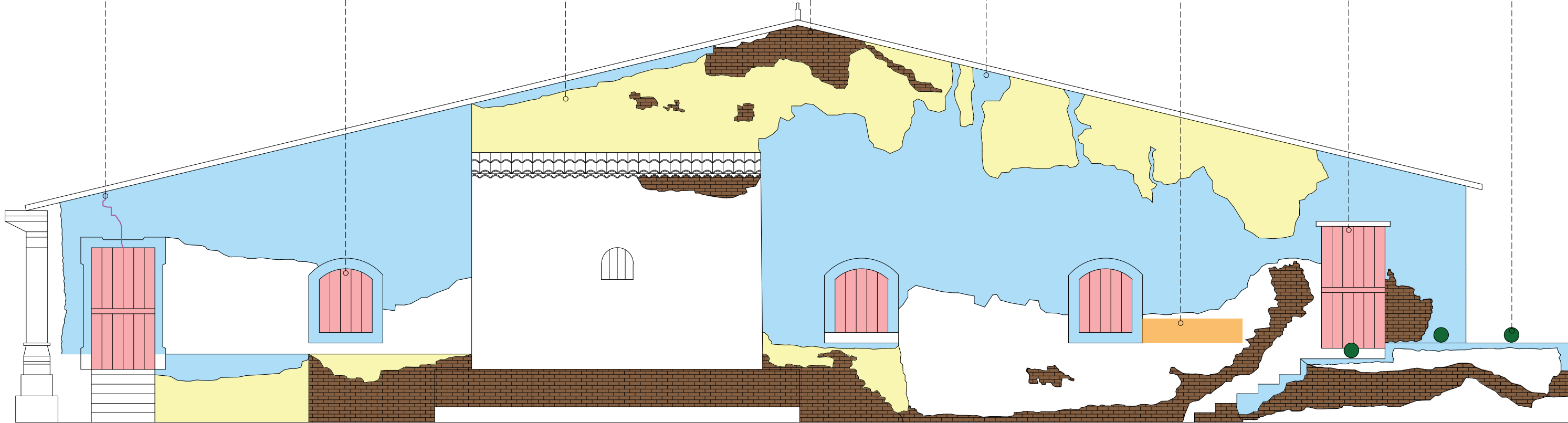


LEGENDA - MATERIAIS		
	COD	TIPO
ALVENARIA (A)	A1	TIJOLO DE ADOBE
	A2	PINTURA
	A3	REBOCO
	A4	ESTRUTURAL
MADERA (M)	M1	PORTA
	M2	JANELA
FERRO (F)	F1	JANELA
COBERTURA (C)	C1	TELHA CERÂMICA
	C2	ORNAMENTO

LEGENDA - DEGRADAÇÕES		
	COD	TIPO
	D1	ADOBE APARENTE
	D2	ALTERAÇÃO CROMÁTICA
	D3	AUSÊNCIA DE COBERTURA
	D4	AUSÊNCIA DE ESQUADRIAS
	D5	BOLOR
	D6	DESCOLAMENTO DE REBOCO
	D7	ELEMENTO DANIFICADO
	D8	RACHADURA
	D9	VANDALISMO
	D10	VEGETAÇÃO
	D11	FISSURA

LEGENDA - INTERVENÇÕES	
COD	TIPO
I1	IMPERMEABILIZAÇÃO
I2	NOVO REBOCO
I3	PINTURA
I4	RECONSTRUÇÃO
I5	REFORÇO ESTRUTURAL
I6	REMOÇÃO DE SUJIDADES
I7	SUBSTITUIÇÃO

I5	I7	I2 I1 I3	I2 I1 I3	I6 I3	I3	I7	I6	INTERVENÇÕES
D8	D4	D6	D1	D2	D9	D4	D10	DEGRADAÇÕES
A4	M2	A3	A1	A2	A2	M1		MATERIAIS



1 FACHADA NORTE

Escala: 1:75

DANOS:

Sujidade, perdas e rachaduras

MANIFESTAÇÃO:

Adobe aparente, alteração cromática, ausência de cobertura, ausência de esquadrias, bolor, descolamento de reboco, rachaduras, vandalismo, vegetação e elemento danificado

CAUSAS:

Umidade, falta de manutenção e negligência

ORIGEM:

Falta de manutenção periódica para o controle de agentes degradantes

NATUREZA:

Conflito nas interações físicos-químicas entre os materiais, as técnicas construtivas e o meio ambiente

AGENTES:

Águas pluviais, ações do meio ambiente e vandalismo

CONDULTAS:

Limpeza da superfície, reforço estrutural, reconstrução de elementos, substituição, impermeabilização e nova pintura

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

CASA GRANDE



ALTERAÇÃO CROMÁTICA, DESPLACAMENTO DE REBOCO, VEGETAÇÃO E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE



VANDALISMO, ALTERAÇÃO CROMÁTICA, DESPLACAMENTO DE REBOCO, VEGETAÇÃO E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE



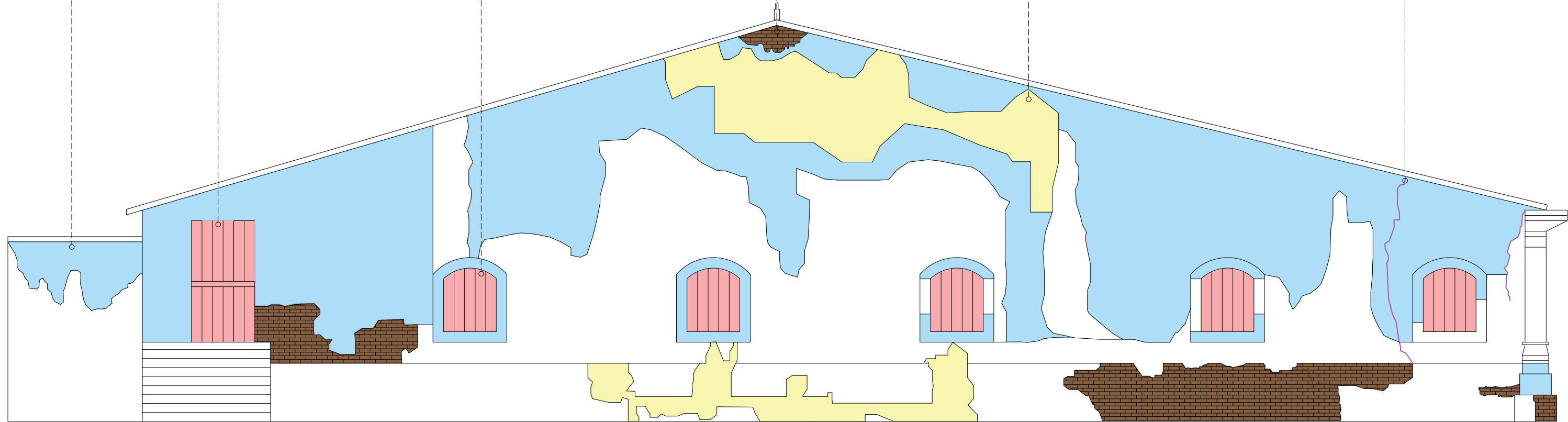
VANDALISMO, ALTERAÇÃO CROMÁTICA, DESPLACAMENTO DE REBOCO, VEGETAÇÃO E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE

LEGENDA - MATERIAIS		
ALVENARIA (A)	COD	TIPO
	A1	TUJOLO DE ADOBE
	A2	PINTURA
	A3	REBOCO
MADEIRA (M)	A4	ESTRUTURAL
	M1	PORTA
FERRO (F)	M2	JANELA
COBERTURA (C)	F1	JANELA
	C1	TELHA CERÂMICA
	C2	ORNAMENTO

LEGENDA - DEGRADAÇÕES		
IDENTIFICAÇÃO	COD	TIPO
	D1	ADOBE APARENTE
	D2	ALTERAÇÃO CROMÁTICA
	D3	AUSÊNCIA DE COBERTURA
	D4	AUSÊNCIA DE ESQUADRIAS
	D5	BOLOR
	D6	DESCOLAMENTO DE REBOCO
	D7	ELEMENTO DANIFICADO
	D8	RACHADURA
	D9	VANDALISMO
	D10	VEGETAÇÃO
	D11	FISSURA

LEGENDA - INTERVENÇÕES	
COD	TIPO
I1	IMPERMEABILIZAÇÃO
I2	NOVO REBOCO
I3	PINTURA
I4	RECONSTRUÇÃO
I5	REFORÇO ESTRUTURAL
I6	REMOÇÃO DE SUJIDADES
I7	SUBSTITUIÇÃO

I6 I3	I7	I7	I2 I1 I3	I2 I1 I3	I5	INTERVENÇÕES
D2	D4	D4	D1	D6	D8	DEGRADAÇÕES
A2	M1	M2	A1	A3	A4	MATERIAIS



1 FACHADA SUL
Escala: 1:75

DANOS:

Sujidade, perdas e rachaduras

MANIFESTAÇÃO:

Adobe aparente, alteração cromática, ausência de cobertura, ausência de esquadrias, bolor, descolamento de reboco, rachaduras, vandalismo, vegetação e elemento danificado

CAUSAS:

Umidade, falta de manutenção e negligência

ORIGEM:

Falta de manutenção periódica para o controle de agentes degradantes

NATUREZA:

Conflito nas interações físicos-químicas entre os materiais, as técnicas construtivas e o meio ambiente

AGENTES:

Águas pluviais, ações do meio ambiente e vandalismo

CONDULTAS:

Limpeza da superfície, reforço estrutural, reconstrução de elementos, substituição, impermeabilização e nova pintura

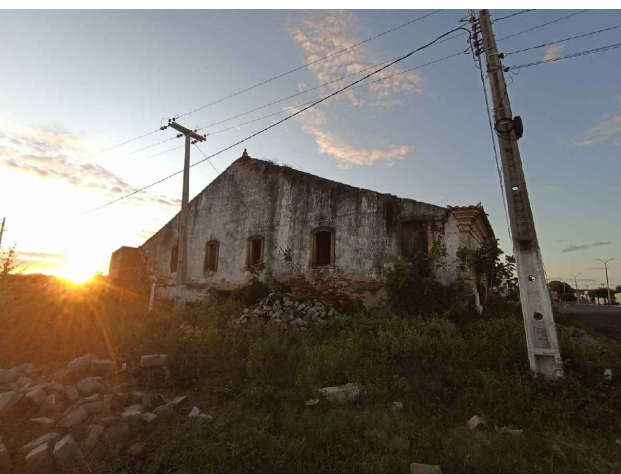
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
CASA GRANDE



ALTERAÇÃO CROMÁTICA, DESCOLAMENTO DE REBOCO E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE

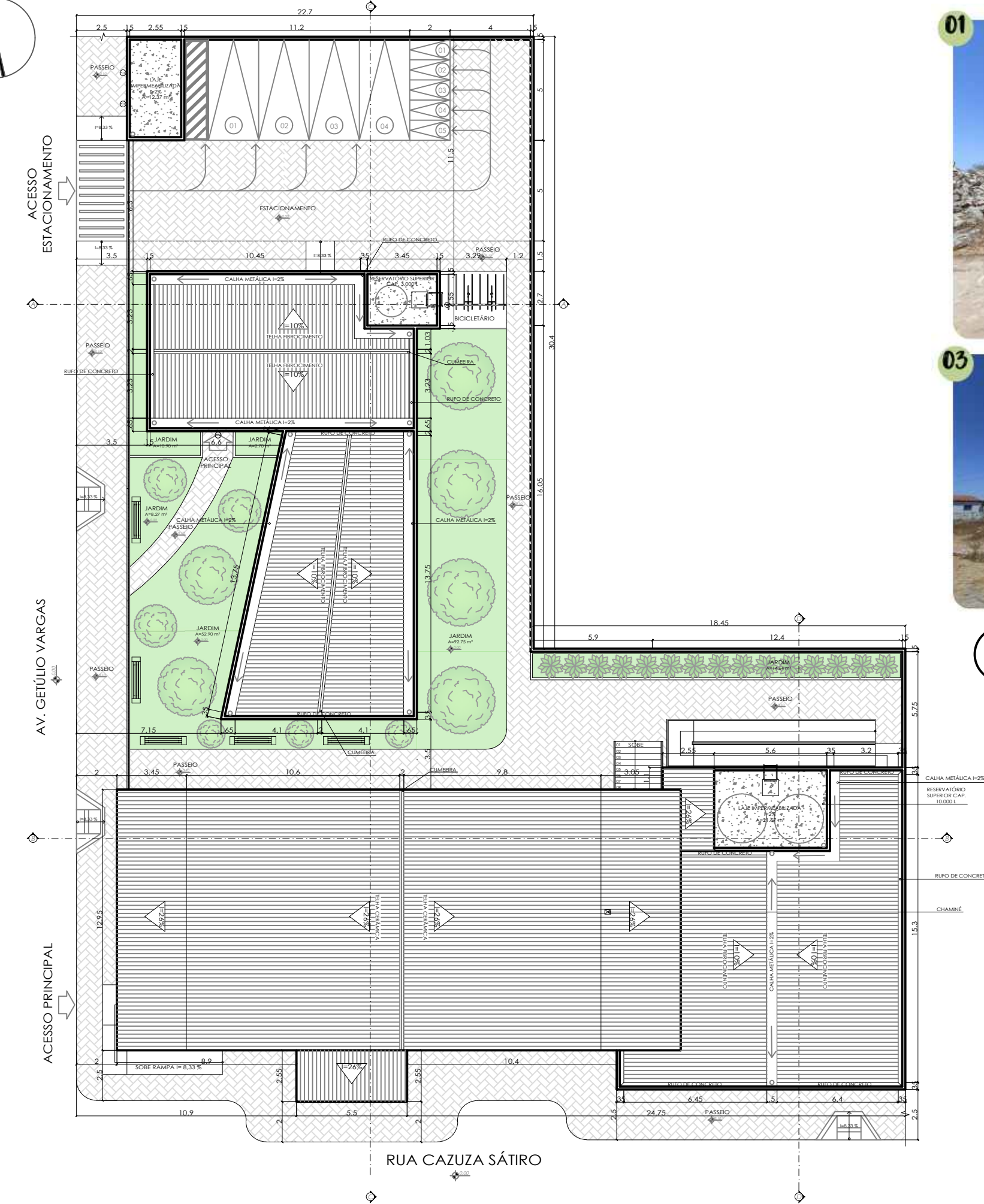
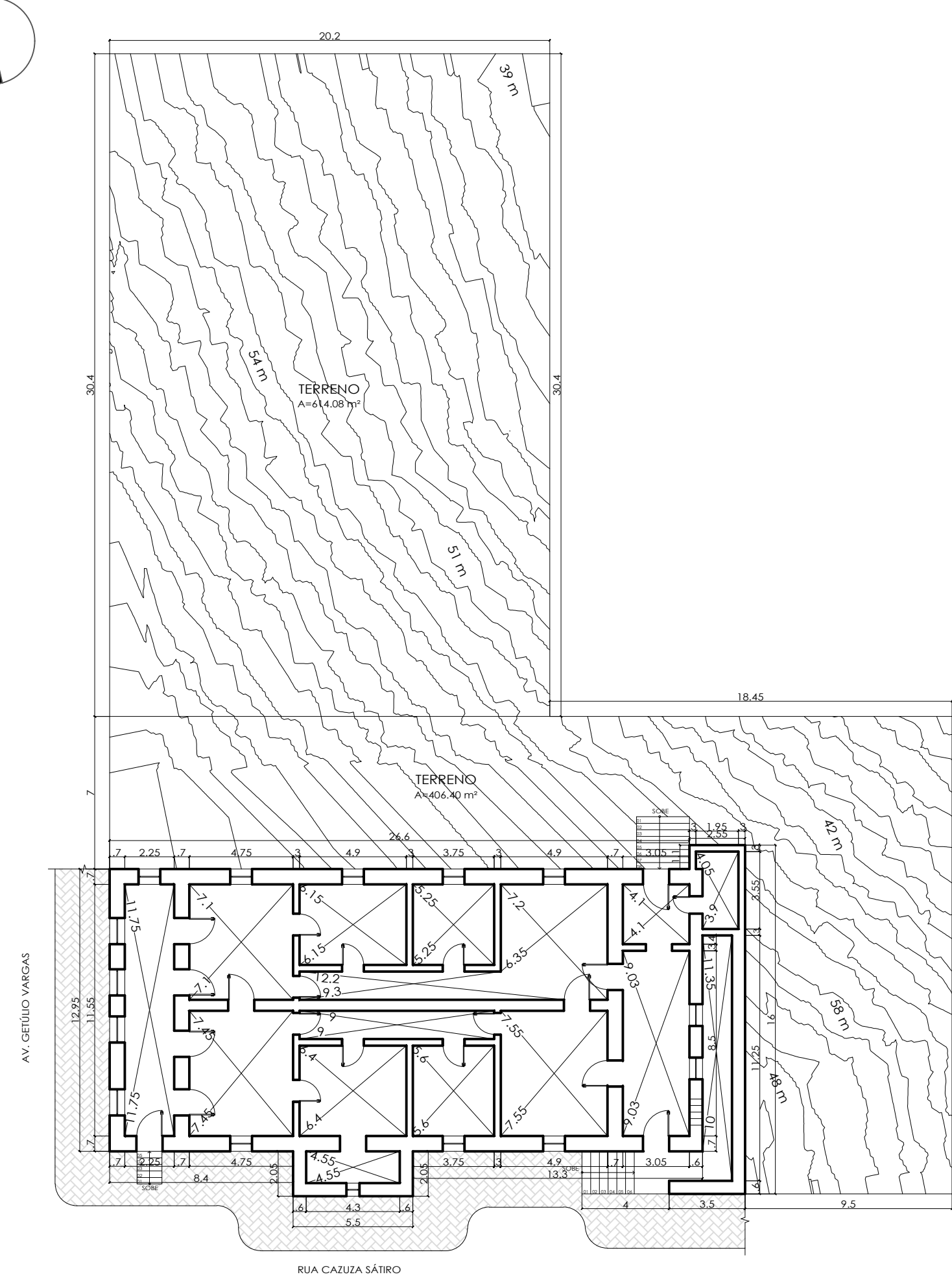
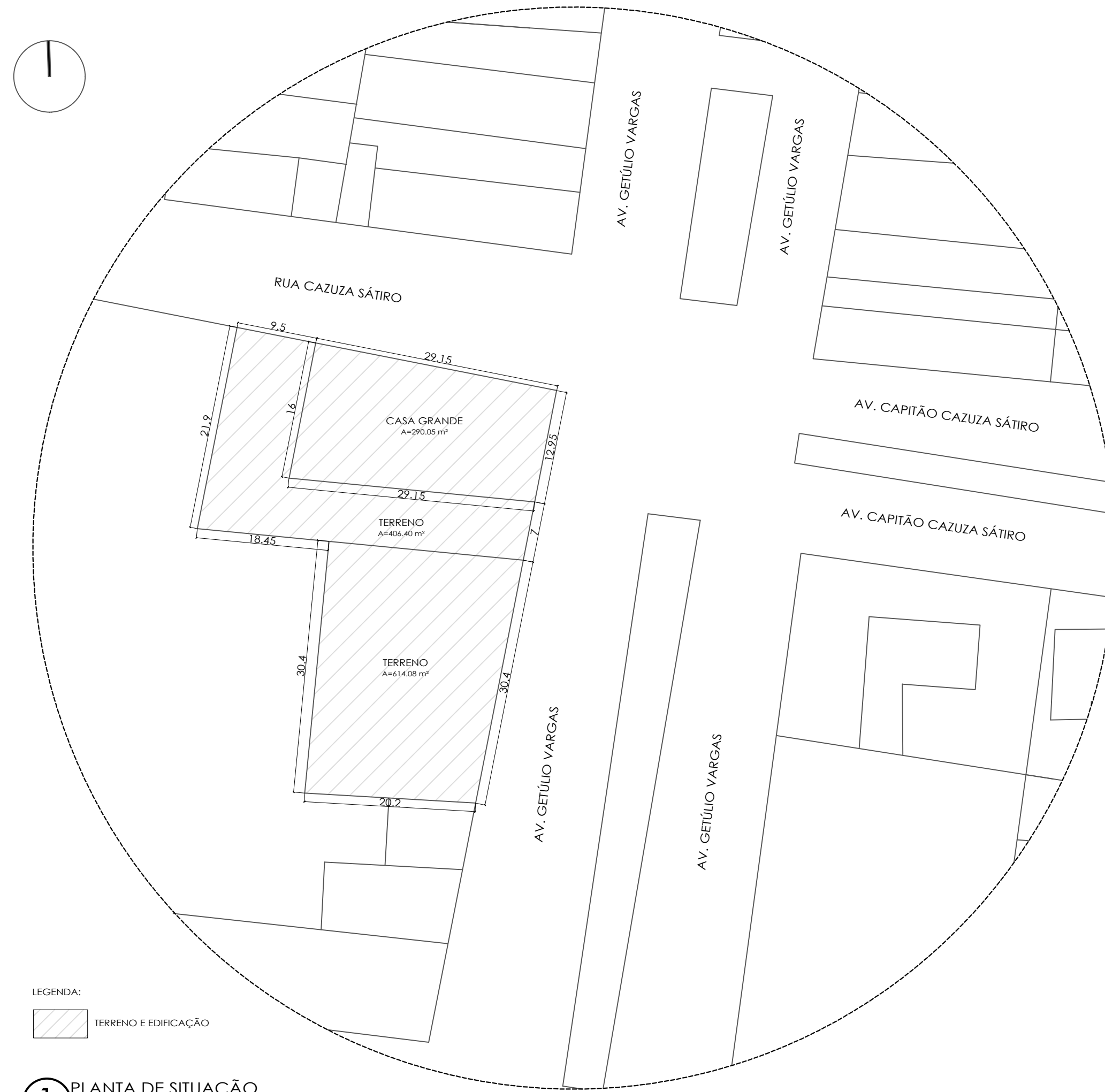


ALTERAÇÃO CROMÁTICA, VEGETAÇÃO, RACHADURA E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE



ALTERAÇÃO CROMÁTICA, DESPLACAMENTO DE REBOCO, VEGETAÇÃO, RACHADURA E ADOBE APARENTE - FACHADA NORTE

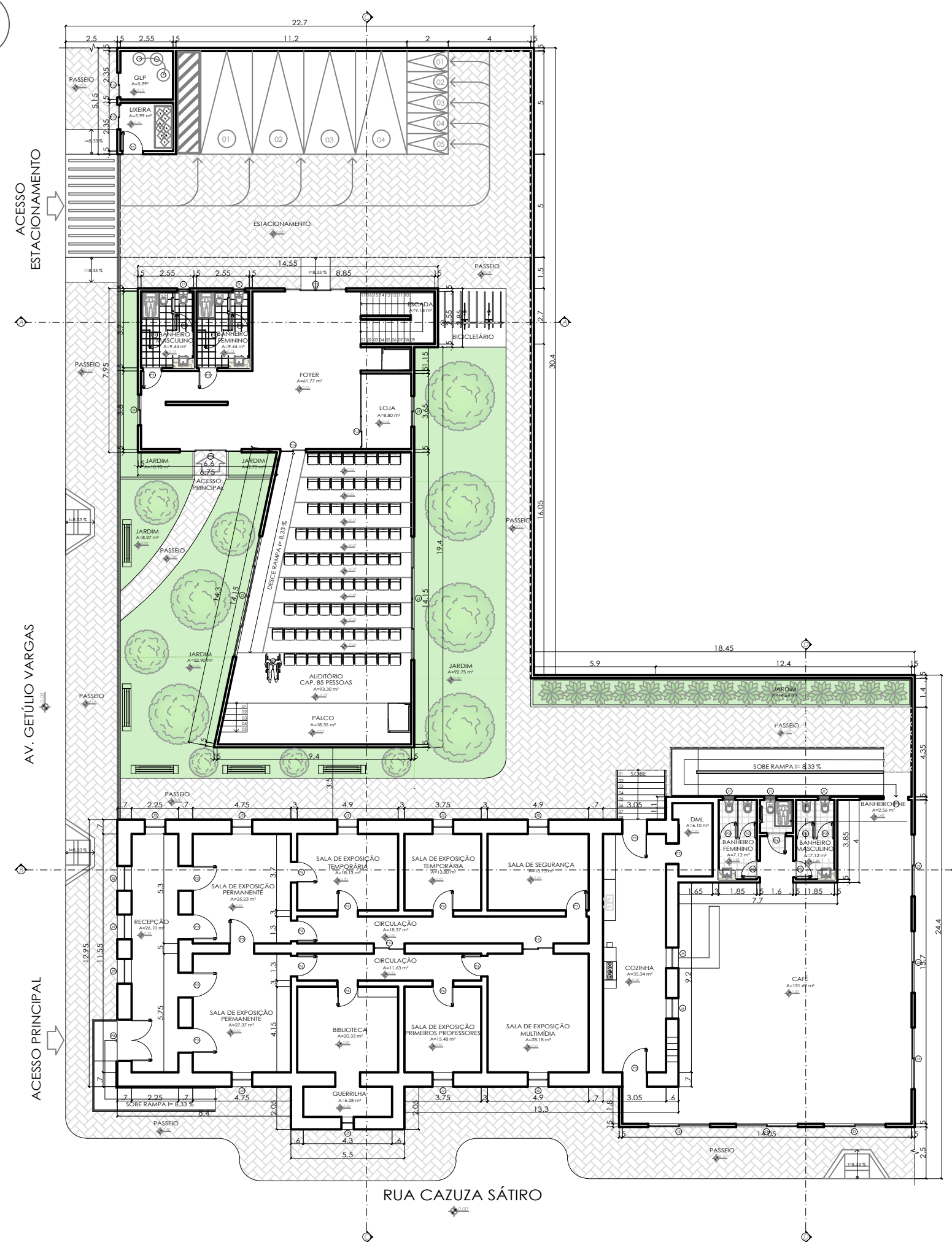
LEGENDA - MATERIAIS		
ALVENARIA (A)	COD	TIPO
	A1	TUJOLO DE ADOBE
	A2	PINTURA
	A3	REBOCO
MADEIRA (M)	M1	PORTA
	M2	JANELA
FERRO (F)	F1	JANELA
	F2	TELHA CERÂMICA
COBERTURA (C)	C1	TELHA CERÂMICA
	C2	ORNAMENTO
LEGENDA - DEGRADAÇÕES		
IDENTIFICAÇÃO	COD	TIPO
	D1	ADOBE APARENTE
	D2	ALTERAÇÃO CROMÁTICA
	D3	AUSÊNCIA DE COBERTURA
	D4	AUSÊNCIA DE ESQUADRIAS
	D5	BOLOR
	D6	DESCOLAMENTO DE REBOCO
	D7	ELEMENTO DANIFICADO
	D8	RACHADURA
	D9	VANDALISMO
	D10	VEGETAÇÃO
	D11	FISSURA
LEGENDA - INTERVENÇÕES		
COD	TIPO	
I1	IMPERMEABILIZAÇÃO	
I2	NOVO REBOCO	
I3	PINTURA	
I4	RECONSTRUÇÃO	
I5	REFORÇO ESTRUTURAL	
I6	REMOÇÃO DE SUJIDADES	
I7	SUBSTITUIÇÃO	



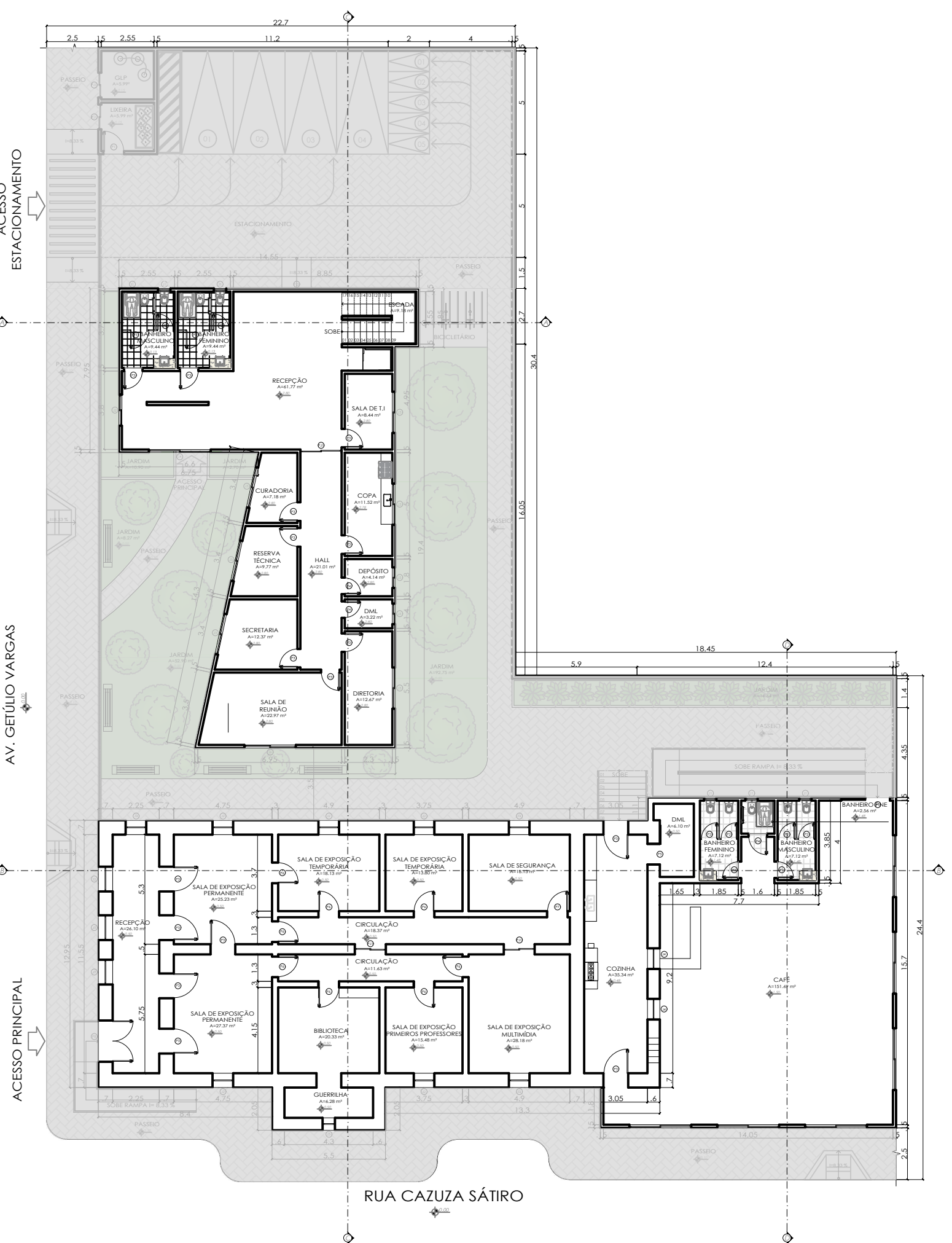
4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO SEM ESCALA

TABELA DE ÁREAS

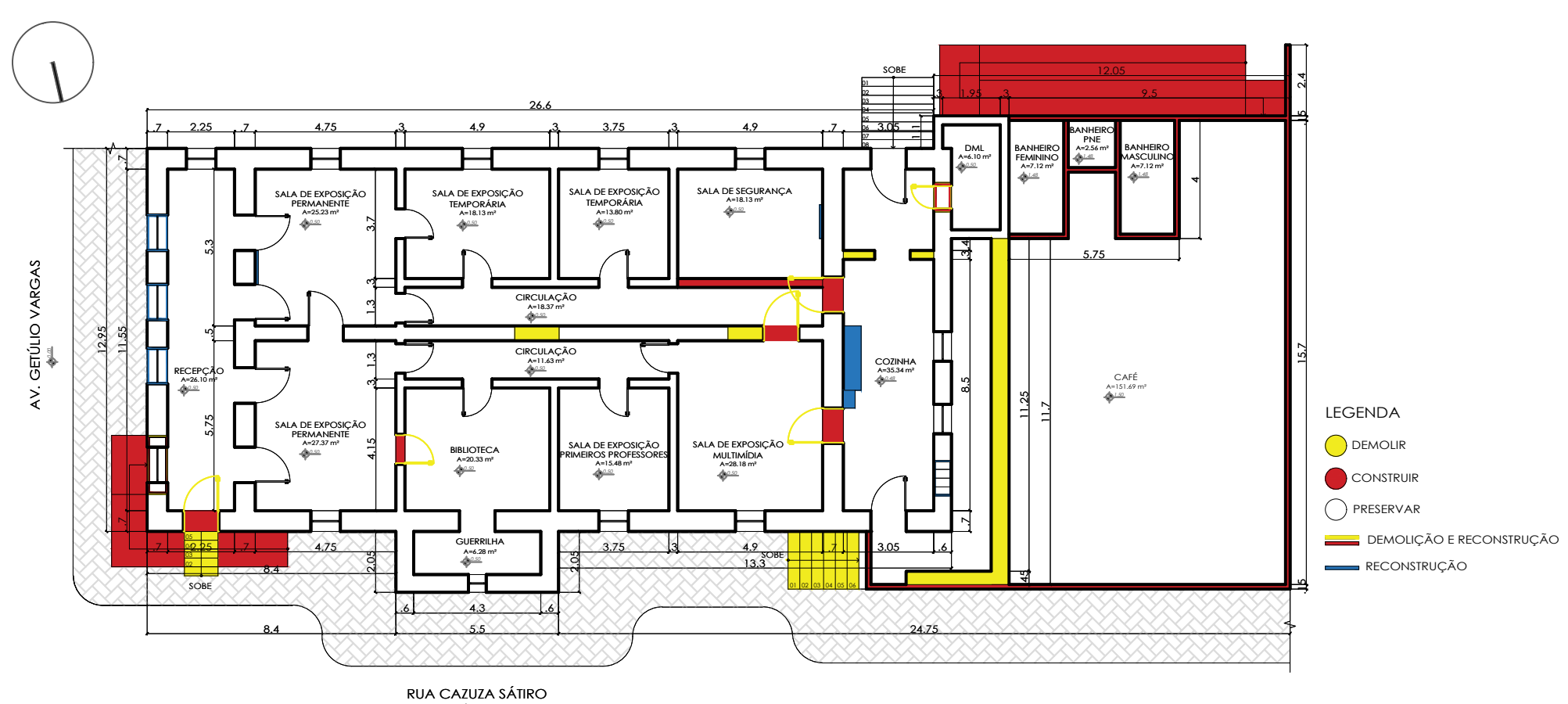
DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
Área do terreno	1.020,48 m ²
Área construída	443,00 m ²
Área verde	220,99 m ²
Taxa de ocupação	43,41%
Área permeável	437,03



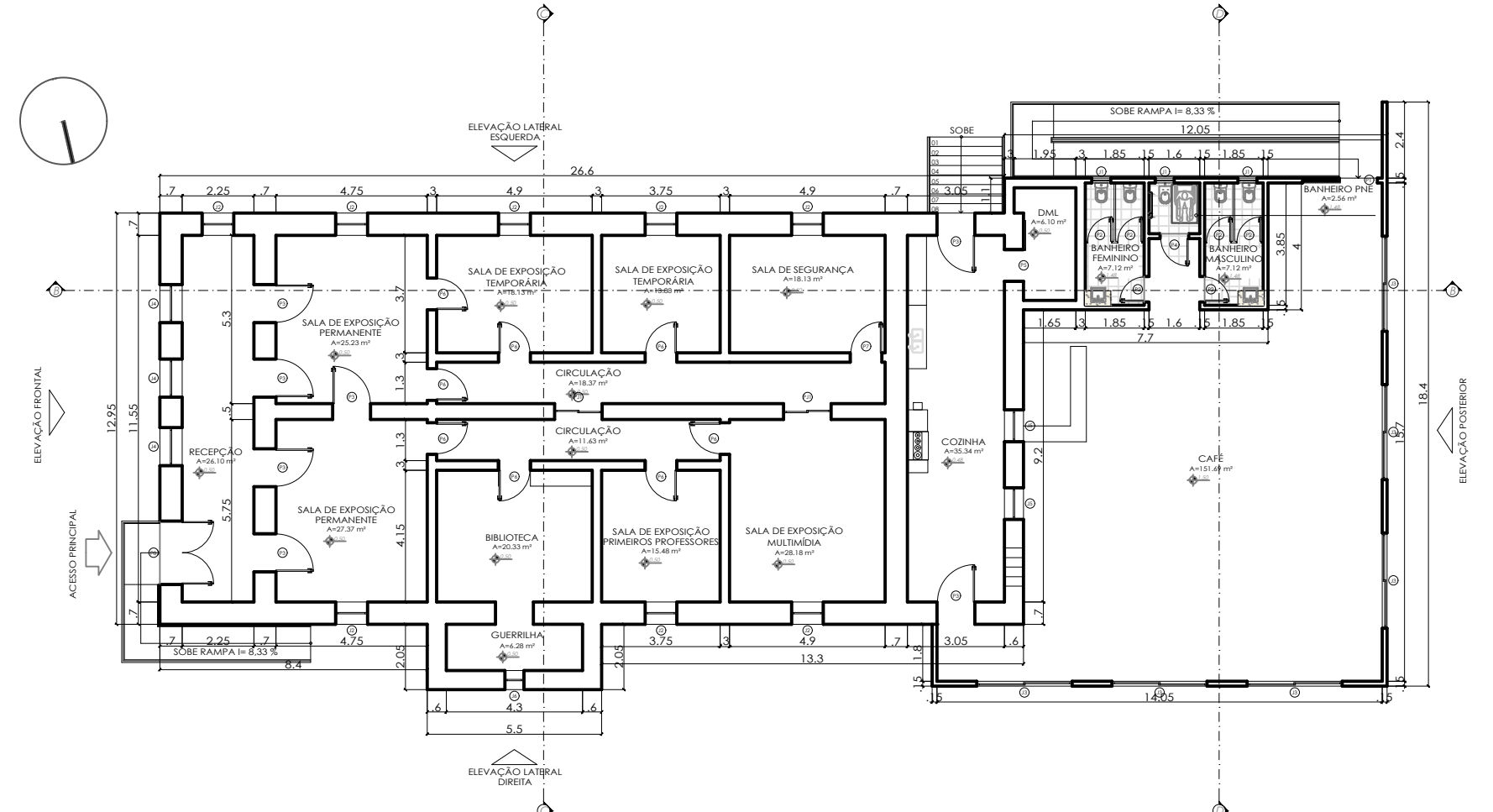
1 PLANTA BAIXA GERAL - TÉRREO
Escala: 1:225



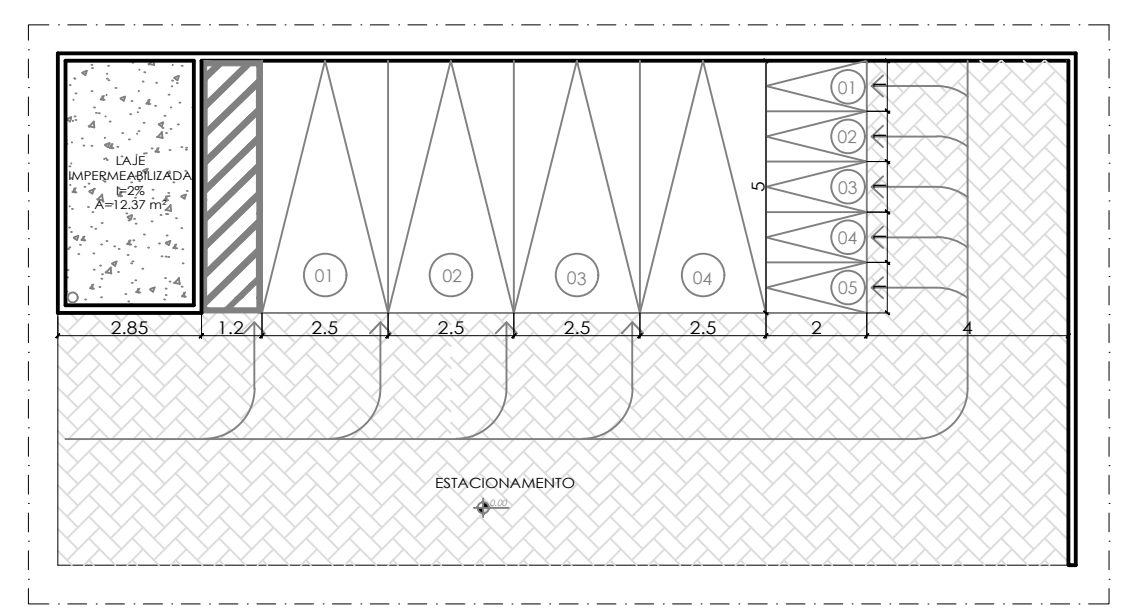
2 PLANTA BAIXA GERAL - SUPERIOR
Escala: 1:225



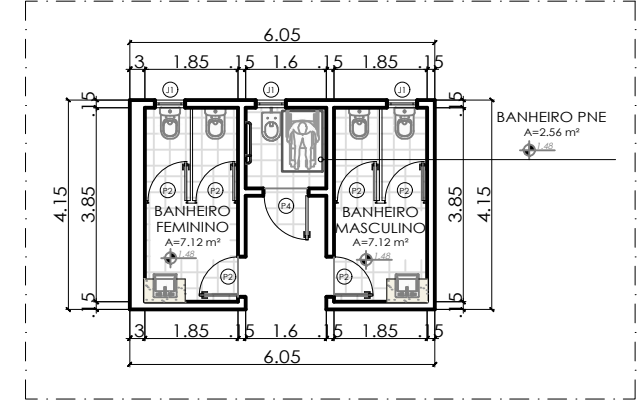
3 PLANTA BAIXA - REFORMA
Escala: 1:200



4 PLANTA BAIXA - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
Escala: 1:200



5 AMPLIAÇÃO 01 - ESTACIONAMENTO
Escala: 1:150



6 AMPLIAÇÃO 02 - BANHEIROS
Escala: 1:150

TABELA DE ÁREAS

DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
Área do terreno	1.020,48 m²
Área construída	443,00 m²
Área verde	220,99 m²
Taxa de ocupação	43,41%
Área permeável	437,03

TABELA DE ESQUADRIAS

COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD	ÁREA (m²)
J1	Janela máximo-ar	60	60	150	Alumínio e Vidro	3	0,36
J2	Janela bandeira	100	170	60	Vidro	8	1,70
J3	Janela de correr 2 folhas	300	120	90	Vidro	6	3,60
J4	Janela fixa	120	170	100	Ferro e vidro	3	2,04
J5	Janela fixa	100	170	90	Vidro	2	1,70
J6	Janela fixa	60	60	170	Ferro	1	0,36
P1	Porta de correr	120	210	-	Vidro	1	2,52
P2	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	6	1,68
P3	Porta de abrir	120	230	-	Vidro	7	2,76
P4	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	1	1,89
P5	Porta de correr externa	100	210	-	Vidro	1	2,10
P6	Porta de abrir	100	230	-	Vidro	8	2,30
P7	Porta de abrir	100	210	-	Vidro	1	2,10
P8	Porta de abrir 2 folhas	200	270	-	Alumínio e Vidro	1	5,40
PJ1	Porta-janela 2 folhas	150	210	-	Alumínio e Vidro	2	3,15

PRANCHA:

0714

AUTORA:
MARIA JAMILY ARAUJO DE SOUSA

ORIENTADORA:
ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

CONTEÚDO:
INDICADO

ESCALA:
INDICADA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEM-ÁRIDO

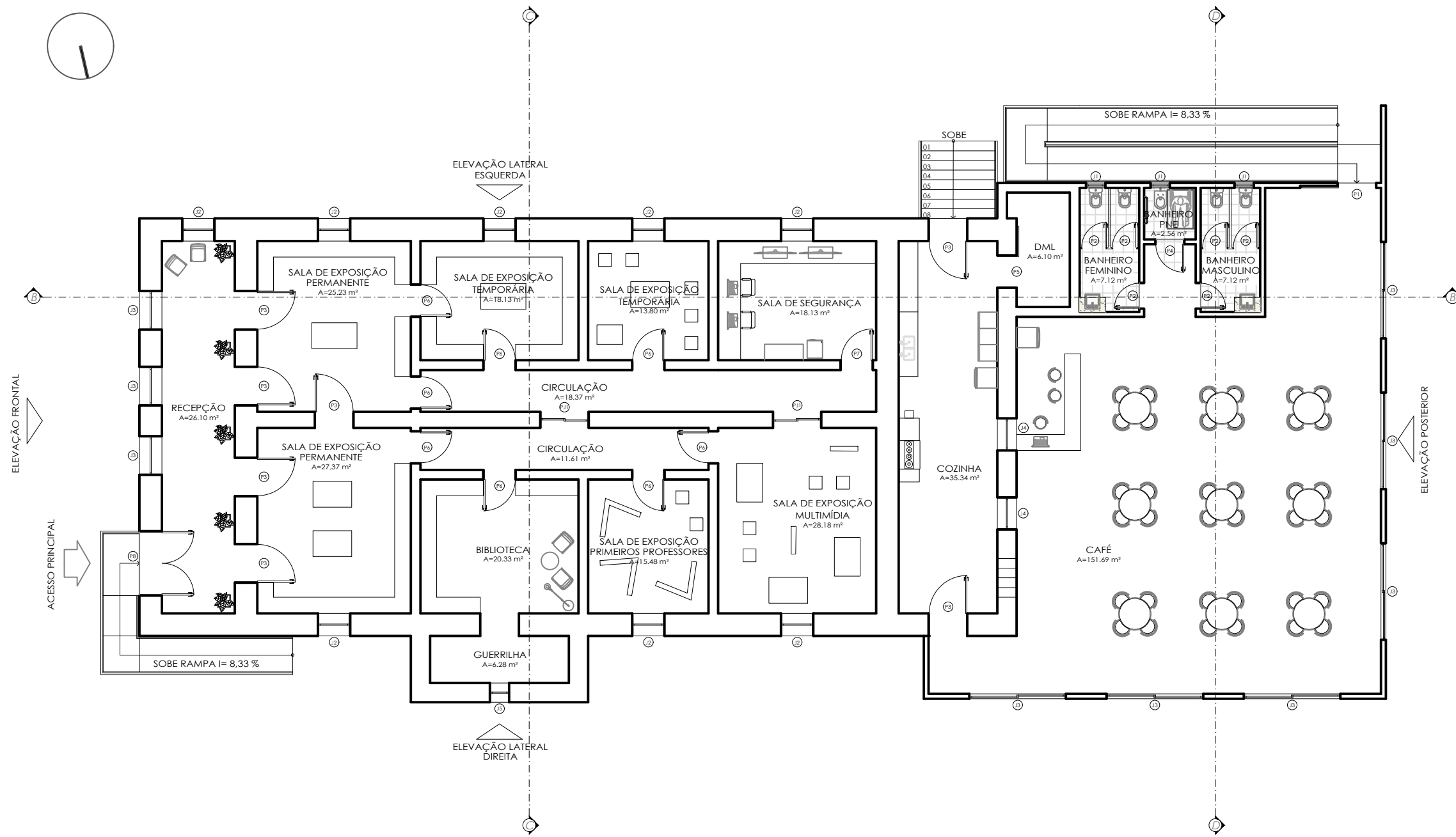
CURSO:
ARQUITETURA E URBANISMO

LOCALIZAÇÃO:
SÃO JOSE DE ESPINHARAS - PB

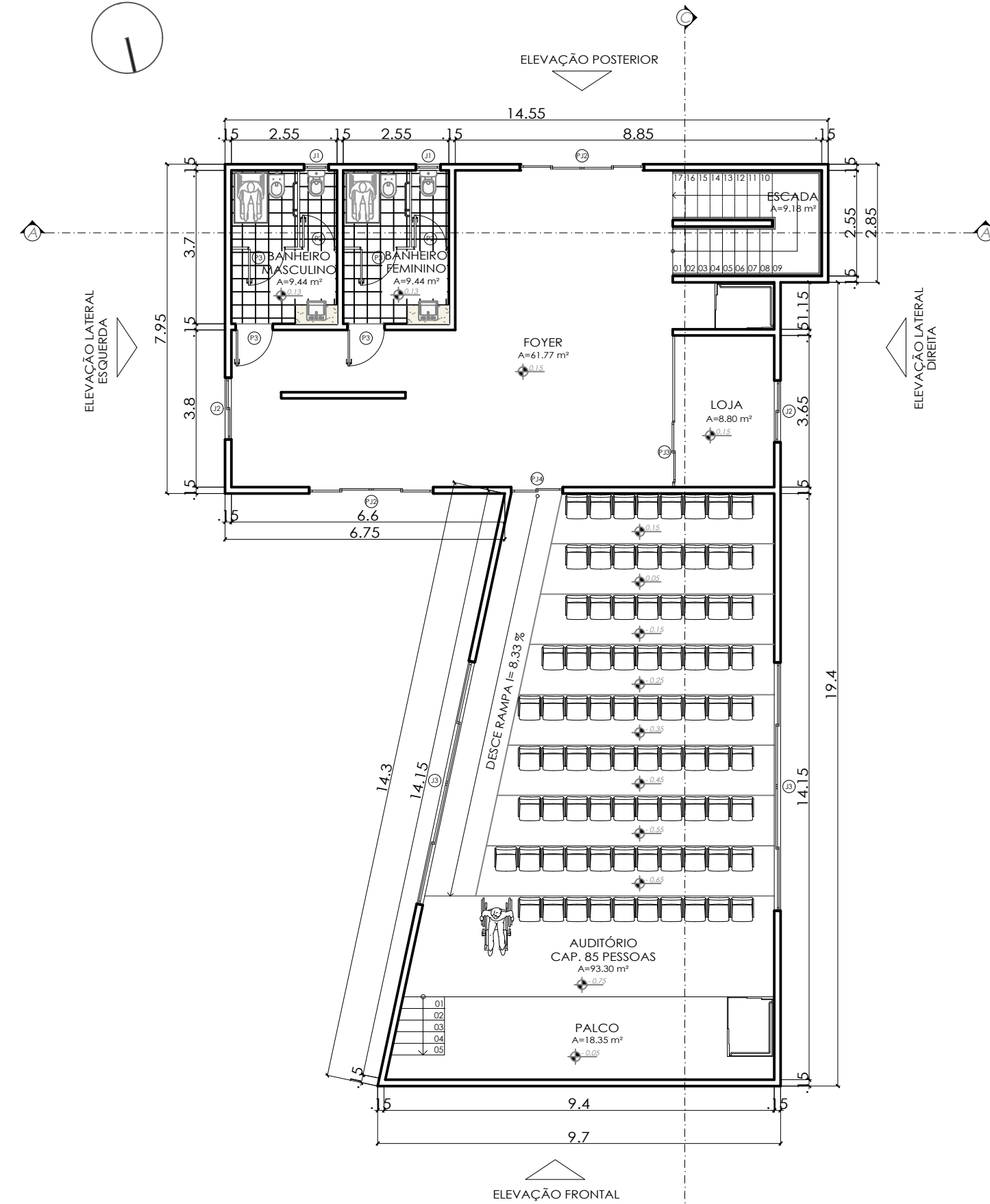
DATA: OUTUBRO DE 2024

Memorial da educação

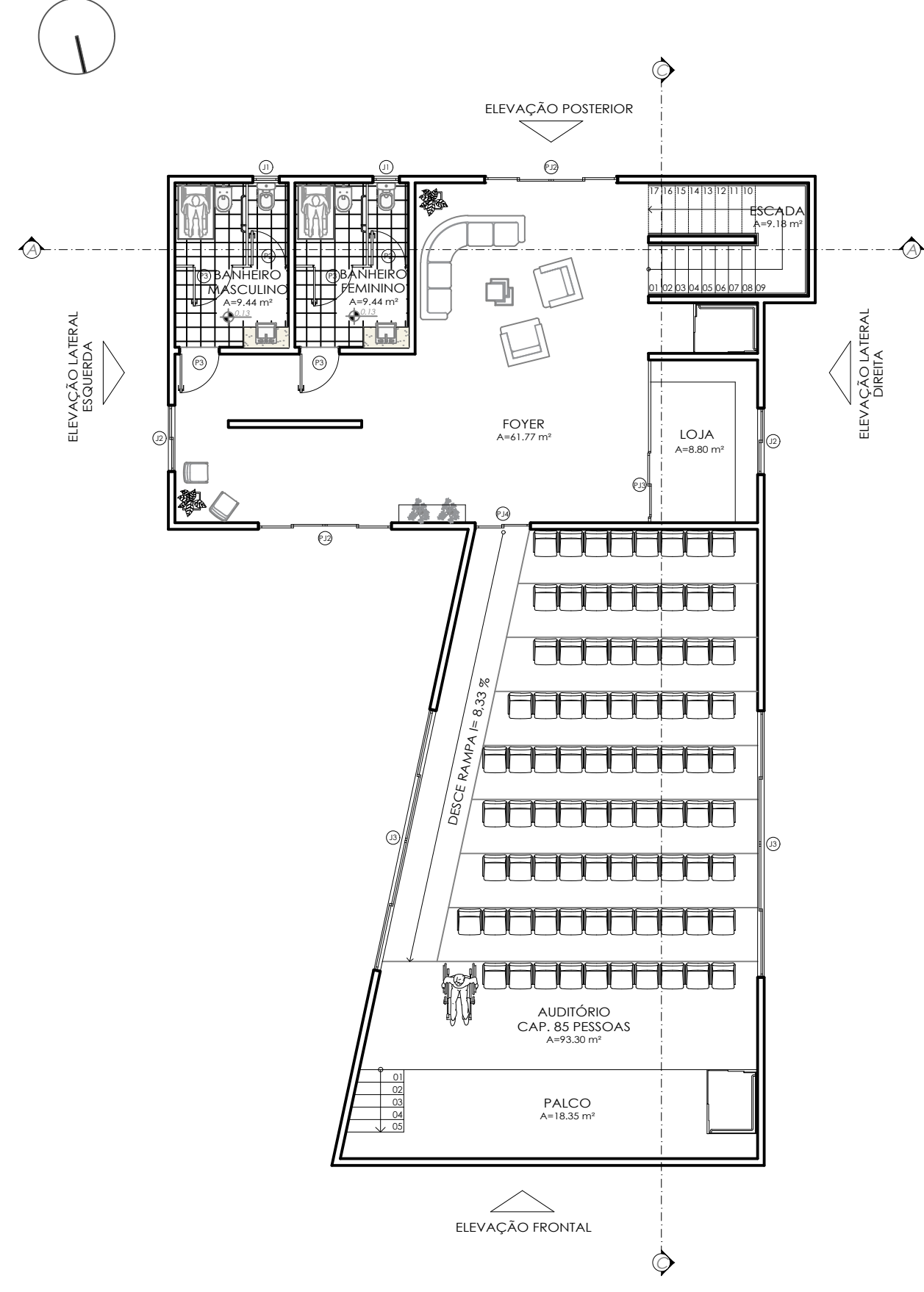
Maria Sousa da Mota



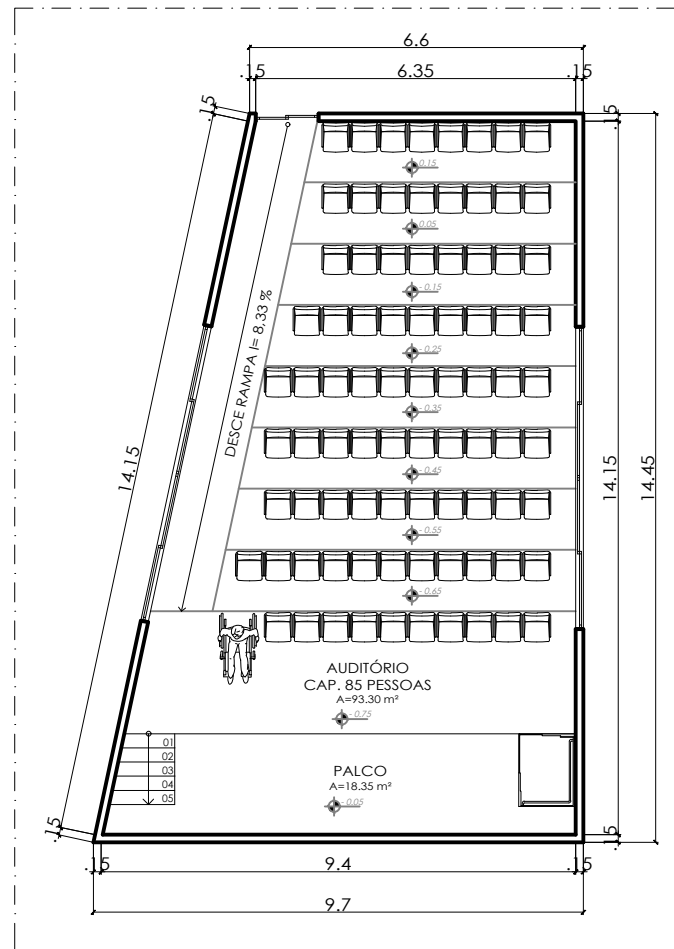
1 LAYOUT - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
Escala: 1:150



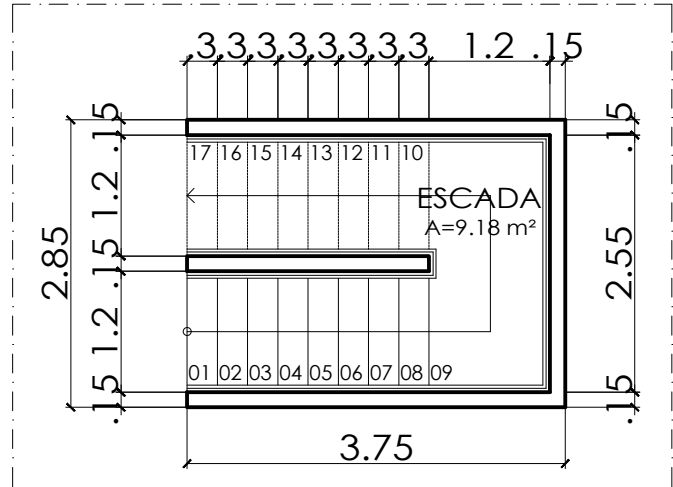
2 PLANTA BAIXA TÉRREO - ANEXO
Escala: 1:125



3 LAYOUT TÉRREO - ANEXO
Escala: 1:125



4 AMPLIAÇÃO 01 - AUDITÓRIO
Escala: 1:150



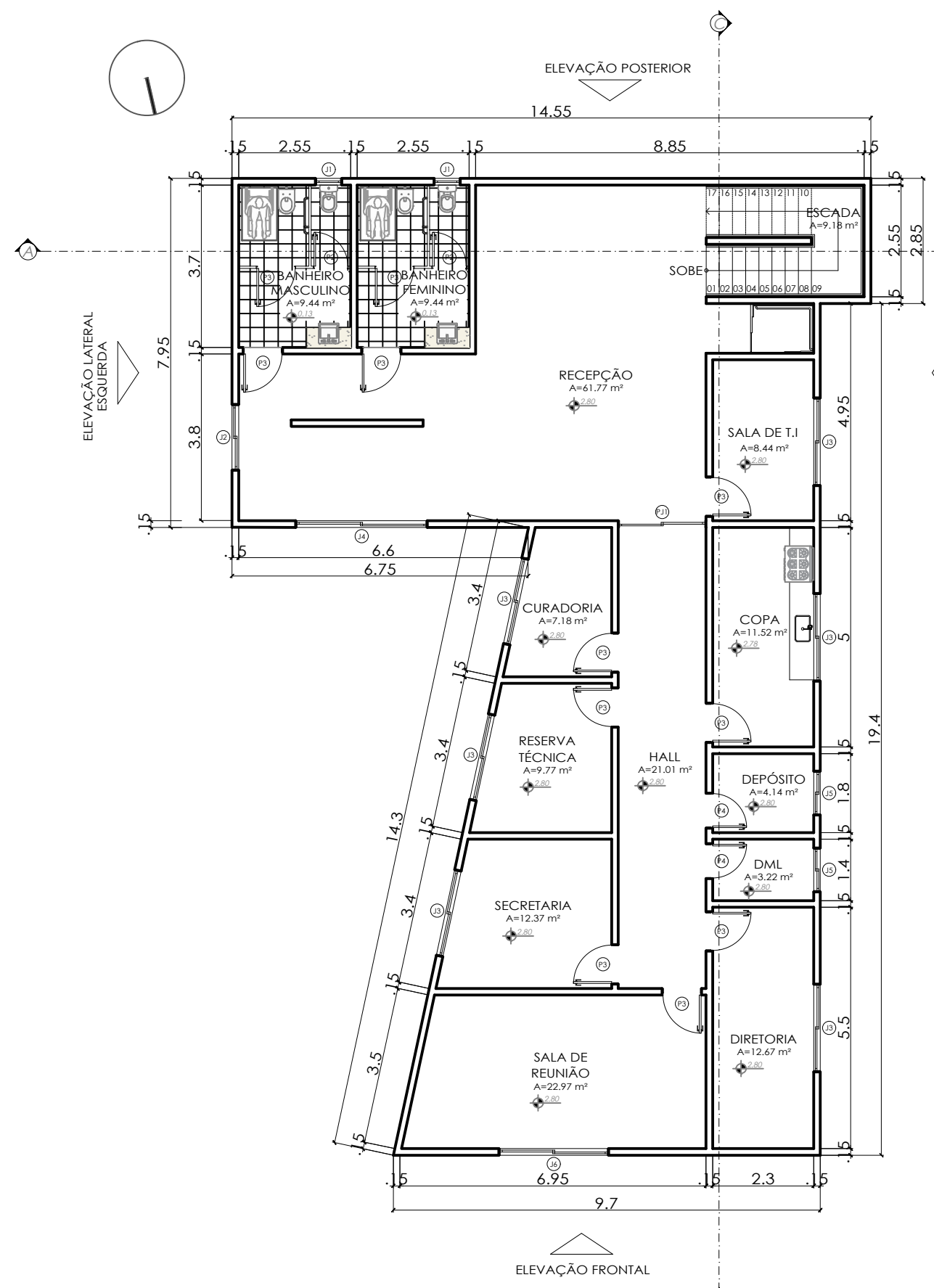
5 AMPLIAÇÃO 01 - ESCADA
Escala: 1:75

TABELA DE ÁREAS

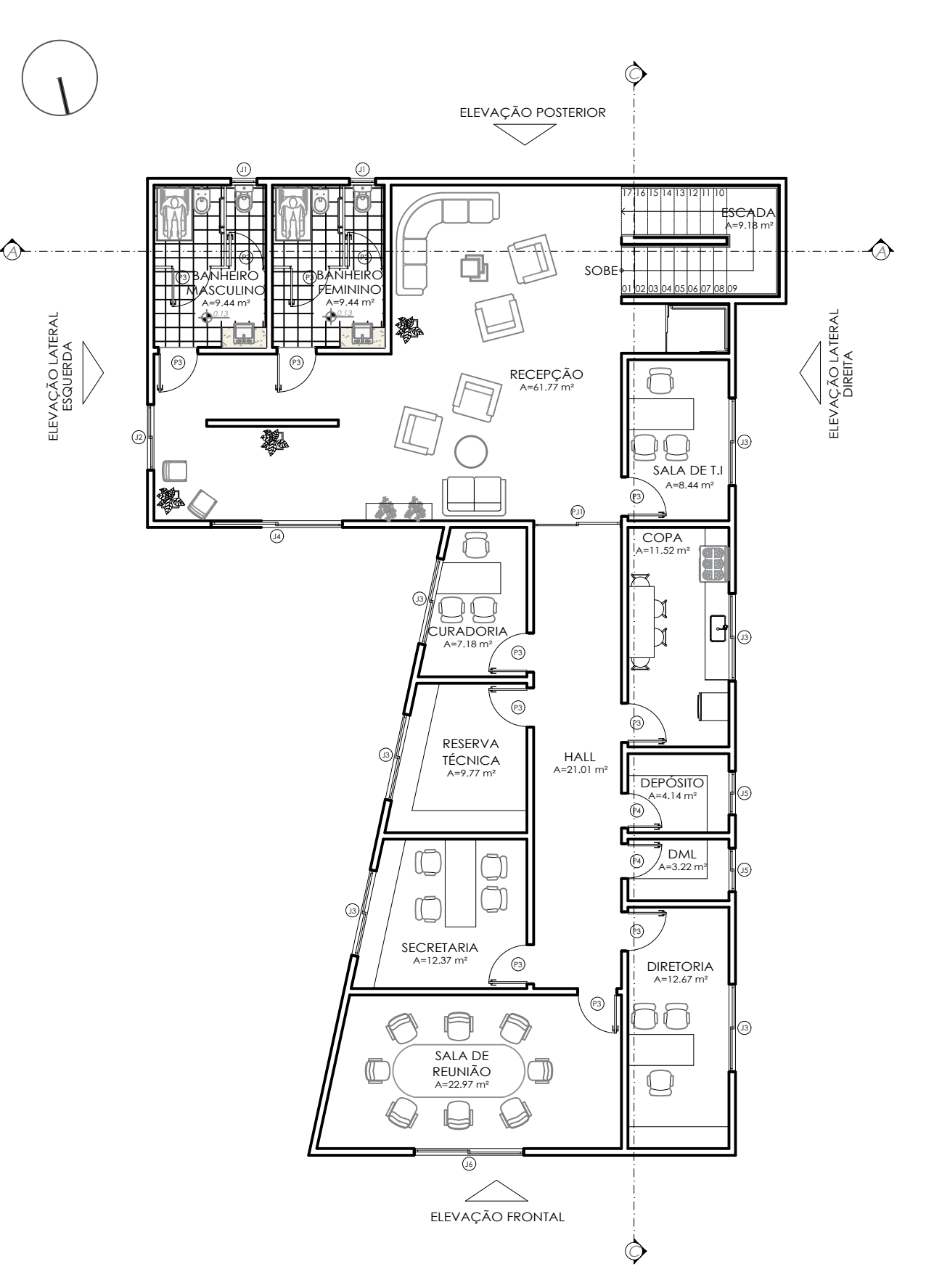
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
Área do terreno	1.020,48 m²
Área construída	443,00 m²
Área verde	220,99 m²
Taxa de ocupação	43,41%
Área permeável	437,03

TABELA DE ESQUADRIAS

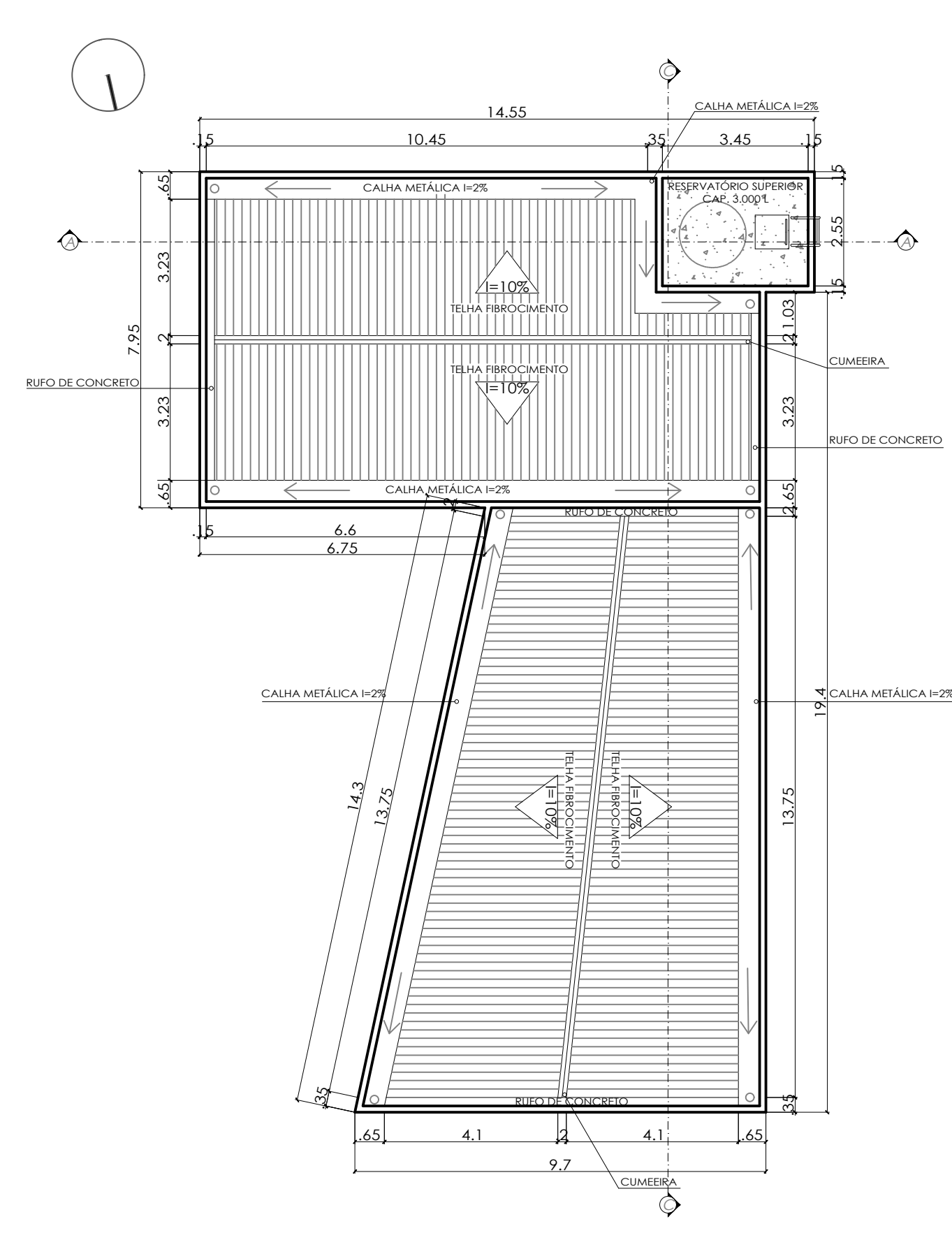
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD	ÁREA (m²)
J1	Janela máximo-ar	60	60	150	Alumínio e Vidro	2	0,36
J2	Janela de correr 2 folhas	150	120	90	Vidro	2	1,80
J3	Janela de correr 4 folhas	600	120	90	Vidro	2	7,20
P1	Porta de abrir	100	210	-	Alumínio	1	2,10
P2	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2	1,68
P3	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	4	1,89
PJ1	Porta-janela 2 folhas	120	210	-	Alumínio	2	2,52
PJ2	Porta-janela 4 folhas	300	210	-	Vidro	2	6,30
PJ3	Porta-janela 2 folhas	150	210	-	Vidro	1	3,15
PJ4	Porta-janela 2 folhas	125	210	-	Vidro	1	2,63



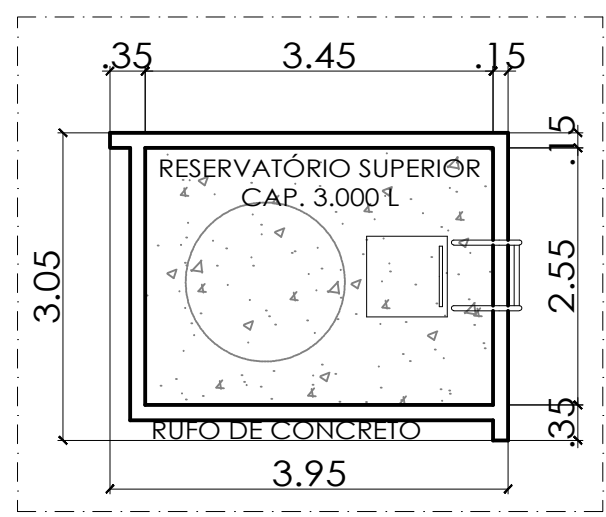
1 PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR - ANEXO
Escala: 1:125



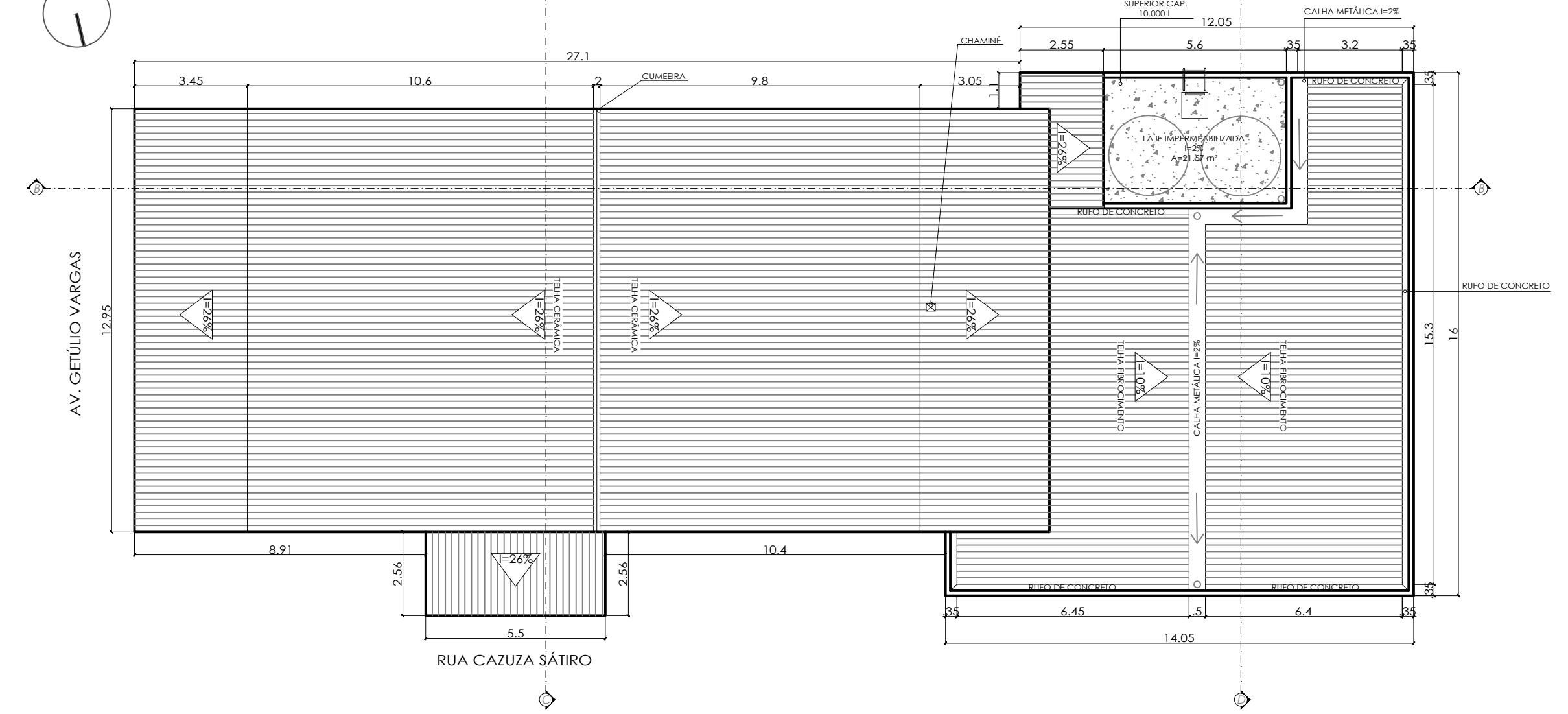
2 LAYOUT PAVIMENTO SUPERIOR - ANEXO
Escala: 1:125



3 PLANTA DE COBERTA - ANEXO
Escala: 1:125



4 AMPLIAÇÃO 01 - RESERVATÓRIO
Escala: 1:100

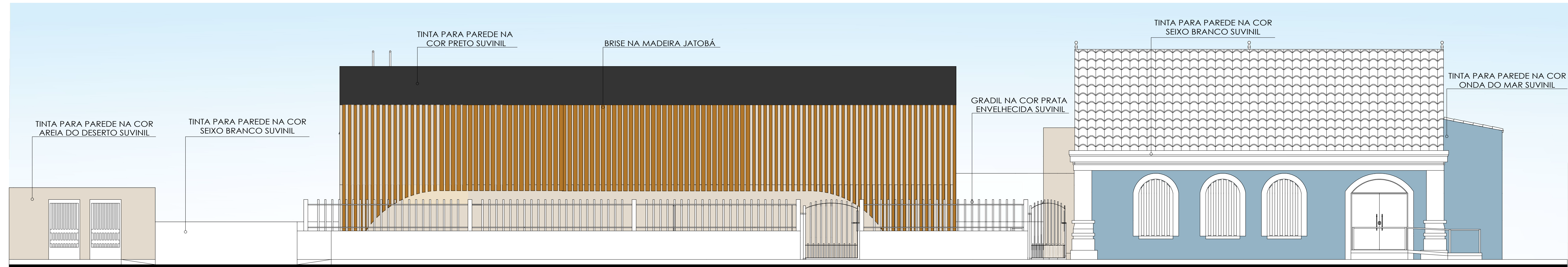


5 PLANTA DE COBERTA - CASA GRANDE
Escala: 1:125

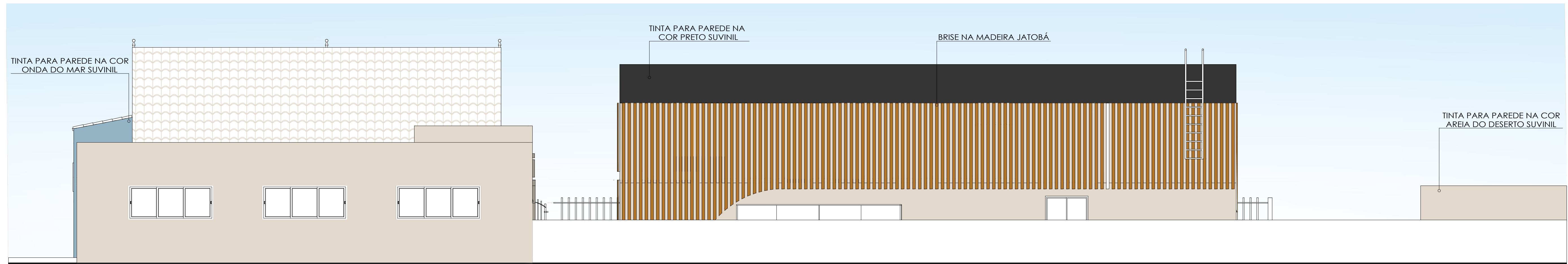
TABELA DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD
J1	Janela máximo-ar	60	60	150	Alumínio e Vidro	2
J2	Janela de correr 2 folhas	150	120	90	Vidro	1
J3	Janela de correr 2 folhas	200	120	90	Vidro	6
J4	Janela de correr 2 folhas	300	120	90	Vidro	1
J5	Janela de correr 2 folhas	100	120	90	Vidro	2
J6	Janela de correr 2 folhas	250	120	90	Vidro	1
P1	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2
P2	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	5
P3	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	7
P4	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2
PJ1	Porta-janela 2 folhas	200	210	-	Vidro	1

TABELA DE ÁREAS	
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
Área do terreno	1.020,48 m²
Área construída	443,00 m²
Área verde	220,99 m²
Taxa de ocupação	43,41%
Área permeável	437,03

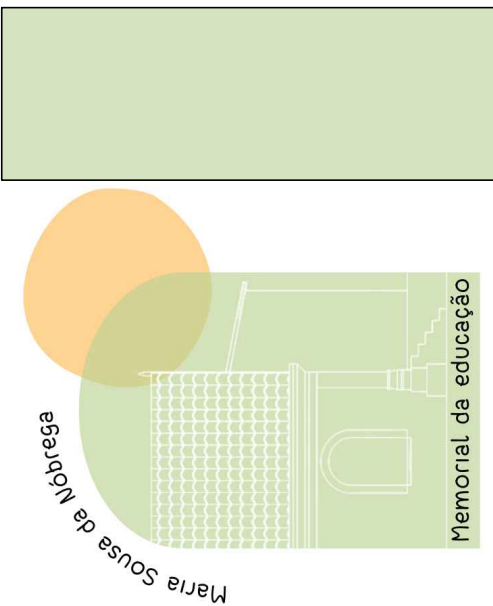




1 FACHADA FRONTAL
Escala: 1:75



2 FACHADA POSTERIOR
Escala: 1:75



AUTORA:
MARIA JAMILY ARAUJO DE SOUSA

ORIENTADORA:
ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

CONTEÚDO:
FACHADAS

ESCALA:
1/75

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMÁRIDO

CURSO:
ARQUITETURA E URBANISMO

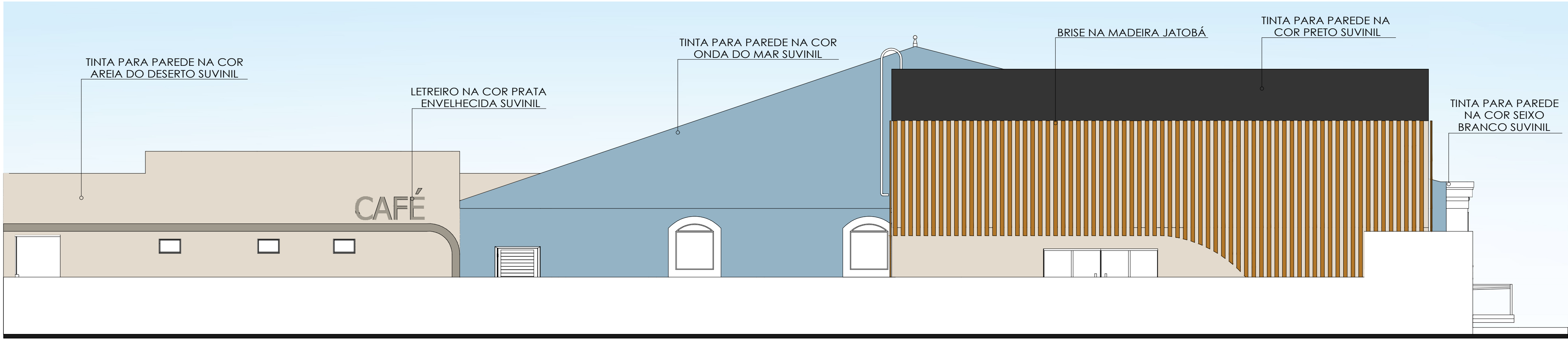
LOCALIZAÇÃO:
SÃO JOSE DE ESPINHARAS - PB

DATA: OUTUBRO DE 2024

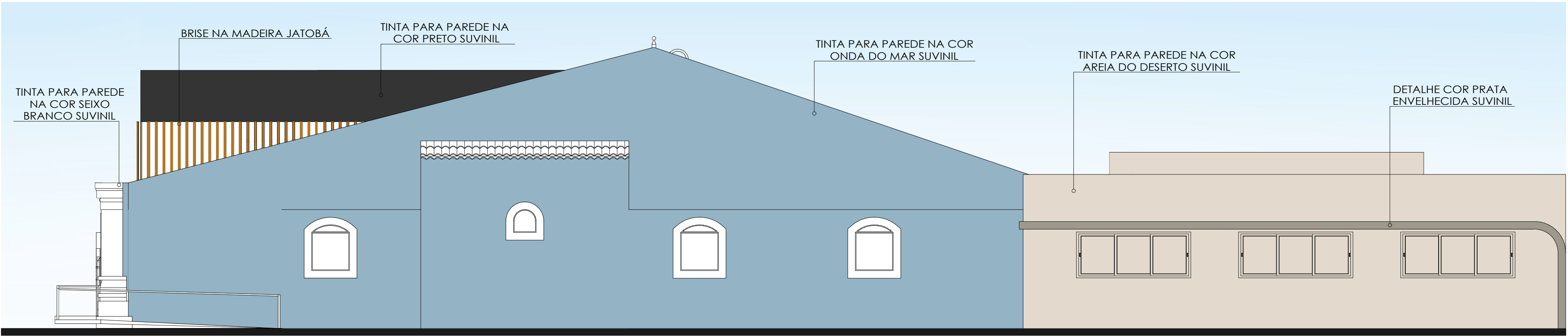
PRÂNCIA:

11

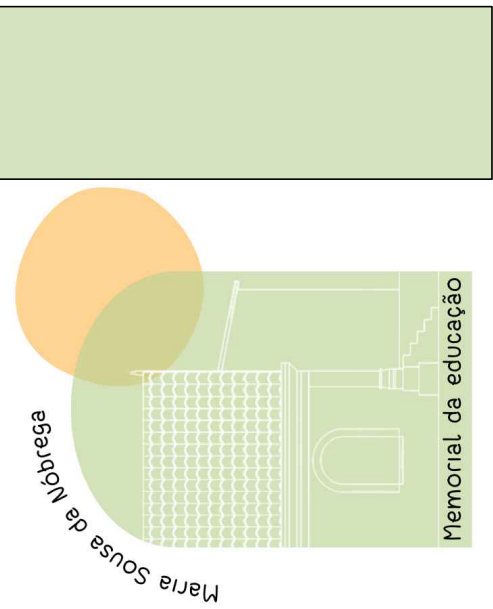
14



1 FACHADA LATERAL ESQUERDA
Escala: 1:75



2 FACHADA LATERAL DIREITA
Escala: 1:75



PRANCHAS:
12

14

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CURSO:
ARQUITETURA E URBANISMO

LOCALIZAÇÃO:
SÃO JOSÉ DE ESPÍRITO SANTO - PB

DATA: OUTUBRO DE 2024

AUTORA:
MARIA JAMILY ARAÚJO DE SOUSA

ORIENTADORA:
ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

CONTEÚDO:
FACHADAS

ESCALA:
1/75



IMAGEM 01 - FACHADA FRONTAL



IMAGEM 02 - FACHADA FRONTAL CASARÃO



IMAGEM 03 - FACHADA FRONTAL ANEXO



IMAGEM 04 - FACHADA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM 05 - FACHADA LATERAL DIREITA



IMAGEM 06 - VISTA ENTRADA CAFÉ



IMAGEM 07 - VISTA ENTRADA AUDITÓRIO



IMAGEM 08 - VISTA JARDIM

PRANCHA:

13

14

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CURSO:

ARQUITETURA E URBANISMO

LOCALIZAÇÃO:

SÃO JOSÉ DE ESPINHEIRAS - PB

DATA:

OUTUBRO DE 2024

AUTORA:

MARIA JAMILY ARAÚJO DE SOUSA

ORIENTADORA:

ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

CONTEÚDO:

IMAGENS FOTOREALISTAS

ESCALA:

SEM ESCALA

Maria Sousa da Mota

Memorial da educação

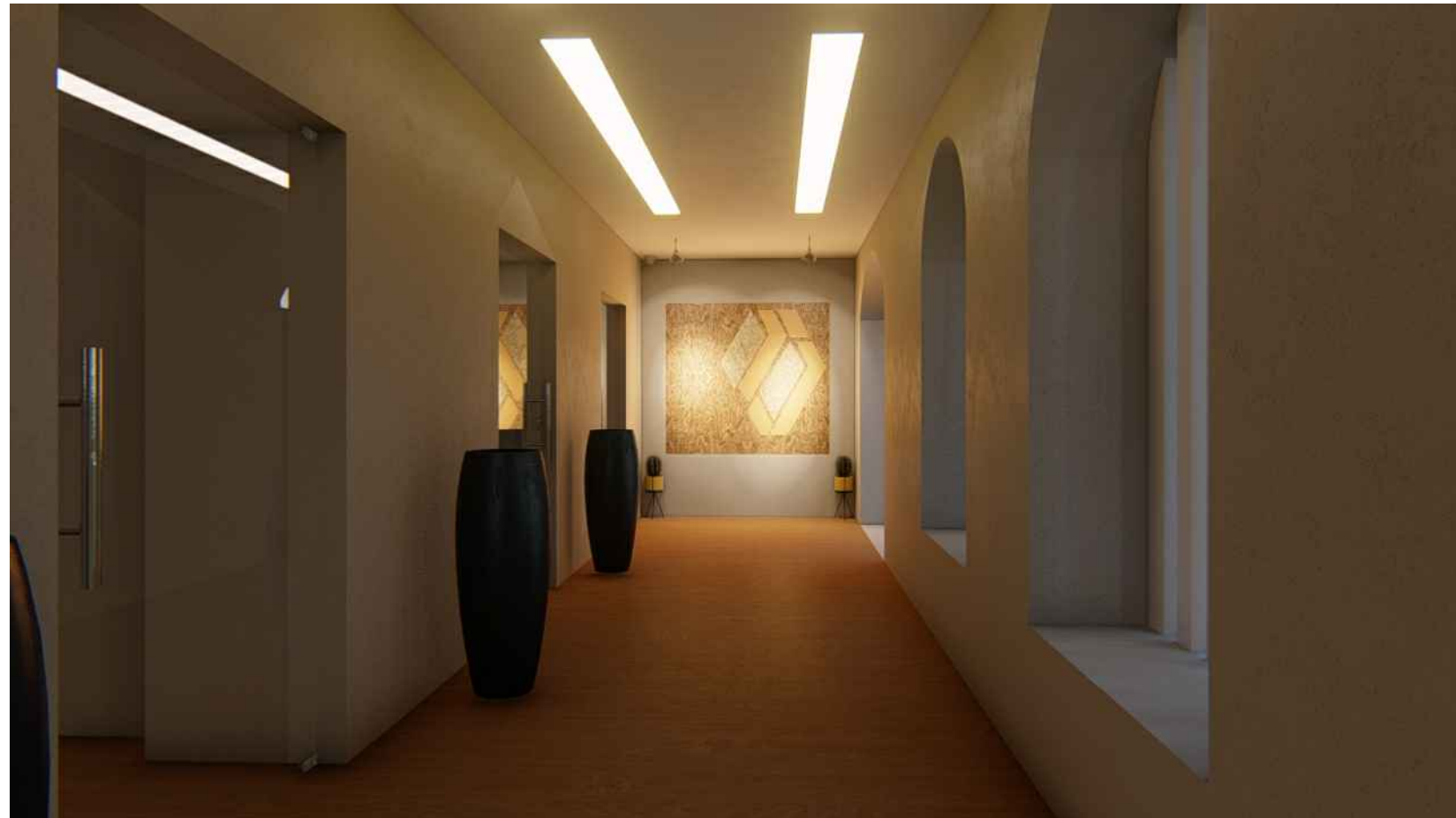


IMAGEM 01 - VISTA RECEPÇÃO



IMAGEM 02 - VISTA RECEPÇÃO



IMAGEM 03 - VISTA CAFÉ



IMAGEM 04 - VISTA BANHEIROS CAFÉ

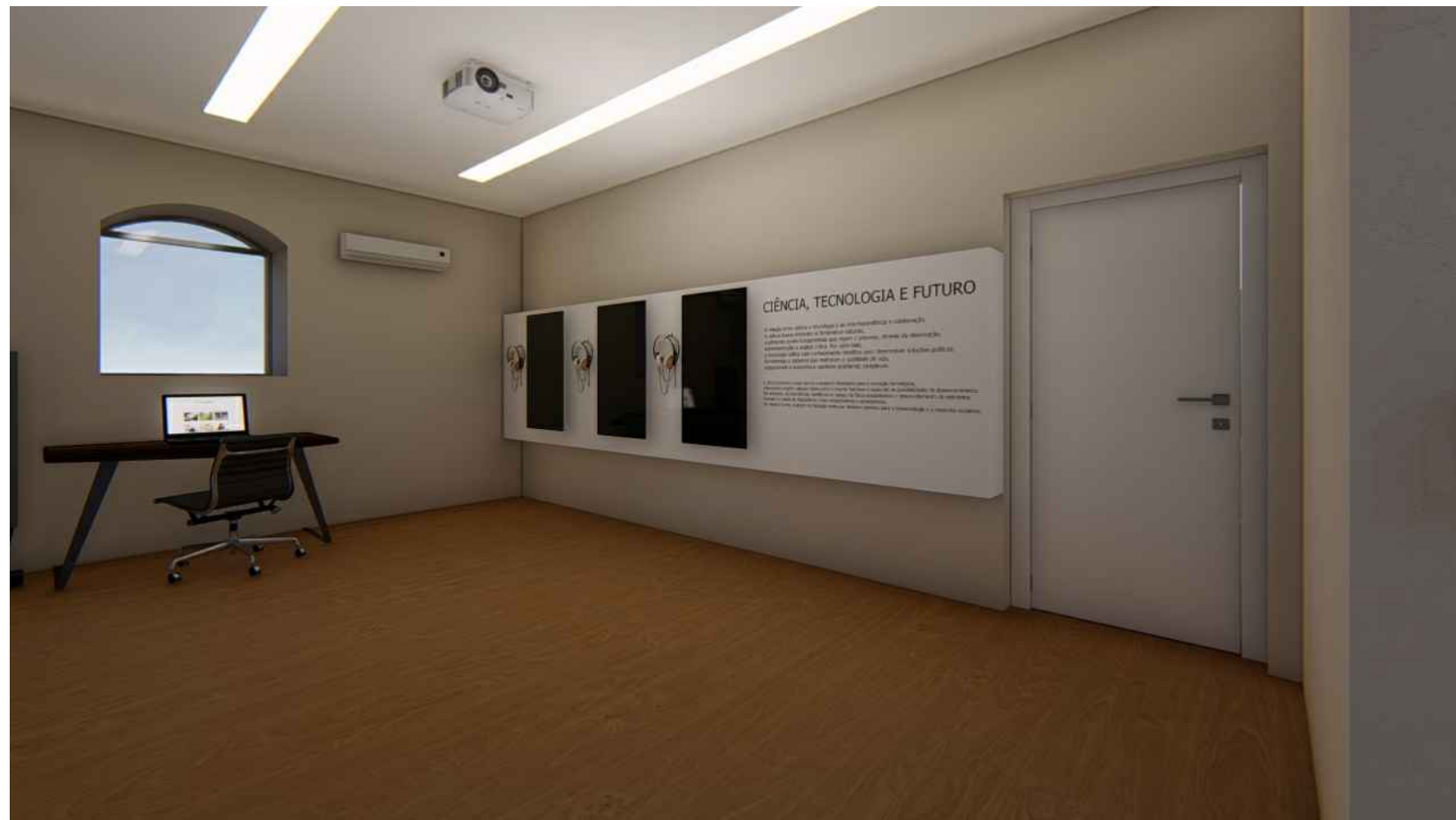


IMAGEM 05 - SALA DE EXPOSIÇÃO MULTIMÍDIA



IMAGEM 06 - SALA DE EXPOSIÇÃO MULTIMÍDIA

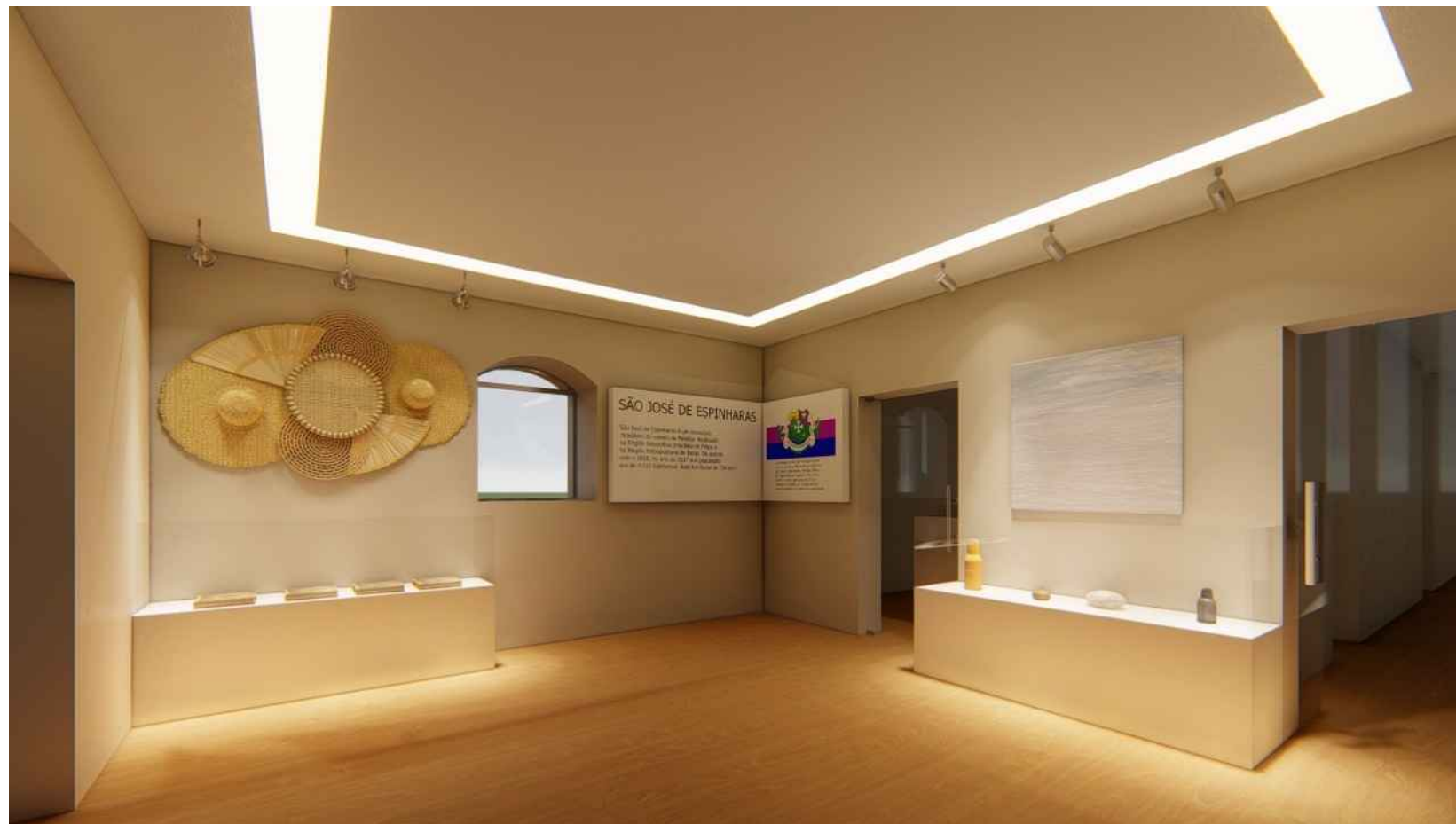


IMAGEM 07 - SALA DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE

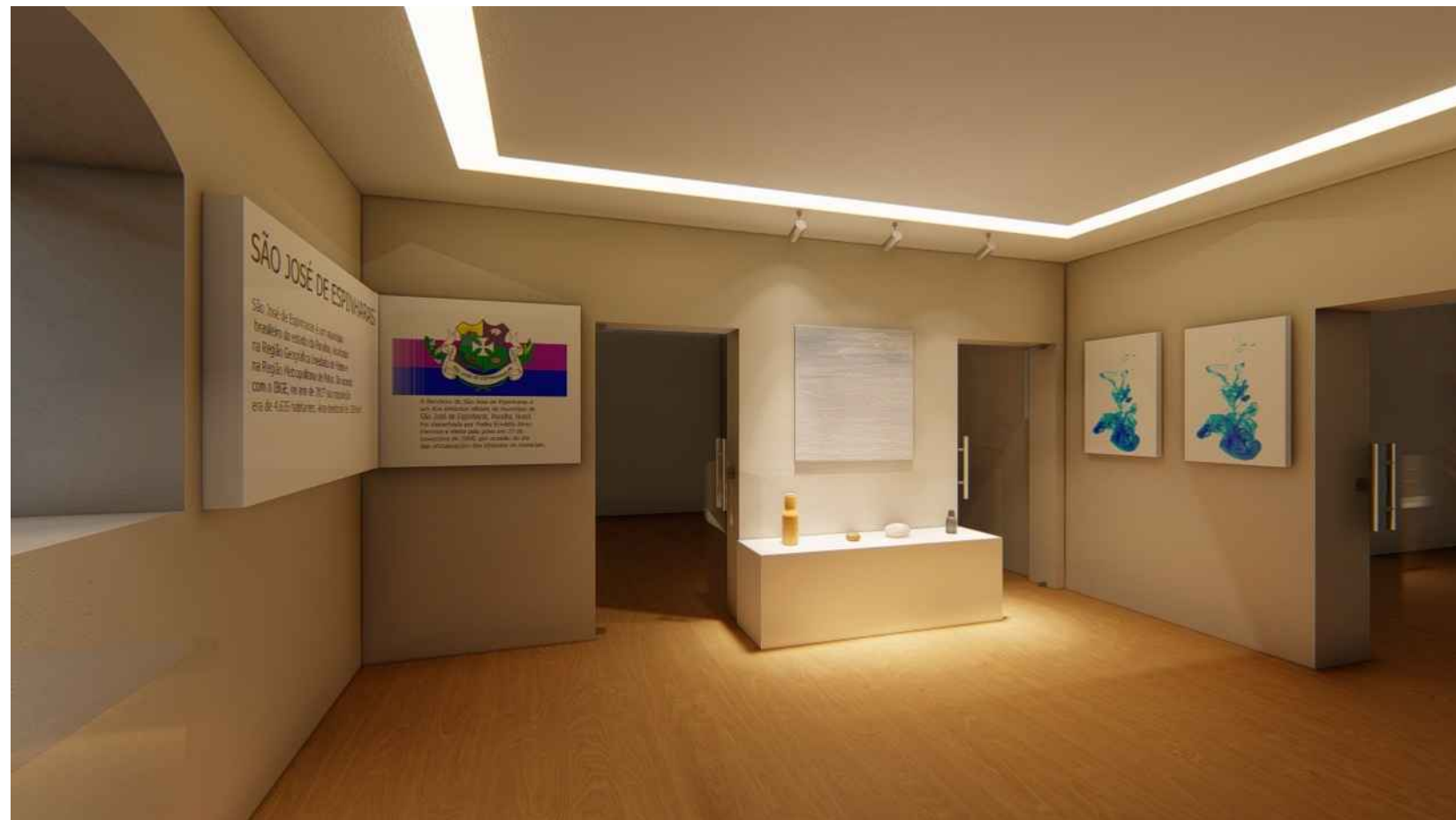


IMAGEM 08 - SALA DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE

14

14

PRÂNCIA:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CURSO:

ARQUITETURA E URBANISMO

LOCALIZAÇÃO:

SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS - PB

DATA:

OUTUBRO DE 2024

AUTORA:

MARIA JAMILY ARAÚJO DE SOUSA

ORIENTADORA:

ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

CONTEÚDO:

IMAGENS FOTOREALISTAS

ESCALA:

SEM ESCALA

Maria Sousa da Mota

Memorial da educação